

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ARTES (DEART)
COORDENAÇÃO DE ARTES VISUAIS
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ARTÍSTICA
HABILITAÇÃO EM ARTES PLÁSTICAS

GISELE FRAZÃO LIMA



ARTE – EDUCAÇÃO NA PRÁTICA EDUCATIVA:

Uma Reflexão Sobre o Ensino na Escola Pública Centro de Ensino Almirante Tamandaré

SÃO LUÍS
2016

GISELE FRAZÃO LIMA

ARTE – EDUCAÇÃO NA PRÁTICA EDUCATIVA: Uma Reflexão Sobre o Ensino na
Escola Pública Centro de Ensino Almirante Tamandaré

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação Artística da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do grau de Licenciatura em Educação Artística.

Orientador: Prof^o. Ms. Gersino dos Santos
Martins

São Luís
2016

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Lima, Gisele Frazão.

ARTE EDUCAÇÃO NA PRÁTICA EDUCATIVA

: Uma Reflexão sobre o Ensino na Escola Pública Centro de Ensino Almirante Tamandaré /

Gisele Frazão Lima. - 2017.

140 p.

Orientador(a): Gersino dos Santos Martins.

Monografia (Graduação) - Curso de Educação Artística,

Universidade Federal do Maranhão, São Luís - Ma, 2017.

1. Educação. 2. Ensino de Arte. 3. Metodologia. I.

Martins, Gersino dos Santos. II. Título.

GISELE FRAZÃO LIMA

ARTE – EDUCAÇÃO NA PRÁTICA EDUCATIVA: Uma Reflexão sobre o Ensino na Escola
Pública Centro de Ensino Almirante Tamandaré

Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura em Educação Artística da
Universidade Federal do Maranhão, para
obtenção do grau de Licenciatura em
Educação Artística.

Aprovado em / /

BANCA EXAMINADORA

Professor Ms. Gersino dos Santos Martins
Universidade Federal do Maranhão

Professor (a)
Universidade Federal do Maranhão

Professor (a)
Universidade Federal do Maranhão

A Deus pela oportunidade que me deu de chegar até aqui, aos meus familiares pela força e coragem de prosseguir e ao meu bebê Ivo Levi, que este trabalho um dia sirva como estímulo para lutar pelos seus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, exclusivamente, a Deus que me deu chances de concluir esta grande e importante etapa na vida acadêmica e a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para elaboração desta pesquisa especialmente:

Aos meus pais, João Silva Lima e Maria da Piedade Frazão Lima, que tiveram fundamental importância nesta tão sonhada conquista, investindo e acreditando que chegaria até aqui, por todos esses anos que estive na faculdade;

Ao meu esposo, Loidivan Nunes Santos, meu porto seguro que me incentivou muito quando pensava em desistir. Agradeço por todo apoio, compreensão, paciência, carinho e companheirismo, durante todo o desenvolvimento deste trabalho, por acreditar em mim, muito mais do que eu mesma;

Ao meu irmão querido Fábio Frazão Lima, sempre disponível em qualquer circunstância, pela compreensão e carinho nas horas mais difíceis;

Em especial a minha amiga Luciene Borges pela força, incentivo, cooperação e pelas informações e atenção durante esta pesquisa;

Ao meu orientador Gersino dos Santos Martins pela paciência e disponibilidade por todas as orientações;

A toda turma de 2004.1 do curso de Educação Artística, da UFMA, em especial à minha amiga Glacy de Fátima Pantaleão Matos que estivemos juntas nessa etapa sempre apoiando uma a outra durante a nossa ida todas às vezes, que íamos à universidade. E por dividir a angústias dessa jornada científica.

À coordenadora do curso de Artes Visuais Prof.^a Dr.^a Regiane Aparecida Aire da Silva pelas palavras de ânimo e incentivo na hora que precisei;

Aos professores e alunos que contribuíram para a pesquisa respondendo a todas as questões, de forma atenciosa.

E Ao Colégio Almirante Tamandaré por me receberem com paciência, gentileza e vontade em colaborar com este trabalho.

"A mente que se abre a uma nova idéia jamais volta ao tamanho original."

(Albert Einstein)

RESUMO

O presente trabalho é parte de uma pesquisa intitulada como: ARTE – EDUCAÇÃO NA PRÁTICA EDUCATIVA: Uma Reflexão sobre o Ensino na Escola Pública Centro de Ensino Almirante Tamandaré. Tendo como objetivo geral analisar como vem sendo trabalhado o ensino de Arte na própria escola. Os resultados obtidos decorrem de pesquisa desenvolvida durante uma disciplina de Estágio Supervisionado I que originou em refletir e relatar a realidade das dificuldades enfrentadas pelo professor em sala de aula tais como: se a carga horária é suficiente para um bom desenvolvimento das aulas de Artes, quais as linguagens mais trabalhadas em sala de aula, qual a linguagem que o aluno se identifica mais, como a teoria e a prática se relacionam com ensino de Arte, a escola dispõe de uma sala apropriada para as aulas práticas de arte e se há importância do ensino de Arte para a direção escolar.

Palavras-chave: Ensino de Arte – Educação – Metodologia.

ABSTRACT

This work is part of a research titled: ART-EDUCATION IN EDUCATIONAL PRACTICE: A Reflection about Teaching on the Public School Almirante Tamandaré. As general objective to analyze as it has been working the Art Education in itself school. The results stem from research developed during of discipline internship supervised one which led to reflect and report the reality of the difficulties faced by the teacher in the classroom such as: If the workload is sufficient for a good development of the classes of Arts, which the languages most worked in the classroom and what the student identifies more, as the theory is the practice relate to the Art of teaching, the school has a room suitable for practical art classes and if there is importance of teaching Art to the school board.

Keywords: Art Education – Education - Methodology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 / Resultado da questão de nº 1 do questionário (alunos).....	37
GRÁFICO 2 / Resultado da questão de nº 2 do questionário (alunos).....	38
GRÁFICO 3 / Resultado da questão de nº 3 do questionário (alunos).....	39
GRÁFICO 4 / Resultado da questão de nº 4 do questionário (alunos).....	40
GRÁFICO 5 / Resultado da questão de nº 5 do questionário (alunos).....	41
GRÁFICO 6 / Resultado da questão de nº 6 do questionário (alunos).....	42
GRÁFICO 7 / Resultado da questão de nº 7 do questionário (alunos).....	43
GRÁFICO 8 / Resultado da questão de nº 8 do questionário (alunos).....	44

LISTA DE SIGLAS

LDB - Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional

PCN – Parâmetro Curricular Nacional

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

ABE - Fundação da Associação Brasileira de Educação

EAB - Escolinha de Arte do Brasil

CEAT - Centro de Ensino Almirante Tamandaré

COHAB-MA - Conjunto Habitacional do Maranhão

BNH – Banco Nacional da Habitação

SEDUC - Secretaria de Estado da Educação

SÚMARIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. BREVE HISTÓRICO SOBRE O ENSINO DE ARTE EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	15
3. DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE ARTE NO MARANHÃO A PARTIR DO CURSO DE LICENCIATURA DA UFMA.....	22
4. ESCOLA ALMIRANTE TAMANDARÉ.....	25
4.1 Localização e Espaço Físico.....	29
4.2 A Prática Pedagógica do Professor de Arte na Escola Pública Centro de Ensino Almirante Tamandaré.....	31
4.3 Sistematizar e analisar os dados obtidos na pesquisa e suas contribuições para a melhoria do ensino de arte.....	36
5. CONCLUSÃO.....	48
6. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	50
7. ANEXOS.....	52

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como foco refletir e relatar a realidade da arte-educação em escola de ensino da rede pública de São Luís. O grande interesse em trabalhar esse tema partiu de uma disciplina cursada em Estágio Supervisionado I Ministrada pela Professora Izabel Mota Costa.

O ensino de arte na prática educativa revela as concepções de várias formas de cultura universal. Estudar arte se tornou um tema questionável no cenário educacional brasileiro? Dessa forma, a sua contribuição se torna indispensável para formação do indivíduo, uma vez que por meio da apreensão do conhecimento em arte serão despertadas diversas formas de exprimir sentimentos e emoções? Pode-se responder observando a construção da identidade cultural do indivíduo, e que há uma necessidade de perceber e entender a representação da realidade social e cultural, de expressar e objetivar significados e valores coletivos. Entender a arte é fundamental, pois, é um dos meios que o indivíduo retorna ao coletivo, onde exprime a experiência em seu tempo histórico e suas condições sociais permitem. Por meio da arte o sujeito torna-se consciente de sua existência social, e nessa direção, justifica-se o ensino da arte nas escolas.

Ensinar arte em consonância com os modos de aprendizagem do aluno significa, então, não isolar a escola da informação sobre a produção histórica e social da arte e, ao mesmo tempo, garantir ao aluno a liberdade de imaginar e edificar propostas artísticas pessoais ou grupais com base em intenções próprias. E tudo isso integrado aos aspectos lúdicos e prazerosos que se apresentam durante a atividade artística. (PCN, 2001, p. 47)

Sabe-se que o ensino de Arte na escola, raramente mantêm uma conotação de importância e valorização diante da comunidade escolar enquanto área de conhecimento, a partir da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB) 9.394/96, também chamada Lei Darcy Ribeiro, manteve a obrigatoriedade da arte na educação básica: “O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.” (LDB, art. 26 § 2º.)

Mesmo com todo esse respaldo na LDB, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), de 2001, deixam bem claro que arte é uma área de conhecimento, portanto tem conteúdo específico a ser trabalhado, através de quatro modalidades artísticas: artes visuais, música, teatro e dança.

Ressalta-se que as propostas para essas diversas linguagens, inseridas no PCN-Arte estão sujeita à orientação geral, que, desse modo, estabelece três regulamento básicos para a ação

pedagógica. São regulamentos que recuperam, embora não perfeitamente claro, os eixos da chamada "Metodologia Triangular", ou melhor, "Proposta Triangular" -, difundida no Brasil por Ana-Mae Barbosa na linguagem de artes plásticas. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais: "o conjunto de conteúdos está articulado dentro do processo de ensino e aprendizagem e explicitado por intermédio de ações em três eixos norteadores: produzir, apreciar e contextualizar".³

Mesmo assim, com toda essa proposta persistem em nosso sistema educacional preconceitos e descrédito com essa disciplina ao longo dos anos, o que nos interessa investigar este universo no ensino de Arte, tanto nas escolas de ensino público como ensino privado de São Luís, com a ênfase de aprofundar o conhecimento relacionado à realidade da educação escolar.

A realização desta monografia surge pela inquietação, percepção e também curiosidade durante o curso de Educação Artística, que permitiu elencar alguns questionamentos que foram colocados como problemática da pesquisa que será direcionada para investigação, tais como: Há uma valorização do ensino de arte? Conhecer a concepção que os gestores têm sobre o papel da arte nessa instituição. Quais as dificuldades enfrentadas pelo professor em sala de aula? Quanto aos alunos o que eles entendem por arte? Como o ensino de arte pode contribuir para a sua formação. Qual a linguagem artística que o aluno mais se identifica? Na visão do aluno como se dá a prática do ensino de arte pelo professor em sala de aula? A escola investe na qualificação do profissional de Arte? Enfim, questões como essas serão investigadas na pesquisa de campo.

Para tanto foi realizado pesquisa em escola da rede pública de São Luís, precisamente na escola Almirante Tamandaré, Relatando ou levantando informações significativas sobre as práticas acontecidas no ensino de Arte. Sabe-se que o ensino das artes nas escolas está relacionado também sob a argumentação da formação do professor ou arte educador, pois é ele que promove o fazer artístico, a leitura dos objetos estéticos e a reflexão sobre a arte.

Com a intenção de dar importância social à pesquisa e como estratégia metodológica, este trabalho foi realizado através de levantamento bibliográfico acerca do ensino da Arte – Educação e através de um questionário como pesquisa de campo aplicado aos alunos, professores e para a direção escolar. Como amostragem, foram selecionadas as turmas do 1º ano, 2º ano e do 3º ano do turno matutino e três professores de Arte que trabalham nos três turnos no Centro de Ensino Almirante Tamandaré, mas a pesquisa foi direcionada apenas para o turno matutino, pois é o turno

³- Ibid, P 55

que os alunos têm mais disponibilidade para a pesquisa, de acordo com a orientação dada pelos professores.

O estudo teve como ponto de partida o entendimento de que ao longo dos anos a Arte-Educação no Brasil vem sendo discutida e torna-se essencial que o educador em arte tenha consciência dos princípios e fundamentos que servem para guiar os seus atos, os seus métodos de ensino e para abordar os problemas que surgem no seu trabalho. A grande necessidade de abordarmos esse tema, parte do pressuposto de uma análise do desenvolvimento em termos históricos, onde o educador necessita conhecer as tendências que influenciaram o ensino e a aprendizagem da Arte durante anos, desse modo é relevante compreender a situação da arte-educação no contexto atual e refletir sobre sua atuação pedagógica com o objetivo de melhorá-la.

Cabe ressaltar a importância de Ana Mae Barbosa como referencial teórico, considerando suas grandes contribuições para o estudo e reflexão sobre o universo da Arte no Brasil, fato que justifica o maior número de referências citadas na extensão deste trabalho em relação aos demais autores.

Outras autoras citadas é Fusari e Ferraz, traçam um panorama sobre o ensino de arte na história educacional brasileira. No entanto, vale ressaltar que a base metodológica de ensino do arte educador será embasada nessa concepção, tendo como apoio os PCN em artes. “Os Parâmetros Curriculares Nacionais PCN-Arte adotam tal proposta como forma de nortear o fazer pedagógico dos professores e oferecer aos alunos uma postura crítica ante os conhecimentos em arte”. (CARVALHO, 2008, p. 16).

Não podemos deixar de citar também sobre a autora Rosa Iavelberg, no entanto, aborda sobre a formação de professores e o ensino da arte e a formação continuada. Com base na seguinte afirmação de IAVELBERG (2003, p.51) nos diz: “além dos cursos de magistério, licenciaturas, bacharelado, especialização e pós-graduação, nossa prática em formação de professores de arte aponta a necessidade de um processo de formação contínua”. E outros autores que serão mencionados no desenvolvimento do trabalho monográfico.

Com o intuito de iniciar o texto trago o capítulo 2 que será um Breve Histórico Sobre O Ensino De Arte Educação No Brasil no qual apresento uma retrospectiva sobre a história da Educação Brasileira e o lugar da Arte nesse cenário de estudo das origens da Arte Educação no Brasil.

No capítulo 3 é mencionado o Desenvolvimento do Ensino de Arte no Maranhão a partir do Curso de Licenciatura em Educação Artística da UFMA. Neste capítulo é descrito a história da criação do curso de EA com suas respectivas habilitações e a criação do curso de artes Visuais.

No capítulo 4 é tratada sobre a Escola Almirante Tamandaré, local de pesquisa realizada sobre a origem da Escola Pública. No item 4.1 temos a Localização e Espaço Físico da Escola Almirante Tamandaré. No item 4.2 A Prática Pedagógica do Professor de Arte na Escola Pública Centro de Ensino Almirante Tamandaré. E no item 4.3 procedo à análise de dados obtidos na pesquisa e suas contribuições para a melhoria do Ensino de Arte.

Enfim, na conclusão, apresento minhas impressões sobre os resultados da pesquisa destacando alguns pontos importantes sobre a prática do professor em sala de aula e questionamentos que poderão servir de base para futuras investigações científicas.

2. BREVE HISTÓRICO SOBRE O ENSINO DE ARTE EDUCAÇÃO NO BRASIL

Antes de relatar sobre a pesquisa do ensino de Arte na Escola de ensino Público em São Luís é importante se compreender sobre a chegada da arte ao Brasil. É necessário saber um pouco sobre o percurso histórico desse ensino. De certa forma, não se pode deixar de atribuir que a chegada dos Jesuítas contribuiu para o desenvolvimento pedagógico e missionário no Brasil, sabe-se que o objetivo principal era de divulgar o catolicismo, manter o controle político e souberam construir sua hegemonia. Os jesuítas não respeitaram a cultura indígena, destruindo assim, seus costumes e sua maneira de viver. Outra forma de educação por eles transmitida era através do sistema de internatos para crianças, as metodologias eram variadas, como o teatro, a dança e a música.

[...] o grande objetivo, mesmo a nível educacional, era a conversão dos gentios. Os Jesuítas introduziram, a priori, o ensino profissional, seguido do ensino elementar, constituído de classes para ler, escrever, soletrar, rezar em latim e contar. O público-alvo era preferencialmente as crianças, [...] O primeiro recurso metodológico utilizado para auxiliar a educação nos aldeamentos foi a música; através dela conseguiam despertar a atenção e a simpatia dos nativos, utilizando seus próprios instrumentos e elaborando um repertório no estilo indígena, cujas letras falavam do Deus cristão. Outro recurso pedagógico empregado pelos Jesuítas para atingir seu grande objetivo foi o teatro. [...] Também a dança foi usada com fins pedagógicos. Era adaptada da tradição indígena e passava a fazer parte de festas religiosas católicas como a do Divino Espírito Santo e a de São Gonçalo. (TEIXEIRA, 2008. p.4)

O objetivo da Companhia de Jesus consistia num árduo trabalho em civilizar os “seres exóticos” referia-se à importância da educação para difundir o catolicismo, desse modo, incentivando mudanças na cultura nativa.

Desse modo, deu-se ênfase a arte, através do ensino informal por meio do trabalho dos artesãos, dos índios, dos negros e dos próprios jesuítas. “Nessas circunstâncias, a educação passa a ter o papel de agente colonizador e a arte é um instrumento dessa educação, está a serviço da doutrinação da religião cristã.” (BIASOLI, 1999, p. 47).

Quanto à estrutura de ensino montada pelos padres da companhia dos jesuítas, nessa perspectiva ele cria um novo modelo de ensino. Assim como hoje e não diferente do passado a educação passava por mudanças, o ensino na colônia estava em organização e através da Reforma Pombalina, no século XVII, o Marquês de Pombal toma a iniciativa de expulsar os jesuítas desfazendo o sistema de ensino que havia sido estabelecido por eles. De certa forma, Marquês de

Pombal promoveu um desenvolvimento do ensino público, mas com dificuldades, pois a colônia passava por estruturação.

Enquanto em Portugal isso fazia parte de um projeto de reconstrução cultural e acabou desembocando na criação de um sistema público de ensino, mais moderno e mais popular, na colônia foi à supressão pura e simples do sistema que havia. Nenhuma reforma cultural, nenhuma reforma educacional; parece que a sociedade tinha mais com que se preocupar e se opor. De fato, a reforma pombalina expressava uma reação da Coroa portuguesa a lenta agonia porque passava a sociedade lusitana, em processo de decadência, empobrecimento e perda da própria soberania. (SOLIDADE, 2006, p. 6)

Após a colonização e, com a chegada de D. João VI, a arte é estudada apenas na Academia de Belas Artes, o ensino das artes plásticas teve início com a chegada da Missão Francesa em 1816, através do decreto de D. João VI, que criou a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, sendo também criada as escolas militares e os cursos médicos, em 12 de agosto de 1816. Não obstante, percebe-se que com a criação dessas instituições de ensino, a arte estava relegada a outro nível, pois como BARBOSA afirma;

A República foi reiterando o preconceito contra o ensino de arte, simbolizado pela Academia de Belas-Artes, pois esta estivera a serviço do adorno do Reinado e Império, e com o dirigismo característico do espírito neoclássico de que estava impregnada, servira à conservação do poder. (BARBOSA, 2006, p. 16)

Nessa perspectiva, não se pode deixar de mencionar que os membros da Missão Francesa eram de orientação neoclássica, contribuindo, também, assim, para o preconceito, pois nossa tradição, ainda estava atrelada à época do barroco-rococó, assim, afirma o texto, que se segue a este respeito:

Ora, nossa tradição era na época marcadamente barroco-rococó [...] Com a chegada da Missão Francesa já encontrou uma arte distinta dos originários modelos portugueses e obras de artistas humildes. Enfim, uma arte de traços originais que podemos designar como barroco brasileiro. (BARBOSA, 2006, p. 19)

A oposição política também contribuiu para o preconceito da arte, pois nesse período os portugueses, ainda não se beneficiavam de uma Academia de Arte, de alta qualidade, e Lebreton que estava à frente da Missão logo se encarregou de criar uma Academia para o Brasil a pedido de

D. João VI.

Seguindo o percurso histórico, durante a Reforma de Pombal houve uma renovação metodológica, ou seja, houve uma abertura para o ensino do Desenho, Manuel Dias de Oliveira foi o responsável por introduzir o modelo vivo na aula régia⁴. Nesse período, então, foram inseridas as “Aulas Regias”, essas aulas eram dadas sem nenhuma padronização, havia um valor a ser cobrado pela colônia, que era chamado de “subsídio literário”. Mas, essa situação só muda com a presença de D. João. Como já foi escrito no capítulo anterior, sabe-se que a corte portuguesa veio para o Brasil em 1808 e com a presença de D. João mudanças aconteceram na educação.

Não sabemos quais os métodos empregados no ensino do Desenho, mas é indicativo de uma nova abordagem educacional sua inclusão no currículo, como também o é a criação de uma aula régia de Desenho e figura em 1800. Foi nomeado para regê-la Manoel Dias de Oliveira, o Brasiliense, que introduziu o modelo vivo no ensino do Desenho no Brasil, prática que iria ser muito explorada pela metodologia da Missão Francesa. (BARBOSA, 2006, p. 23)

Tendo por objetivo principal, o ensino do desenho geométrico, que se inicia durante o século XX na educação primária e secundária, a figura de Rui Barbosa é importante nesse cenário, pois defendia o ensino do desenho no Brasil, por acreditar que o país só poderia enriquecer economicamente, se ele se desenvolvesse industrialmente através da educação técnica e artesanal do povo.

Rui Barbosa considerava que “a educação artística seria uma das bases mais sólidas para a educação popular” (BARBOSA, 2006, p. 45), de fato, Rui Barbosa imitava o modelo americano de ensino de arte, embora mesmo sendo trazido esse modelo de ensino para o Brasil, os planos educacionais de Rui Barbosa, não foram devidamente aplicados.

Para esclarecer, depois de Rui Barbosa, nessas observações Ana Mae revela através de seu livro *Arte-Educação no Brasil*, que o positivismo⁵ e as reformas educacionais foram liderados pelo positivista Benjamim Constant, que o principal propósito positivista para o Ensino de Arte era alcançar o aperfeiçoamento intelectual, “[...] a introdução do ensino de Arte nas escolas primárias e

⁴. Aula Régia – “Se constituíram no primeiro tipo de ensino público eram classes esparsas e avulsas dadas por professores pagos pelo governo que não obedeciam a nenhum plano estabelecido. Nelas se ensinavam matérias (filosofia, retórica, etc.) que mais constituem o remato do que as bases da instrução pública”. BARBOSA, Ana Mae. *Arte e Educação no Brasil*. 5ª ed. - São Paulo, SP. Ed. Perspectiva, 2006. p 23

⁵. Positivismo – Sistema filosófico que, banindo a metafísica e o sobrenatural, se funda na consideração do que é material e evidente. Dicionário On-line Priberam da Língua Portuguesa

secundárias, e que concluímos ser principalmente a regeneração do povo através de um instrumento que lhes educasse a mente.” (BARBOSA, 2006, p. 67) Mais uma vez, nota-se que para os positivistas “ a Arte era encarada como um poderoso veículo para o desenvolvimento do raciocínio desde que, ensinada através do método positivo, subordinasse a imaginação à observação identificando as leis que regem a reforma.” (Ibid, 67)

Ressalta-se o que se pretendia melhorar de algum modo, era a mão de obra para a indústria e era necessário que ensinassem conteúdos como desenho geométrico, desenhos de observação e técnicas de luz, sombra, perspectiva, etc. Era com se a arte por si só não servisse, e a disciplina de desenho apresentada sob forma de desenho geométrico aplicasse apenas à qualificação profissional.

Em São Paulo, no ano de 1922, com a Semana de Arte Moderna, a arte-educação no Brasil teve um grande impulso, com as ideias de livre expressão da semana de 22 liderados por Mário de Andrade e Anita Malfatti, acreditavam que a Arte tinha a finalidade de não impedir que a criança expressasse seus sentimentos e também de que a arte não era mais ensinada, e sim expressada.

Anita Malfatti foi a figura da pintora mais destacada na Semana de Arte Moderna de 1922, como professora de Arte, em seu atelier (e mais moderadamente na Escola Americana) inovaria método e as concepções de arte infantil, transformando a função do professor em espectador da obra de arte da criança, e ao qual competia, antes de tudo, preservar sua ingênua e autêntica expressão. (BARBOSA, 2006, p. 114)

Durante as primeiras décadas do século XX, havia uma insatisfação com os rumos da arte brasileira. Os artistas plásticos, músicos, escritores, etc. que estavam envolvidos durante a semana de 22 desejavam ser libertos emocionalmente, fugir dos cânones do academicismo para se expressar livremente. As obras expostas tinham a ideia de quebrar o modelo europeu que estava vigente na época e criar uma linguagem mais brasileira.

Com o passar do tempo, em poucos anos surge um movimento que teve sua origem no final do século XIX na Europa e nos Estados Unidos. Conhecida como a Pedagogia Nova de John Dewey, no Brasil as suas inovações começava a partir de 1930, através de Anísio Teixeira, e Nereu Sampaio outro “intérprete brasileiro de John Dewey.”.

Com a necessidade de democratizar a própria sociedade fez com que o movimento da escola nova acontecesse paralelamente à pedagogia tradicional. Na pedagogia nova os seus objetivos são concentrados nos alunos, o mais importante não é o ensino, mas o processo de aprendizagem. Em outras palavras se pode dizer que é o, “aprender fazendo”, os educadores que seguiam ou optavam

por essa concepção acreditavam que cabia à educação adaptar os alunos ao seu ambiente social.

Do ponto de vista da Nova Escola, os conhecimentos já obtidos pela ciência e acumulados pela humanidade não precisariam ser transmitidos aos alunos, pois acreditava-se que, passando por esses métodos, eles seriam naturalmente encontrados e organizados. (FUSARI E FERRAZ, 2001, p. 32).

Tomando emprestadas as palavras de Fusari e Ferraz, a Pedagogia Nova vai ser introduzida no Brasil da seguinte maneira:

Ao ser introduzida no Brasil. Entre os anos 30 e 40, o movimento escolanovista vai encontrar o país num momento de crise do modelo agrário-comercial, exportador, dependente, e início do modelo nacional desenvolvimentista, industrializado. É uma época assinalada por várias lutas políticas, econômicas, culturais e em prol da educação pública básica. (FUSARI E FERRAZ, 2001, p. 35).

As novas áreas educacionais surgiam durante esses acontecimentos, como por exemplo: “a fundação da Associação Brasileira de Educação” (ABE) em 1924, localizada no Rio de Janeiro e o “Lançamento do *Manifesto dos pioneiros da Escola Nova*, em 1932”. Tanto Viktor Lowenfeld e Herbert Read foram defensores das ideias escolanovistas, com essa ideia de livre expressão para crianças, em 1948, é criada a Escolinha de Arte do Brasil (EAB), no Rio de Janeiro, que fora idealizada por Augusto Rodrigues, onde “iniciou a divulgação do movimento Educação pela Arte depois de manter contatos com Herbert Read” (FUSARI e FERRAZ, 2001, p. 39) a escolinha propagava a “valorização da arte infantil e a compreensão da arte baseada na expressão e na liberdade criadora”.

A Escola Nova foi responsável por uma mudança considerável na mais conhecida educação tradicional, que por sua vez esta é muito rigorosa, disciplinada e centrada na figura do professor. “O ensino tradicional está interessado principalmente no *produto do trabalho* escolar e a relação professor e aluno mostra-se bem mais autoritária. Além disso, os conteúdos são considerados verdades absolutas.”⁸ nesse ensino tradicional o professor é o que detém o saber e deve avaliar o aluno através provas escritas, orais, exercícios e trabalhos de casa. À maioria das vezes, essas avaliações são feitas sob ameaças, punições e até mesmo redução de notas, percebe-se que essa educação ainda continua forte e persistente na maioria das escolas e até mesmo nas universidades.

⁸. FERRAZ, Maria Heloísa Corrêa de Toledo. Metodologia do ensino de arte / Maria Heloísa C. De T. Ferraz, Maria de Rezende e Fusari. _ São Paulo: Cortez, 1999. - 2ª ed. p. 30

Quanto ao ensino de arte na pedagogia tradicional, limita-se à cópia e a repetição de modelos proposto pelo professor.

Do ponto de vista metodológico, a aula de desenho na escola tradicional é encaminhada através de exercícios, com reproduções de modelos propostos pelo professor, que seriam fixados pela repetição, buscando sempre a seu aprimoramento e destreza motora. (FUSARI E FERRAZ, 2001, p. 30).

Na década de 1960, mudanças políticas acontecem, com a liderança dos militares ao poder do país, o Brasil passa a viver um novo modelo educacional, em outras palavras, o Brasil adota a pedagogia tecnicista, “presente ainda hoje, teve suas origens a partir da segunda metade do século XX, principalmente nos Estados Unidos [...]” (FUSARI E FERRAZ, 2001, p. 32).

Desse modo, o Brasil tinha interesse de criar uma sociedade industrial, tendo como objetivo preparar o aluno para o mercado de trabalho. Nessa perspectiva de ensino o que é valorizado não é o professor, mas a tecnologia. O professor passa a ser apenas um especialista na aplicação dos manuais e a função do aluno é reduzida a um indivíduo que corresponde às respostas esperadas pelas escolas.

Na 'Pedagogia tecnicista', o aluno e o professor ocupam uma posição secundária, porque *o elemento principal é o sistema técnico de organização da aula e do curso*. Orientados por uma concepção mais mecanicista, os professores brasileiros entendiam seus planejamentos e planos de aula centrados apenas nos objetivos que eram operacionalizados de forma minuciosa. (Ibid p. 32)

Quanto ao ensino-aprendizagem da arte na pedagogia tecnicista, refere-se à ausência de fundamentos teóricos no 'saber construir' e um 'saber exprimir-se' (Ibid p.32), na verdade, não há um aprofundamento teórico das linguagens artísticas, percebe-se nessa pedagogia o uso de materiais alternativos e o professor busca apoio nos livros didáticos que estão no mercado.

Em 1970, a educação no Brasil ainda estava atrelada ao ensino tecnicista, com a Lei de Diretrizes e Bases 5.692/71¹³, houve uma grande reviravolta no ensino nas escolas, o ensino do Desenho, da Música, Canto Orfeônico, Trabalhos Manuais, Canto Coral e Artes Aplicadas foram extinguidas e perderam espaço na escola, pois com a promulgação da citada lei, essas disciplinas

¹³. Art. 7º Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programa de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observado quanto à primeira o disposto no Decreto-lei no 869, de 12 de setembro de 1969.

passaram a ser substituída pela **atividade** da Educação Artística. Note a expressão utilizada pela lei: a disciplina substituída pela **atividade**, negando a condição de disciplina.

Com essa lei citada acima, os cursos superiores de Educação Artística surgiam um pouco depois do ano de 1970, aproximadamente por volta de 1974, sendo atribuída ao professor a formação polivalente, que devia dominar quatro áreas de expressão artística, sendo elas música, teatro, artes plásticas e desenho. A dança ainda não fazia parte desse contexto.

A introdução dos conteúdos da Educação Artística no currículo escolar a partir da Lei 5.692/71 apresentou-se no interior de uma concepção de ensino que, além de articular conhecimentos ou habilidades afins em grandes áreas curriculares, instituiu também o professor polivalente, isto é, um mesmo docente para os diversos conteúdos considerados “artísticos”, tais como artes plásticas, música, desenho e artes cênicas. (ROSA, 2005, p. 17-18)

Hoje o termo polivalência já não faz parte da realidade do século XXI, novas resoluções chegaram para melhorar o ensino de arte na escola, abolindo com esse conceito. Mas, sabe-se que hoje alguns supervisores pedagógicos ainda utilizam-se desse recurso no ensino público por atribuírem a falta de professor para cada linguagem em sala de aula.

O trabalho de um mesmo professor em todas as áreas artísticas pode acarretar consequências desagradáveis tanto para o professor quanto para a prática pedagógica em si, sem falar no tipo de conhecimento adquirido pelo aluno. Entre essas consequências está o enfraquecimento e esvaziamento dos ensinamentos de Educação Artística. (FROES, 2002, p. 31)

Após esse breve histórico sobre o ensino de arte-educação no Brasil, no capítulo seguinte dar-se-á continuidade a partir da Lei 5.692/71, onde será mencionado o desenvolvimento do ensino de Arte no Maranhão a partir do curso de Licenciatura em Educação Artística da Universidade Federal do Maranhão, entendendo, assim, melhor a sua origem e a vida do curso atual.

3. DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE ARTE NO MARANHÃO A PARTIR DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ARTÍSTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

A história sobre o Curso de Arte da UFMA nasce em 1971 oferecia-se inicialmente o curso de Licenciatura em Desenho e Plástica, com o passar do tempo, 10 anos após a lei 5.692/71, em 1981 a UFMA passou a ter o modelo da Educação Artística com habilitação em Desenho e Artes Plásticas. Em 1988 com a nova reforma curricular acrescentou-se também a habilitação em Artes Cênicas. Hoje a UFMA possui três graduações existentes em Arte, sendo elas: Licenciatura em Teatro, Licenciatura em Artes Visuais e Licenciatura em Música.

A UFMA também disponibiliza o modelo de ensino de Educação a Distância em Artes Visuais e Teatro que iniciou a partir de 2006 e segue formando profissionais nessa área.

A UFMA por certo período, na década de 70 iniciou com a licenciatura de curta duração, (dois anos) que tinha uma carga horária de 1500 horas, através desse modelo que se preparava o professor para a polivalência, o professor em tão pouco tempo de curso tinha que conhecer conteúdos na área das artes plásticas, da música, do desenho e das artes cênicas, mas logo fora deixada de lado, pois não tinha condições de preparar o professor em 1500 horas, ou seja, acabava sendo muito diversificados os conhecimentos, tornando-os fragmentados.

Depois passou a adotar outro sistema no ano de 1981, ela seguia com o esquema de habilitações que até pouco tempo a UFMA estava habilitando profissionais na área das Artes Plásticas, Desenho e Artes Cênicas, nessa época os alunos entravam juntos na mesma turma cursavam as mesmas disciplinas até o quarto período, era chamado de tronco comum, a partir daí é que o aluno escolhia a sua habilitação (Artes Plásticas, Desenho ou Artes Cênicas) nunca saía com as três habilitações. Nesse formato de licenciatura plena, em torno de quatro anos, a UFMA preparava o professor para o mercado trabalho numa carga horária de 2500 horas.

Segundo Candau (1987), a licenciatura de curta duração não era uma idéia nova. Já na década de 60 haviam sido criados cursos superiores de “curta duração”, com o objetivo de formar professores para a escola média. Havia, porém, uma diferença que a autora resalta estar presente nos anos 60, essas licenciaturas aligeiradas tinham um caráter emergencial e transitório. No entanto nos anos 70, elas surgem como um processo regular de formação de professores, ganhando inclusive uma justificativa pedagógica, qual seja, a de formar o professor polivalente. (ROSA, 2005, p.18)

Com o intuito de tornar melhor a formação dos alunos de arte. O Departamento de Artes e a Coordenação do curso de Licenciatura em Educação Artística no ano de 2009 “realizou estudos na experiência de traçar não só uma reforma curricular do curso vigente, mas também uma nova configuração de cursos, coordenações e de todo ensino de arte na UFMA”. (Projeto Político Pedagógico Curso de Licenciatura em Artes Visuais, 2009. p. 12).

Desta forma, o que se propõem é a criação do curso de Licenciatura em Artes Visuais, em substituição ao curso de Licenciatura em Educação Artística nas habilitações em Artes Plásticas e Desenho, trazendo reformulações estruturais, com um currículo que atenda as novas mídias contemporâneas, mantendo sua base de sustentação docente no Departamento de Artes da UFMA. (Ibid., p. 13)

O curso de Licenciatura em Teatro e Música foi inserido nessa nova modalidade de ensino por linguagem artística, sendo que o Curso de Teatro foi o primeiro a formar turma em Julho de 2009/1. Já o curso de Música completava três anos de funcionamento, tendo seu início em 2007.

O curso de Licenciatura em Educação Artística desde 2009, já não é mais oferecido pelo sistema da Universidade Federal do Maranhão, entretanto a UFMA é a única instituição do Estado do Maranhão a oferecer o curso de graduação voltado para a formação de professor de Artes Visuais e Teatro, tanto a UFMA quanto a UEMA oferecem o Curso de Música.

Desse modo a UFMA passa a oferecer ao mercado de trabalho profissional com formação em Artes Visuais, professores capacitados para desenvolver o ensino de Arte nas escolas de rede particular e pública podendo ele atuar na rede Federal, Estadual, e Municipal. O professor de Arte também “poderá atuar em órgão público e privados especializados na área da cultura, como centros culturais, museus, galerias, agências de treinamento, secretaria de cultura, dentre outros”.

A formação do professor de Arte nos dias de hoje é de grande importância, pois o mercado de trabalho necessita de bons profissionais para ensinar os conteúdos de arte, esclarecendo e orientando os alunos a desenvolverem o conhecimento artístico para ser experimentado e produzido na escola.

Para que o desenvolvimento do ensino de Arte seja eficiente é preciso que o professor planeje e tenha domínio dos processos pedagógicos buscando assim aprimoramento constante. Os estudantes que entram para o curso de licenciatura em Artes Visuais se tornam:

Um profissional habilitado para produção, ensino, pesquisa, extensão e crítica no campo das Artes Visuais, possuindo formação voltada para o desenvolvimento da percepção, reflexão e potencial criativo, dentro da especialidade do pensamento visual, bem como em áreas complementares e afins. (Ibid., p. 14)

É por isso que o profissional de Arte é habilitado somente para ensinar a sua disciplina, não cabendo aos demais profissionais lecionar a disciplina de Arte. Sabe-se que existem outros profissionais da área da licenciatura sem ser da Arte que acabam aceitando lecionar o conteúdo de Arte só pra preencher a sua carga horária, como se a Arte não precisasse de profissionais formados e capacitados para ensinar a Arte.

Em pleno século XXI ainda existe esse tipo de conduta de profissionais que aceitam essa condição só para não ser remanejado para ensinar um, dois ou três horários em outra escola, isso também parte muito da direção da escola pressionando o professor a aceitar essa situação.

Em suma, os empregos oferecidos para o formando em Artes são voltados para o ensino, mas o profissional de Artes Visuais encontra seu espaço praticamente em todas as atividades que envolvem a arte e a cultura, como galerias de arte, museus e etc.

4. ESCOLA ALMIRANTE TAMANDARÉ

Antes de se fazer comentários sobre a pesquisa realizada no Centro de Ensino Almirante Tamandaré (CEAT), é necessário que se faça um breve relato sobre a educação brasileira, no período que a Escola Pública é criada.

Com a Proclamação da Independência, situações surgiram como, a “emancipação no plano político”, e “colocava-se em questão a construção de um Sistema Nacional de Instrução Pública” (SOLIDADE, 2006) Não havia uma estruturação específica quanto à educação escolar, pois “a emancipação no plano político havia destruído qualquer forma organizada de educação escolar”.

No período do Império, algumas medidas institucionais foram iniciadas no ano de 1822, mas “não tinham o caráter de reforma, mas de criação do mesmo de ensino” (SOLIDADE, 2006) já no ano seguinte em 1823 a “assembléia constituinte e legislativa” mostrava projetos que estava atrelado a um ensino “educacional nacional” e criações de universidades no país, mas sem muito êxito dentro desse regime. “Com o advento do Estado Nacional decorrente da proclamação da Independência em 1822, uma escola pública nacional poderia ter decorrido da aprovação da lei das escolas de primeiras letras, de 1827, mas isto não acabou acontecendo.” (LOMBARDI, 2005, p. 9-10).

No ano de 1834, ficaram sob a ação das províncias as escolas primárias e secundárias, desistindo de um projeto de escola pública nacional. (LOMBARDI, 2005, p. 10). Com a chegada da República, a escola pública tornou-se a ser presente na história da educação brasileira. Em 1889, um dos itens essenciais para o movimento republicano do discurso político da época foi o projeto educacional para o país, havia um interesse em organizar o Sistema Nacional de Ensino.

É a partir daí que o poder público assume a tarefa de organizar e manter integralmente escolas tendo como objetivo a difusão do ensino a toda população. Essa tarefa se materializou na instituição da escola graduada, isto é, dos grupos escolares a partir de 1890 no estado de São Paulo, de onde se irradiou para todo o país. (LOMBARDI, 2005 apud SOUZA, 1998, p. 17).

Durante esse momento de República a educação se aproximava desse campo de desenvolvimento, o Estado de São Paulo desempenhava dois itens básicos. Sendo eles:

A organização administrativa e pedagógica do sistema em sua totalidade, o que implicava a criação de órgãos centrais e intermediários de formulação das diretrizes e normas

pedagógicas bem como de inspeção, controle e coordenação das atividades educativas; a organização das escolas na forma de grupos escolares, superando, por esse meio, a fase das cadeiras e classes isoladas, o que implicava a dosagem e graduação dos conteúdos distribuídos por séries anuais e trabalhados por um corpo relativamente amplo de professores que se encarregavam do ensino de grande número de alunos, emergindo, assim a questão da coordenação dessas atividades também no âmbito das unidades escolares. (LOMBARDI, 2005, p. 10).

Ainda nessa fase de 1889 – 1930 sabe-se que foi um tempo decorrido de grandes iniciativas, tratava-se da década das reformas educacionais, principalmente na década de 20. Um dos movimentos de destaque durante essa década foi o movimento da Escola Nova. Educadores pretendiam criar uma igualdade de oportunidades. O ensino não deveria ter uma direção religiosa, a educação deveria ser oferecida a todos, e todos receber o mesmo tipo de educação. Nessa perspectiva, entre os educadores que lideravam o movimento foram: Sampaio Dória, em São Paulo (1920); Lourenço Filho, no Ceará (1923-1924); Anísio Teixeira, na Bahia (1924-1925); Francisco Campos e Mario Casassanta, em Minas Gerais (1927); e Fernando de Azevedo, no Distrito Federal, (1928). (PILETTI, 2006, p. 63).

É necessário mencionar que Anísio Teixeira acumulou experiência em cursos de educação nos Estados Unidos, onde foi aluno de John Dewey, o grande idealizador do movimento da Escola Nova norte-americano, impulsionando-o a se projetar como gestor das reformas educacionais e agir como filósofo da educação. O século XX foi marcado como início do desenvolvimento do ensino, Anísio lutava para que a escola fosse de tempo integral, pública, laica e obrigatória, sendo que esse ensino fosse direcionado a uma rede até a Universidade.

No período da década de 1930, a história mostra que foi um tempo de importantes debates políticos, principalmente no aspecto educacional, pois havia um interesse como uma questão nacional. Com a Revolução de 30, é criado o Ministério da Educação e Saúde. A educação começava a conquistar seu espaço, mesmo estando associado à área da saúde.

Na seqüência, tivemos uma série de medidas relativas à educação de alcance nacional: em 1931, as reformas do Ministro Francisco Campos; em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, dirigido ao povo e ao governo, que apontava na direção da construção de um sistema nacional de educação; a Constituição de 1934 que colocava as exigências de fixação das diretrizes da educação; as leis orgânicas do ensino, um conjunto de reformas promulgadas entre 1942 e 1946 por Gustavo Capanema, ministro da educação do Estado Novo. (LOMBARDI, 2005, p. 11).

O país estava em desenvolvimento na área “industrial” e o país crescia com a “urbanização”, era preciso a escola prover-se de equipamento necessário para atender o contingente de trabalhadores e ao setor operário. Era importante, portanto, a expansão da escola pública.

No ano de 1946 a Constituição Federal designava “à União a tarefa de fixar as diretrizes e bases da educação nacional”. Sendo que em 1947, veio a se tornar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional publicada em 20 de Dezembro de 1961, que novamente se modificou em 1968 e 1971. Hoje a atual LDB, como lei nº 9.394 foi promulgada em 20 de dezembro de 1996.

Diante de grandes acontecimentos na área da educação, sua história não termina no parágrafo acima, leis, decretos, reformas, resoluções, e apesar do avanço no âmbito educacional ainda se percebe sérios problemas na área da educação brasileira, onde se precisa de muitas melhorias.

Cabe aqui ressaltar que toda essa breve retrospectiva educacional foi feita para se conhecer a realidade atual do ensino que será relacionado ao contexto dessa Escola Pública Centro de Ensino Almirante Tamandaré, que hoje existe graças ao início de tudo na origem da Educação Pública no Brasil, quando se pensa em educação pública, se pensa também num conjunto de conteúdos, métodos e recursos empregados na escola, se pensa na interação entre escola e comunidade, se pensa no relacionamento entre professores e alunos, se pensa num ensino de qualidade e outros assuntos pertinentes que serão descritos abaixo.

Em breves relatos a origem da Escola Pública de Centro de ensino Almirante Tamandaré, deu-se no início na década de 80, precisamente inaugurado no dia 27 de janeiro de 1982. A escola se chamava anteriormente Colégio Integrado de 2º Grau “ALMIRANTE TAMANDARÉ”, uma obra que fora construída pelo Governo do Estado, através da COHAB-MA e financiado pelo BNH.

De acordo com a implantação da Lei nº 5.692/71 tornou-se obrigatório o ensino profissionalizante nas séries do 2º grau.

Pela reforma de 1971, o ensino de 2º grau tornou-se todo ele profissionalizante. O aluno só poderia concluí-lo mediante a obtenção de um diploma de auxiliar técnico (três anos) ou de técnico (quatro anos). Mais de duzentas habilitações profissionais foram regulamentadas pelo Conselho Federal de Educação. Para ingressar no ensino superior bastaria a conclusão do 3º ano e a classificação no concurso vestibular. (PILLETI, 2006, P. 122)

Com o passar do tempo e segundo a Lei nº 7.044/82 as escolas de 2º grau já não proporcionavam tanto assim a chamada habilitação profissional, havia uma dificuldade no ensino, pois as escolas não ofereciam um espaço físico adequado para que cada curso profissionalizante fosse executado.

Após uma reforma na estrutura física da escola, em setembro de 1989 a escola Almirante Tamandaré passa por mais uma mudança na sua nomenclatura, tornava-se conhecida como Centro de Ensino de 2º Grau Almirante Tamandaré. Com mais uma mudança a partir de 30 de abril de 2006 a escola passou a se chamar de Centro de Ensino Médio Almirante Tamandaré. Atualmente a escola hoje é conhecida apenas como Centro de Ensino Almirante Tamandaré. O nome da Escola foi mudado na gestão do Governador do Maranhão João Castelo através do decreto nº 8.906 de 30 de abril de 1981, para fazer homenagem ao Marquês de Tamandaré que “participou das lutas pela pacificação da Confederação do Equador das guerras civis nas Províncias do Maranhão e do Pará e da Guerra da Cisplatina. Pacificou a Setembrada, lutou contra a Balaiada e contra os praiheiros”. Em 1867, alcançou o posto de Almirante, por ter participado de lutas contra “Aguirre, no Paraguai, e comandou a Esquadra aliada na Guerra do Paraguai” e em 1888 “o título de Marquês”.

Assim que a escola fora criada era oferecido aos alunos o curso de formação técnico-profissionalizantes, que em 1990, deixou de oferecer essa modalidade por ter passado por nova reformulação no ensino brasileiro, oferecendo hoje o então curso regular do ensino médio.

4.1 Localização e Espaço Físico

A Escola Centro de Ensino Almirante Tamandaré situada na Rua 28, Quadra 32, Nº 01, do Bairro Cohab-Anil na cidade de São Luís/MA. Trata-se de uma escola pública de ensino médio que compõe a rede Estadual de Educação do Município de São Luís.

Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino (capítulo I) da composição dos Níveis Escolares. Segundo o art. 21 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), a educação escolar compõe-se de: (I) Educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; (II) Educação superior. O art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com a duração mínima de três anos, terá como finalidades: I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, [...]; II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, [...]; III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, [...]; IV – a compreensão dos fundamentos científicos-tecnológicos dos processos produtivos, relacionados a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (LDB 1996)

Atualmente a estrutura física do Centro de Ensino Almirante Tamandaré encontra-se dividido em 03 alas ou corredores, a primeira ala funciona a parte administrativa, e nas outras alas encontram-se ao total as 21 salas de aula, ou seja, 08 salas de 1º ano, 07 salas de 2º ano e 06 salas de 3º ano; 01 secretaria; 01 biblioteca; 01 sala de vídeo; 01 auditório; 01 refeitório; 01 cantina particular; 02 laboratórios de informática; 01 laboratório de química; 01 laboratório de física; 01 laboratório de biologia; 01 quadra esportiva; 01 pátio; 01 sala de professores com 01 banheiro masculino e 01 feminino; 01 sala de supervisão pedagógica; 01 banheiro masculino; 01 banheiro feminino; 01 sala de almoxarifado; 01 sala para duas vice-diretoras; 01 sala para o gestor geral com 01 banheiro.

A escola atende no período matutino, vespertino e noturno, sendo que a pesquisa foi realizada apenas no turno matutino. No turno da manhã, onde ocorreu à coleta de dados para esta pesquisa, relata-se que não existe uma sala destinada para as aulas de arte já que algumas das disciplinas como: química, física e biologia possuem laboratórios destinados para o desenvolvimento dos conteúdos ensinados na prática, sabe-se que toda disciplina além da aula teórica tem a sua prática a ser desenvolvida, o que não deveria ser diferente da disciplina de arte, um espaço destinado para o desenvolvimento das aulas de pintura e qualquer outra atividade prática de arte desenvolvida nesse âmbito. Há um descompasso na produção teórica quanto na produção prática na aula de arte.

Em março de 2015, uma reportagem foi realizada denunciando e mostrando as péssimas condições do Centro de Ensino Almirante Tamandaré, em pleno final de março entrando para o mês de abril as aulas do ano letivo de 2015 não foi iniciada por que desde o ano passado de 2014 as salas de aulas estavam sendo preparadas para serem instalados os aparelhos de ar condicionado, salas de aulas sem condições de uso, como carteiras quebradas, quadro em péssimas condições para serem usados, quanto aos banheiros sem a menor condição para serem usados, pois os vasos sanitários estão quebrados, quanto à área externa, mas dentro da escola um matagal causa grande perigo tanto aos alunos quanto aos funcionários, pois há uma grande chance de marginais se esconderem nesse perímetro.

Segundo o site de informações (<http://blogdosleoes.ma.gov.br/224/>) a respeito sobre a falta de pagamento em 2014 paralisou reforma do Almirante Tamandaré, uma reportagem de 6 de Abril de 2015 mencionava a respeito do caso. As obras foram paralisadas, pois o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) bloqueou os recursos para realização da obra por falta de fiscalização e outras irregularidades no processo. Mas medidas foram aplicadas para que as aulas na escola fossem iniciadas o mais rápido possível em 2015.

A falta de prioridade com a educação no Centro de Ensino Almirante Tamandaré são visíveis, causando atrasos no início das aulas, os alunos passam a cobrar da Secretária de Educação melhorias urgentes para não perderem o período do ano letivo. Percebe-se que quando há uma procura por uma resposta da Seduc, a Seduc sempre ameniza os fatos dizendo que já foi tomada alguma atitude, mas nunca assume o descompromisso com a Educação.

4.2 A Prática Pedagógica do Professor de Arte na Escola Pública Centro de Ensino Almirante Tamandaré

Através das informações obtidas pelo questionário aplicado no Centro de Ensino Almirante Tamandaré, a intenção aqui na pesquisa aplicada é analisar a prática pedagógica desse Professor de Arte em sala de aula.

Durante a pesquisa o questionário foi aplicado para três professores, sendo eles dos três turnos, mas a pesquisa se deu apenas para o Profissional de Arte do turno matutino. Vale ressaltar que cada professor de Arte é designado pela coordenação pedagógica a ficar responsável apenas por cada 1º, 2º e 3º ano, desse modo, não há uma sobrecarga desse professor lecionar a disciplina de Arte.

Sabe-se que a prática pedagógica de qualquer professor contribui de certa forma, no desenvolvimento e no sucesso do processo educativo do aluno. É necessário entendermos que prática pedagógica enfatiza o fazer pedagógico em preparar e executar o seu ensino, o planejar, o avaliar são elementos importantes nesse aspecto.

É necessário mencionarmos que na busca de responder o objetivo proposto, os três professores de Arte tiveram sua formação acadêmica em Educação Artística na Universidade Federal do Maranhão, com habilitação em Artes Plásticas.

Como relatam os professores colaboradores diante das questões respondidas por eles, a carga horária não é suficiente para um bom desenvolvimento do aluno, são apenas 02 (duas) horas semanais para ser trabalhado um conteúdo extenso tanto a teoria como a prática. Desse modo, percebemos que não há uma valorização para o ensino de arte da forma como é vista. É impossível fazer um bom trabalho com os alunos diante de tal situação.

Outro ponto pertinente no desenvolvimento para uma prática pedagógica é se a Escola possui uma proposta curricular ou um projeto baseado nos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais). Os PCN para o Ensino Médio têm como função ajudar os professores a refletirem sobre essa prática diária em planejar as aulas e a norteá-lo para a elaboração de uma boa proposta curricular.

conhecimentos de arte aos adolescentes, jovens e adultos, alunos em escolas de Ensino Médio. As diretrizes aqui buscam contribuir para o fortalecimento da experiência sensível e inventiva dos estudantes, e para o exercício da cidadania e da ética construtora de identidades artísticas. Esse fortalecimento se faz dando continuidade aos conhecimentos de arte desenvolvidos na educação infantil e fundamental em **música, artes visuais, dança, e teatro**, ampliando saberes para outras manifestações, como as **artes audiovisuais**.

Com o intuito de ajudar nas reflexões e nas práticas de professores que trabalham linguagens artísticas na disciplina Arte, na Escola Média, expomos indicadores para melhor compreensão sobre a disciplina, o sentido do ensino e aprendizagem de linguagens artísticas, sua relação com a área Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, algumas das competências gerais que possam ser desenvolvidas como os alunos. (PCN – ENSINO MÉDIO, 2000, p. 46).

De acordo com as respostas obtidas pelos professores através de um questionário aplicado e diante dessa realidade da Escola não desenvolver algum projeto para o ensino de Arte baseado nos PCN, percebe-se que os professores não responderam sobre a Proposta Curricular que dá suporte para o desenvolvimento dos conteúdos aplicados aos alunos. De fato, deve existir sim, mas não utilizam.

Por a Escola também não possuir um espaço apropriado para as aulas práticas, a relação entre teoria e prática acaba não sendo tão eficaz, pois o que é mais enfatizado pelos professores são as aulas teóricas, às vezes quando se trabalha as aulas práticas, elas são desenvolvidas na própria sala de aula, onde não há nenhuma estrutura apropriada para serem executadas as atividades manuais. É preciso mudar muito ainda essa concepção de apenas existir salas ou laboratórios para determinadas disciplinas como química e física, não dando espaço apropriado para as aulas de artes, pois é nesse espaço apropriado que os alunos desenvolvem suas habilidades, sensibilidade, percepção, expressão e sua criação artística.

Acontece que às vezes depende muito da direção da escola, junto com a orientação do professor em querer criar um espaço ou um laboratório para que as aulas práticas fossem realizadas. Outro ponto pertinente é a importância de trabalhar interdisciplinaridade dos conteúdos possibilitando a integração de conhecimento e possibilitando maior interação entre os alunos também. De acordo com as informações dadas pelos professores a interdisciplinaridade se desenvolve através de projetos como feira de ciências e show de talentos.

Para que o professor de arte planeje os conteúdos a serem ministrados em sala de aula, é importante ter o livro didático como um suporte no momento de escolher esses assuntos a serem

trabalhados pedagogicamente, todavia mesmo o livro sendo utilizado didática e corretamente em sala de aula, o professor deve ter em mente e veja o livro didático apenas como uma das ferramentas de apoio. Referente ao processo de escolha do livro a participação do professor é de extrema importância, pois devem saber das qualidades e limitações que o livro possui.

Quanto à escolha do conteúdo e se a escola adota o livro didático nesse processo de ensino-aprendizagem temos algumas informações referentes a esse assunto como: o material criado pelo professor é utilizado em sala de aula e que o livro didático não é utilizado pelo fato da escola não adotar o livro. Quanto ao critério utilizado para a escolha do livro o professor, às vezes, participa da ação, mas a escola acaba não adotando.

Outro item importante, além do livro didático no processo da prática pedagógica, é a utilização de outros recursos usados pelo professor. Esses recursos ajudam a melhorar o ensino de arte em sala de aula e a utilização de equipamentos como data show faz com que a aula seja mais atrativa, filmes abordando assuntos que se referem sobre Arte também faz parte desse recurso.

Outro aspecto abordado na pesquisa é se o professor elabora e/ou incentiva a atividade extraclasse, pois essas atividades são relevantes na contribuição de motivar e promover o interesse nos alunos é importante salientar, que as atividades extraclasse, não substituem as atividades curriculares, mas colabora no intuito de vivenciar e aprofundar o conteúdo. Alguns professores responderam que realiza atividades através de visitas aos museus, através de ida ao Teatro e frequentando exposições ou Galerias de Arte.

Avaliar o processo de ensino-aprendizagem através dos conteúdos assimilados pelos alunos requer todo um trabalho pedagógico que se faz necessário diante de uma realidade escolar. O professor precisa avaliar o desempenho do aluno todo dia, uma tarefa que na prática pedagógica do professor requer bastante atenção e cuidado, pois avaliar deve ser um instrumento para ajudar a identificar e analisar a evolução, o rendimento e as modificações do aluno.

Por meio da avaliação, também o professor saberá se posicionar frente às situações de aprendizagem que planeja, revendo caminhos de seus projetos alterando métodos, buscando novas alternativas, reforçando conteúdos, seguindo em frente, retrocedendo ou mudando totalmente a direção. (MARTINS, 1998, P. 145)

Existem algumas características e funções de avaliar, cabendo ao professor escolher que tipo usar no decorrer do processo escolar. Quanto a sua finalidade os tipos de avaliação são: somativa,

formativa e diagnóstica. A somativa como o próprio nome diz refere-se à soma que resulta em uma avaliação final, a função dela é alcançar os resultados ao término de um semestre ou ano letivo. A formativa consiste em fixar os conteúdos possibilitando alcançar os objetivos no processo de ensino e aprendizagem do aluno. A diagnóstica acontece no começo de cada ano letivo, podendo assim o professor descobrir os erros e planejar as atividades que for preciso fazer. Portanto, em qualquer sistema educacional é necessário que a avaliação aconteça de forma organizada e planejada conforme as normas que regem o sistema de ensino.

Cabe ressaltar aqui como os professores da Escola Almirante Tamandaré avaliam seus alunos. Um dos professores respondeu que a forma de avaliar os conteúdos de arte adotada pela escola se dá através das atividades avaliativas objetivas, subjetivas, prova bimestral, atividades teóricas e práticas, pesquisas, seminários, encenações, feira cultural, show de talentos. A avaliação também ocorre através de “interesse e participação dos alunos nas aulas e atividades”.

Nessa pesquisa também foi questionado aos professores sobre como é a receptividade do aluno com relação ao ensino de Arte, como já era de se esperar, a resposta de cada professor é pertinente quando se trata sobre o interesse pelo conhecimento da arte. Sabe-se que há uma rejeição com a disciplina, talvez pela maneira como seja utilizada pelo método de só ser abordado mais a teoria do que a prática, também como já fora mencionado pela falta de uma sala apropriada só para o ensino da Arte. Alguns alunos levam a disciplina na brincadeira, mas também há alunos que se interessam em estudar a Arte.

Quanto à linguagem artística mais trabalhada pelos professores do 1º, 2º e 3ºano do turno matutino em sala de aula é a linguagem das Artes Visuais. Apesar dos professores serem formado nessa linguagem, eles também trabalham conteúdos de outras linguagens artísticas. O professor precisa sempre estar se qualificando na área do Ensino de Arte, para aumentar seus conhecimentos pedagógicos e adquirir novos métodos e a forma como cada Professor de Arte da escola Almirante Tamandaré se qualifica é sendo através de curso de aperfeiçoamento na área e investindo na pós-graduação e mestrado.

A Professora de Arte do 1º ano respondeu que *busca sim. Participando de eventos; fazendo pesquisa; conhecendo novas perspectiva. Este ano meus alunos (alunos orientados por mim) ganharam 2º e 1º lugar na mostra competitiva À Mercê das Artes na Categoria Pintura.*

Na formação do (a) professor (a) de Artes essas vivências no dia-a-dia são bem importantes

para o desenvolvimento do exercício da docência. Diante dessa realidade a formação do professor para Fusari e Ferraz afirma que o conhecimento artístico é muito importante quanto o conhecimento pedagógico.

No caso do professor de Artes, a sua prática-teoria artística e estética deve estar conectada a uma concepção de arte, assim como a consistentes propostas pedagógicas. Em síntese, ele precisa *saber arte e saber ser professor de arte*. (FUSARI; FERRAZ, 2001, p. 53).

Diante dessas respostas obtidas através do questionário aplicado acerca das práticas pedagógicas desenvolvidas na disciplina de Arte no Ensino Médio Almirante Tamandaré, observa-se que a realidade de ser Professor de Arte nos propõe a (re) pensar e analisar sobre essa prática em sala de aula. O Professor precisa sempre estar atualizado quanto aos conhecimentos a respeito da arte quanto aos saberes relativos à aprendizagem.

Desse modo, acerca de tudo que se foi escrito neste capítulo mesmo com as dificuldades apresentadas pelos professores quanto à carga horária que chega a ser insuficiente para se trabalhar diversos conteúdos, ou mesmo a relação entre teoria e prática não serem exercidas da maneira como se pretende e outros itens que foram mencionados acima ou até mesmo a falta de um planejamento adequado está inserido na prática pedagógica do profissional de Arte.

Cabe ao professor diante da sua metodologia oferecer aos alunos novas estratégias pedagógicas de aprendizagem significativa em Arte. É importante que os professores ensinem ao aluno a desenvolver o fazer artístico (criação); Leitura da imagem / obra de arte (apreciação); e História da Arte (contextualização). Sobretudo pode-se dizer que o ensino de Artes é fator preponderante em todos os níveis da Educação básica, é nessa perspectiva que entendemos que a arte é um procedimento de reconstruir o ser humano.

4.3 Sistematizar e Analisar os Dados Obtidos na Pesquisa e Suas Contribuições Para a Melhoria do Ensino de Arte

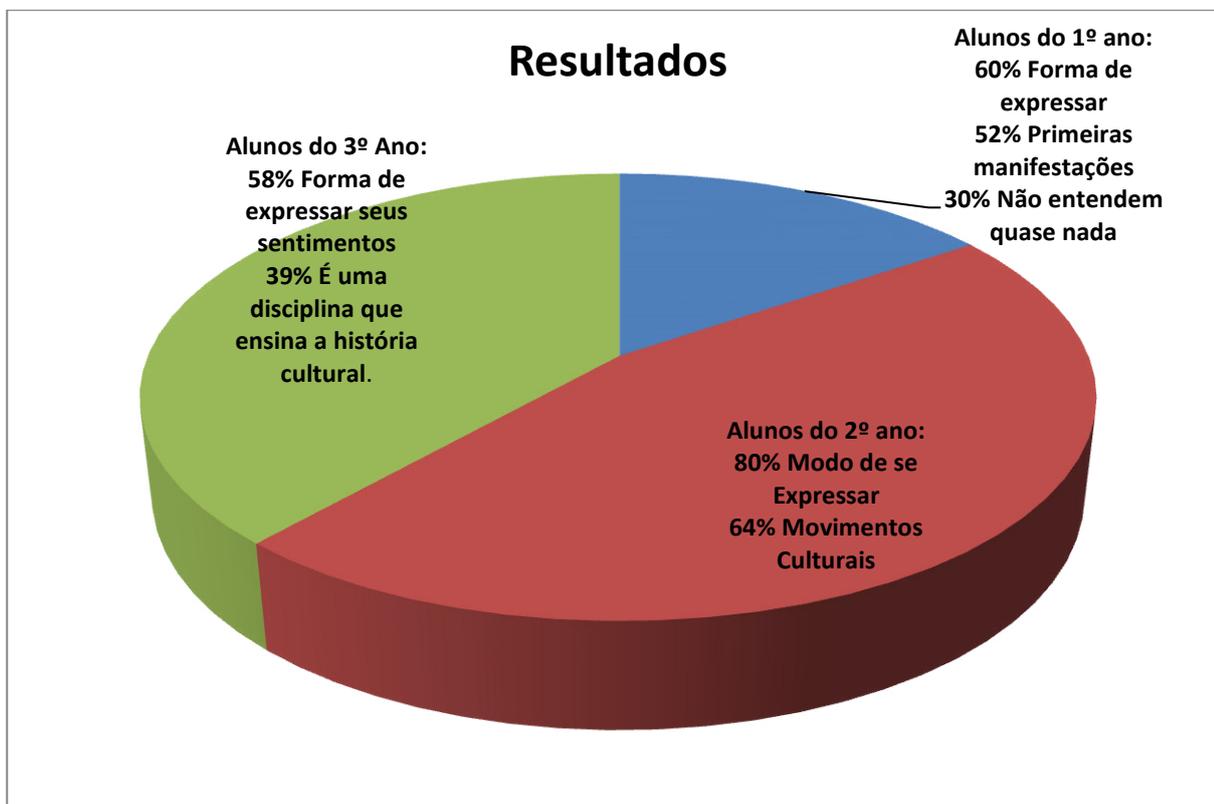
De acordo com a pesquisa realizada na Escola Pública Almirante Tamandaré através de um questionário subjetivo aplicado para o coordenador pedagógico, professores e alunos do 1º ano, 2º ano e 3º ano, obtivemos resultados que possibilitam conhecer a realidade da Arte-Educação na prática educativa através das respostas coletadas dos seguintes argumentos.

O que se entende por Arte, como ela é trabalhada e qual é sua relação entre teoria e prática. Outros itens abordados referem-se à satisfação e expectativas por meio da disciplina, material didático, elaboração de atividades extraclasse, avaliação do professor e qual a linguagem artística os alunos mais se identificam.

É importante salientar também que foi elaborado um questionário direcionado para o diretor da escola participar, perguntando a ele sobre a importância do ensino de arte, carga horária, formação de professores, linguagens artísticas trabalhada na escola, projeto pedagógico, temas transversais, relação família e escola, e o ensino de arte para os pais para compreensão do ensino de Arte na Escola Pública

Os gráficos abaixo são demonstrativos dos questionários aplicados para os alunos do 1ºano, 2º ano e 3º ano no Centro de Ensino Almirante Tamandaré (CEAT).

Gráfico 1 – resultado da questão número 1 do questionário sobre o que os alunos entendem por Arte.



Através deste capítulo, que tem como título sistematizar e analisar os dados obtidos na pesquisa os questionários designados aos alunos de 1º, 2º e 3ºano era composto de oito perguntas, na questão referente o que se entende por Arte, 60% dos alunos do 1º ano responderam que Arte “é uma forma de expressão”, 52% dos alunos responderam que é uma das primeiras manifestações da humanidade e 30% disseram que não entendem quase nada de arte por não se interessar pela disciplina.

Quanto aos alunos do 2º ano 80% responderam que arte também é uma forma de se expressar e 64% responderam que estuda os principais movimentos culturais da história. Já os alunos do 3º ano responderam que é uma forma de expressar seus sentimentos e se sensações pela arte e os 39% disseram que é uma disciplina que ensina sobre a história cultural do mundo.

Quanto ao assunto sobre o que se entende por arte, percebe que os alunos tem uma noção sobre o assunto, fica claro que o professor de arte tem ensinado conteúdos significativos que enfatizam o aprendizado do aluno.

Gráfico 2 – resultado da questão número 2 do questionário sobre como é trabalhada a disciplina de Arte e como se relaciona teoria e prática?



Referente a esse item como é trabalhada a disciplina de Arte em cada série e como se relaciona teoria e prática? 11% responderam que a disciplina de Arte é trabalhada com aulas escritas, através de “uns materiais com textos de auxílio didático (...) e apostilas”. 6% não responderam a essa questão.

No 2º ano 40% disseram que é trabalhada através de aulas escritas e com seminários, 11% não responderam quanto a essa questão. E 40% disseram que não tem aulas práticas. Quanto à teoria e prática é importante salientar que para um bom desenvolvimento de um aprendizado significativo para o aluno é importante que haja a prática, por mais que os alunos levem atividades para serem desenvolvidas em casa é necessário haver um acompanhamento pelo professor para sanar as dúvidas que possam existir no decorrer da atividade.

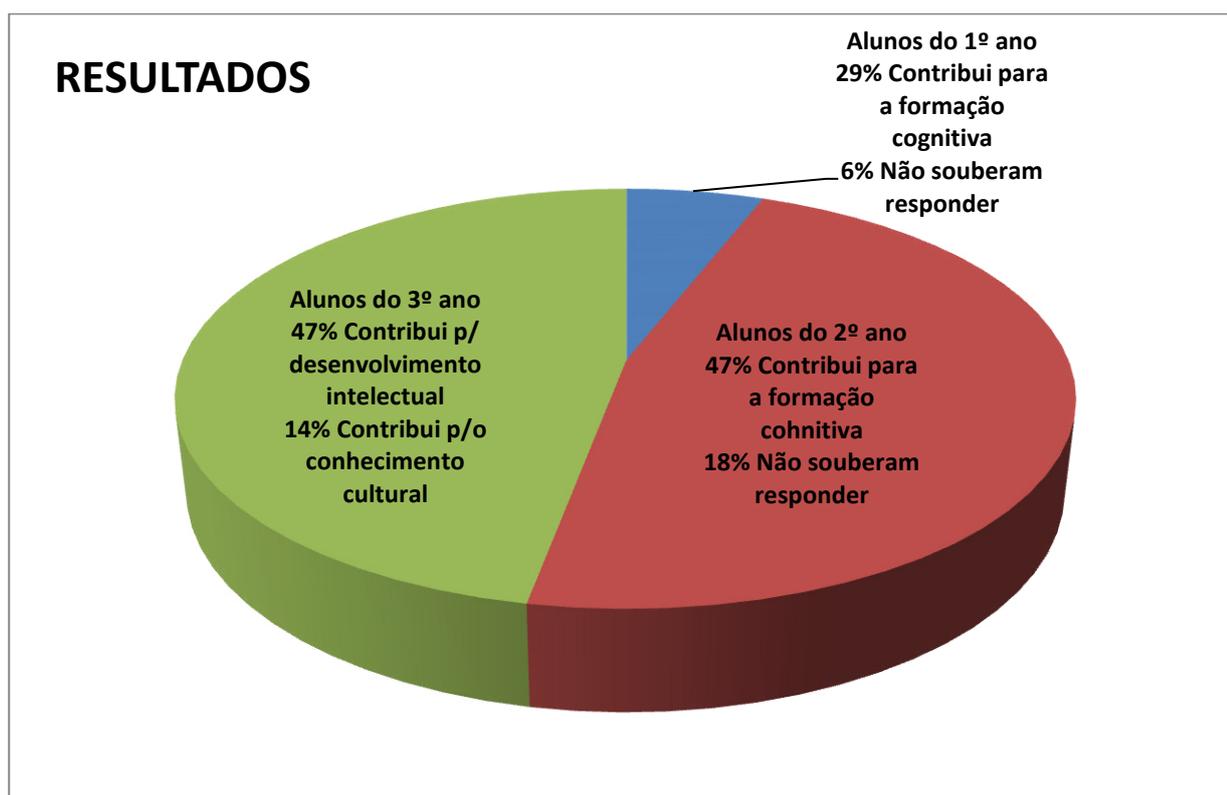
21% dos alunos do 3º ano responderam que é através de apostila e livros e 42% disseram que não tem aula prática.

Quanto a essa questão que aborda sobre as possíveis dificuldades na condução de uma aula prática ser trabalhada na escola é necessário que haja um espaço específico para que as atividades práticas aconteçam, é necessário, também, que a própria direção escolar esteja ciente de que a Escola precisa desse espaço apropriado para o desenvolvimento das aulas de Arte. Assim como os

três professores responderam que não há sala para trabalhar as habilidades manuais, os alunos também afirmaram a inexistência de um lugar somente para se trabalhar as aulas práticas.

No ensino de Arte no Brasil observa-se um enorme descompasso entre as práticas e a produção teórica na área, incluindo a apropriação desse conhecimento por uma parcela significativa dos professores. Tal descompasso é fruto de dificuldades de acesso a essa produção, tanto pela pequena quantidade de livros editados e divulgados sobre o assunto como pela carência de cursos de formação contínuo na área. (PCN – ARTE, 1998, P. 29)

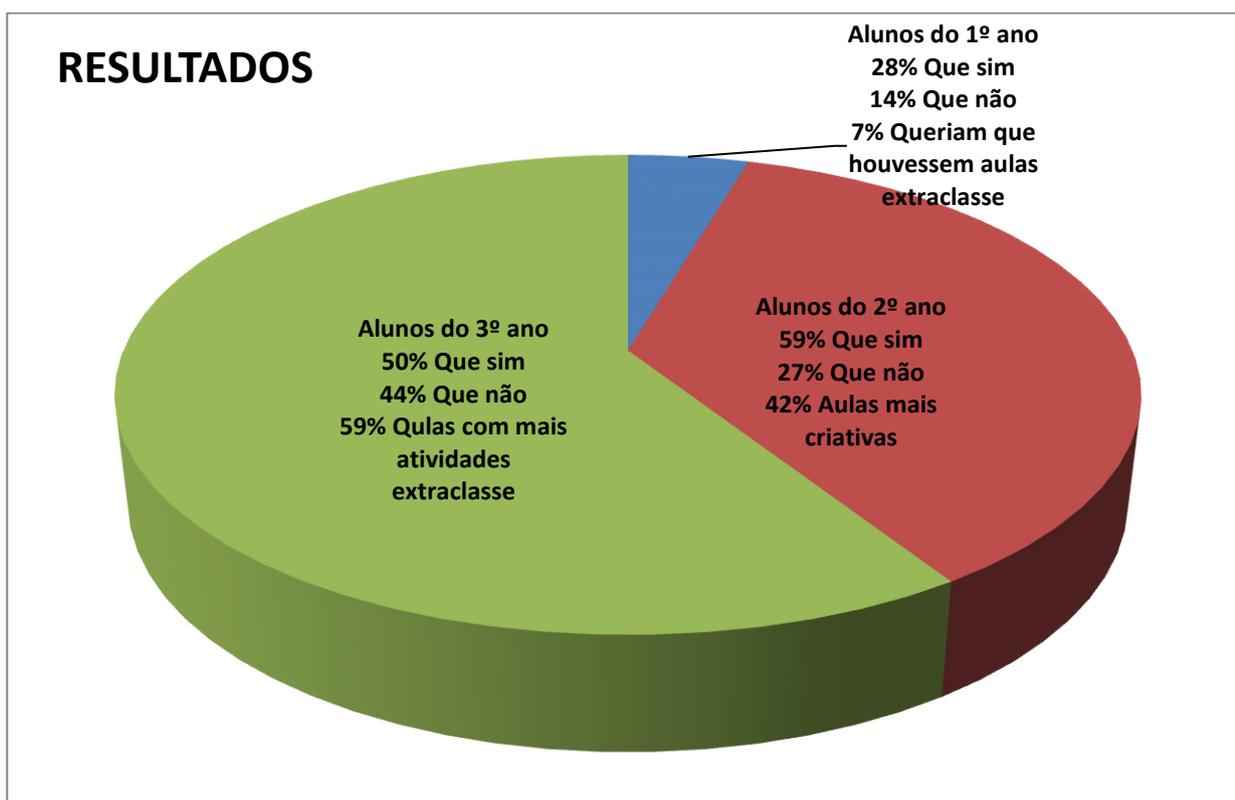
Gráfico 3 – resultado da questão número 3 do questionário sobre como o ensino de Arte pode contribuir para a formação do aluno?



Neste item abordava-se o questionamento de como o ensino de Arte pode contribuir para a formação do aluno, os 29% dos alunos do 1º ano responderam que contribuir para o desenvolvimento cognitivo. 6% não souberam responder essa questão. No 2º ano 18% não souberam responde e 47% responderam que contribui na formação do conhecimento entendendo um pouco a arte e a cultura. No 3º ano 47% dos alunos também disseram que contribui para a formação do conhecimento cultural.

Gráfico 4 – resultado da questão número 4 se as aulas de Artes satisfazem as expectativas

do aluno? E o que você gostaria que mudasse nessas aulas?



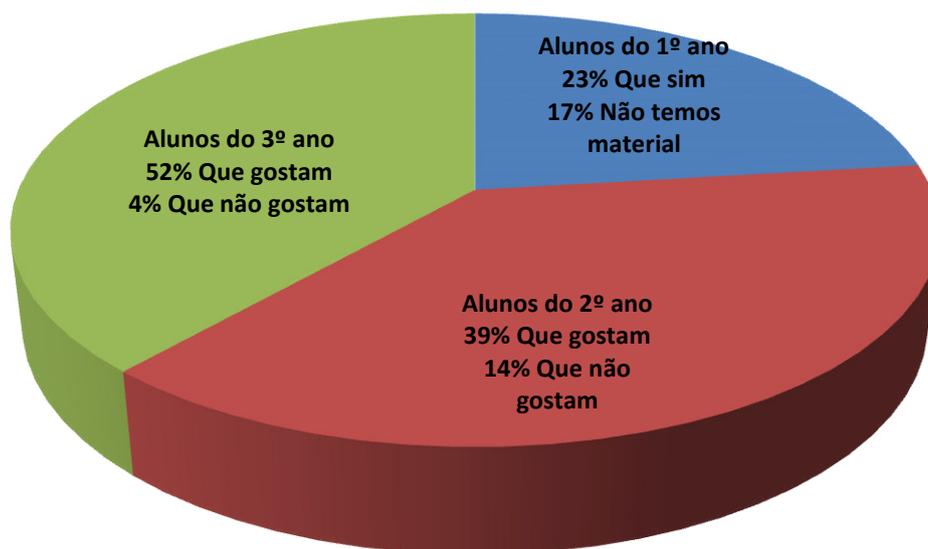
Neste item o questionamento é se as aulas de Artes satisfazem suas expectativas? E o que você gostaria que mudasse nessas aulas? 28% dos alunos do 1º ano disseram que as aulas de Artes satisfazem sim as suas expectativas, 14% responderam que não satisfazem e 7% responderam que queriam que houvesse aulas de atividade extraclasse.

No 2º ano 59% disseram sim que satisfazem as aulas de arte e 27% responderam que não satisfazem e 42% disseram que as aulas deveriam ser mais práticas com aulas de teatro, assim como aulas de música e dança na escola ou até mesmo poderia haver mais aulas criativas.

No 3º ano os 50% dos alunos disseram que satisfazem sim suas expectativas, 44% disseram que não satisfazem e 59% dos alunos queriam que as aulas fossem mais com atividades práticas como pintura.

Gráfico 5 – resultado da questão número 5 se o aluno gosta do material utilizado pelo professor?

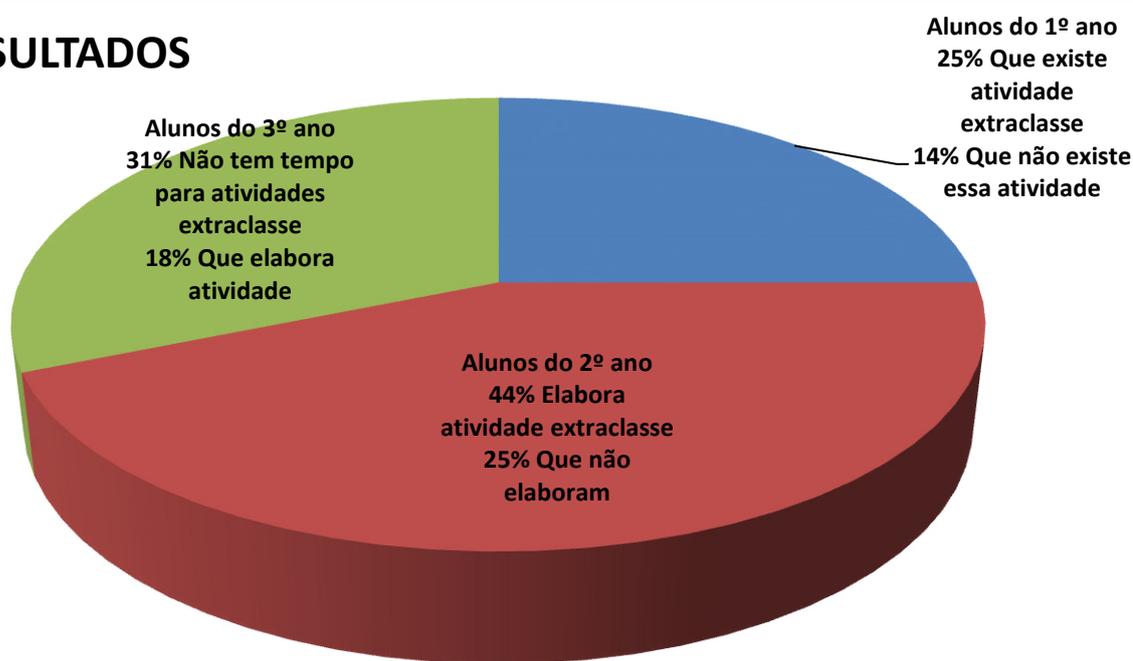
RESULTADOS



Quanto ao item de nº 5 do questionário elaborado para os alunos a pergunta trata se o aluno gosta do material didático utilizado pelo professor. 23% dos alunos do 1ºano afirmaram que sim e os 17% disseram que não temos material, contudo eles disseram que utilizam uma apostila que, de certa forma, é um material utilizado pelo professor. Já os 39% dos alunos do 2º ano disseram que gostam do material utilizado enquanto que os 14% disseram que não gostam. 52% dos alunos do 3º ano responderam que gostam do material usado pelo professor e 4% dos alunos não gostam do material. Percebe-se que a maioria dos alunos tem uma afinidade com o material usado pelo professor, entretanto é um material, ou seja, uma apostila desenvolvida com um auxílio para o ensino em sala de aula.

Gráfico 6 – resultado da questão número 6 além do material didático, o professor elabora ou incentiva atividades extraclasse?

RESULTADOS

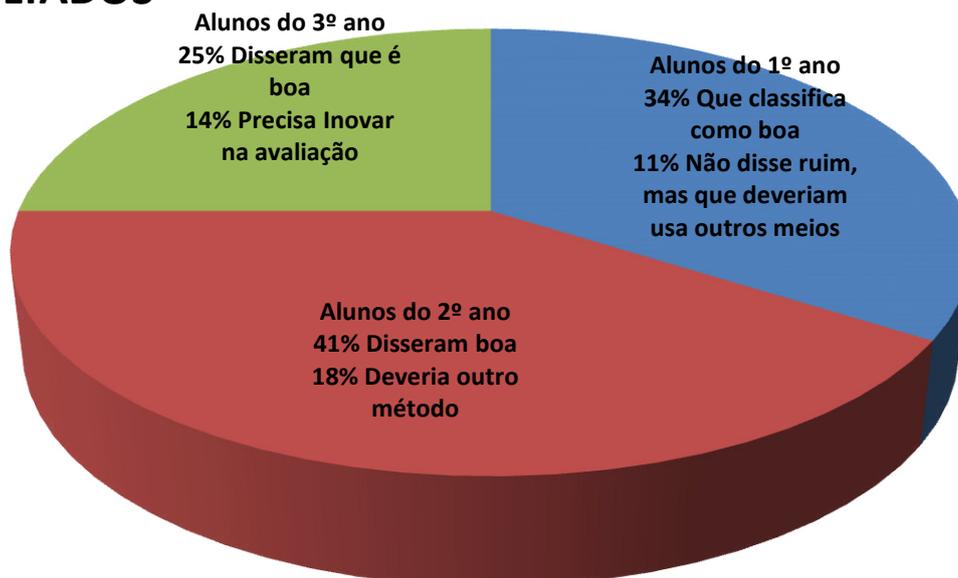


Quanto às atividades extraclasse 25% dos alunos do 1º ano afirmam que o professor não incentiva atividades extraclasse, mas que passa atividades em grupo para os alunos responder em sala de aula mesmo. 14% disseram que esse tipo de atividades não é desenvolvido pelos professores ou até mesmo pela direção escolar, é raríssimo o aluno visitar um museu, um teatro, uma exposição de pintura ou qualquer lugar que esteja atrelada ao conteúdo trabalhado em sala de aula. Comparando as respostas com as dos professores referentes ao assunto de atividades extraclasse, notamos que as respostas obtidas pelos alunos não são as mesmas respostas dos professores, já os 25% dos alunos dizem que o professor faz sim a atividade extraclasse, só que não justificou a resposta, acredito que são alunos que não sabem o que significa uma atividade extraclasse.

Quanto aos alunos do 2º ano 44% afirmam que o professor elabora trabalhos para casa, mas os 25% dizem que não incentiva atividade extraclasse por que a escola não ajuda a proporcionar isso, no sentido de ter um transporte para locomover os alunos para os locais. Já o 3º ano 31% dos alunos diz que não tem tempo para atividades extraclasse, mas a professor incentiva a ida dos alunos aos locais como museus, teatros etc., mas não faz parte de uma atividade extraclasse atribuída para ajudar no conhecimento. Os 18% dos alunos afirma que o professor elabora atividade extraclasse.

Gráfico 7 – resultado da questão número 7 como o aluno classifica a avaliação do professor?

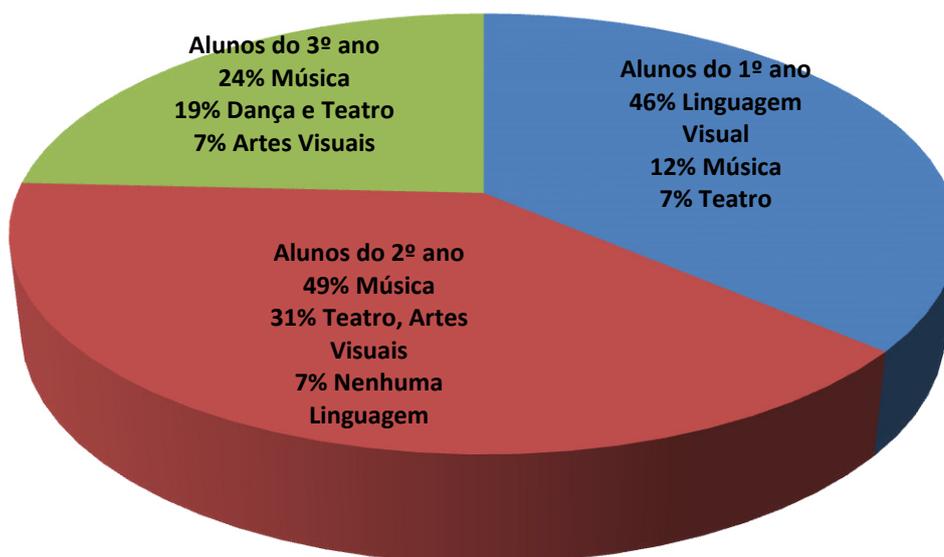
RESULTADOS



A pesquisa também abordou como o aluno classifica a avaliação do professor. Através das respostas obtidas dos alunos do 1º ano 34% disseram que classifica a avaliação do professor apenas como boa, mas não explicaram que métodos que usavam já os 11% disseram que o professor deveria utilizar outros meios para que a avaliação não seja a mesma de sempre. Quanto aos alunos do 2º ano 41% disseram boas também, e os 18% disseram a mesma coisa para que a avaliação seja usada em outros métodos. Os 25% dos alunos do 3º ano também afirmam que a avaliação do professor é boa e normal, pois é utilizado os artifícios como prova, trabalhos e seminários, já os 14% não disseram que era ruim, mas precisava inovar na avaliação. Não podemos deixar de mencionar que a avaliação do professor deve ser bem elaborada, analisando e refletindo sempre qual a melhor forma de avaliar as diversas aprendizagens do aluno.

Gráfico 8 – resultado da questão número 8 qual a linguagem artística o aluno se identifica mais?

RESULTADOS



E para respondermos a última questão que trata qual linguagem o aluno se identifica mais, tivemos uma variedade de respostas. 46% dos alunos do 1º ano é a linguagem Visual que mais eles se identificam, pois é a única linguagem que tem mais contato e pelo professor ensinar essa linguagem, entretanto apenas 12% disseram que a Música é a linguagem que se identificam e gostariam que fosse ensinada em sala de aula e apenas 7% se identificam com o Teatro.

49% dos alunos do 2º ano disseram que se identificam com a linguagem musical, já 31% afirmam que se identificam com o Teatro, a Dança e a Artes Visuais e apenas 7% diz que não se identifica com nenhuma linguagem. 24% dos alunos do 3º ano disseram que a Música é a linguagem que mais se identificam, apesar de não terem professor específico, o professor apenas esclarece alguns conteúdos dessa área. 19% disseram que se identificam com a linguagem da Dança e Teatro e apenas 7% disseram que a Artes Visuais por ser a linguagem trabalhada em sala de aula.

Por ser a única linguagem trabalhada em sala de aula, as Artes Visuais é a única trabalhada na escola. Sabe-se que é impossível para o Governo do Estado fazer concurso para cada linguagem, colocando em sala de aula cada professor específico com a sua área. Se de fato tivéssemos cada professor de Arte trabalhando a sua linguagem, alunos do sistema público estariam mais preparados “a produzirem e apreciarem as linguagens artísticas e a continuar aprender arte a vida toda”. (PCN – ENSINO MÉDIO, 2000, p. 50)

Após a abordagem do questionário realizado com os alunos, analisaremos o questionário aplicado para a direção escolar, onde o vice-gestor participou respondendo as seguintes perguntas. Qual a importância do ensino de Arte para a direção da escola?

Muito grande, visto que, é através dela que o aluno expressa a sua subjetividade.

Quanto à carga horária desta disciplina? Você considera que esta atende ao requisito do conteúdo da disciplina?

80h – acredito que a carga horária é pequena para o professor fazer um trabalho de destaque.

Referente a quantos professores lecionam esta disciplina? Qual a formação deles? A Escola prioriza os professores habilitados nas diferentes linguagens?

03 professores, todos são graduados em Educação Artística. Não, porque quando passam nos concursos a Secretaria de Educação não tem esse crivo.

Outra pergunta importante refere-se quais as linguagens artísticas trabalhada na escola?

Dança, Música, expressão corporal, teatro

É importante mencionar se existe algum projeto pedagógico que envolva arte e comunidade? E que projeto é esse?

Não.

Nas propostas e/ou projetos, estão inseridos os temas transversais? De que forma estão planejados de acordo com a realidade da comunidade?

Sim, trabalhos diariamente junta com o conteúdo escolar.

Como se dá a relação de escola e família? As reuniões acontecem frequentemente nas escolas?

Temos duas reuniões anuais e alunos com problemas pedagógicos ou disciplina,

convocamos o responsável.

Como é abordado o Ensino de Arte para os pais?

Eles não tem nenhum acesso a como é ensinado a disciplina.

Qual é e como é formada a concepção da Escola sobre o Ensino de Arte? Os seus conteúdos são voltados somente para o vestibular?

Não, trabalhamos para desenvolver os vários aspectos artísticos do aluno. Queremos que ele expresse seu lado criativo.

A escola investe na qualificação do profissional de Arte? (como: curso, palestra, congresso, etc.).

Sim, toda vez que temos acesso a palestra, cursos, etc. envolvemos os nossos professores.

Quanto à estrutura física da escola, quantas salas existem, quantos banheiros, existe biblioteca, cantina, sala de vídeo, sala para o ensino da Arte?

O vice-gestor não respondeu a este item.

Diante das respostas obtidas através dos questionários aplicados para professores, alunos e direção escolar, de tudo que foi mencionado neste capítulo nos ajudaram a refletir sobre a melhoria do Ensino de Arte. Desse modo, o Ensino de Arte deve estar de acordo com a atualidade. Nada de Sala de Arte sem nenhum recurso audiovisual, entretanto a sala deveria ser toda equipada de elementos que correspondesse a cada um a sua linguagem, para que o aluno tivesse ao seu alcance instrumentos que o auxiliassem no seu desenvolvimento cognitivo.

Para que o aluno da Escola Almirante Tamandaré passe por uma aprendizagem significativa é necessário que a quantidade da carga horária fosse repensada, até a direção da escola concorda que é insuficiente para desenvolver um bom trabalho, mas não fazem nada para que isso mude, entretanto, diante desses questionamentos, percebe-se que não é dada muita credibilidade a disciplina de Arte referindo-se as outras disciplinas.

Outra contribuição importante para melhoria do Ensino de Arte é que as linguagens artísticas

deveriam estar presentes nas escolas, não através da polivalência, mas através de cada professor atuante em sua formação artística, a solução estaria na contratação desses profissionais específicos em sua área, sabe-se que apenas a linguagem Artes Visuais é que vem sendo ensinado na Escola Pública Almirante Tamandaré no turno matutino e não diferente de outras realidades de Escola Pública do Estado do Maranhão, há um interesse enorme da parte dos alunos que as demais linguagens artísticas fossem ministradas em sala de aula. Percebemos que as respostas da Direção Escolar referente a esse assunto das quatro linguagens trabalhadas em sala de aula, os alunos afirmaram que apenas as Artes Visuais é a mais ensinada.

E por fim, para concluir este capítulo, outro item que contribui para a melhoria do Ensino da Arte refere-se à prática pedagógica do professor. O professor precisa conhecer e estar preparado diante de várias situações que a realidade educacional possa apresentar, sempre que possível o professor precisa se qualificar para construir com o aluno e isso também estende a equipe pedagógica para que a escola seja um ambiente produtivo.

É extremamente salutar que o professor reflita e elabore uma prática pedagógica que estimule os alunos a terem um bom desempenho no aprendizado da Arte. É necessário que o professor de arte-educação reflita sempre sobre o seu fazer pedagógico cabendo a ele fazer esse papel de promover modificações necessárias para a melhoria da educação.

5. CONCLUSÃO

Ao refletir sobre a Arte-Educação na prática educativa foi necessário conhecermos brevemente um pouco sobre a história do Ensino da Arte no Brasil até chegar aos tempos atuais, e como essa Educação em Arte se desenvolve na Escola Pública Almirante Tamandaré.

Sabe-se que a pesquisa foi realizada no período do turno matutino, nas séries de 1º ano, 2º ano e 3º ano os alunos, os professores e os gestores que fizeram parte deste trabalho participaram de um questionário onde responderam sobre o ensino de Arte na escola. Diante de diversas situações que acontecem no dia-a-dia em sala de aula, o professor precisa estar sempre melhorando a sua metodologia para alcançar seus objetivos e metas traçados diante de um planejamento feito para cada conteúdo, precisa sempre compreender as situações existentes que podem ocorrer com cada aluno em particular, precisa sempre estar em busca de uma continuidade ou qualificação na área do Ensino de Arte, para que isso aconteça os gestores precisam planejar ações que possibilitem a formação continuada ou incentivando os professores a participarem de Programas de Pós-Graduação, visando à qualificação dos seus profissionais da casa, agregando valor as ações educativas.

Para que as aulas de arte se tornem atrativas, o professor além de saber o conteúdo, ele precisa, sobretudo, inovar a cada aula. O professor precisa desenvolver uma prática que seja transformadora, significativa, pertinente ao contexto social dos alunos.

Outro fator importante no Ensino da Arte refere-se não só ao ensino das aulas teóricas, mas as aulas práticas que seriam necessárias que de fato acontecessem em um local específico e destinadas somente a elas. Não podemos deixar em segundo plano os processos práticos-criativos. Não dá para pensar em teoria sem ter uma prática, é preciso que ambas estejam juntas e com certeza como os próprios alunos já disseram que eles se sentiriam mais motivados em participar das atividades em sala de aula.

Para desenvolver um bom trabalho em sala de aula o professor primeiramente precisa estar comprometido com a arte-educação, conseqüentemente o professor precisa ter a definição do método que será utilizado na aula, pois se refere “como” aprender, enquanto que os conteúdos refere-se “o que aprender”. Todo ensinamento precisa de um método, pois ele determina o tipo de aprendizagem exigida. Trabalhar com o ensino exige do educador reflexões que reflète sobre sua própria relação com o saber, é necessário rever o modo de aprender e de construir a experiência.

É evidente que o professor precisa saber contornar a situação diante das dificuldades que aparecem em sala de aula, como também a direção escolar ou a coordenação pedagógica estar atentos e dar o apoio necessário para que o ensino seja eficiente. Para que a qualidade do ensino de Arte seja melhor é necessário conhecer e avaliar a prática pedagógica desses professores em sala de aula. Com toda essa abordagem sendo feita em refletir sobre a prática pedagógica do professor em sala de aula na escola Almirante Tamandaré, o professor precisa estar atento e conhecer as tendências sobre sua atuação pedagógica, optando pela tendência que seus objetivos sejam concentrados no aluno. Rompendo com as “cópias de modelos” a pedagogia escolanovista é a tendência que trabalha a criatividade e a livre-expressão, mas durante esse período houve muitas críticas sobre essa liberdade excessiva, fazendo que novas tendências surgissem.

E para finalizar, Esta pesquisa nos permitiu conhecer a realidade educacional do ensino de Arte no Centro de Ensino Almirante Tamandaré (CEAT) nos vários aspectos descritos a cima. Não podemos esgotar a discussão de um problema neste estudo, realizar este trabalho incutiu-me um desejo muito grande de continuar o estudo deste tema, para propiciar um maior, melhor e mais abrangente aprendizado.

6. REFERÊNCIA BLIOGRÁFICA

CARLOS DA SILVA, João. **A ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL: PROBLEMATIZANDO A QUESTÃO**. Artigo apresentado nº 3. Seminário Nacional: Estado e Políticas sociais no Brasil, realizado nos dias 23, 24 e 25 de agosto de 2007, na UNIOESTE, Campus de Cascavel.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Artigo 26 § 2º.

Arte/Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Secretaria da Educação Fundamental. 3 ed. Brasília: A Secretaria, 2001.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais** – ensino médio Brasília: MEC, 1999.

MARTINS, Mirian Celeste Ferreira dias. **Didática do Ensino da Arte: a língua do mundo: poetizar, fruir e conhecer arte**. São Paulo: FTD, 1998.

SELBACH, Simone. **Arte e Didática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção Como Bem Ensinar / coordenação Celso Antunes) Vários autores.

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos. **A Imagem no Ensino da Arte: anos oitenta e novos tempos**. 6ª ed. – São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **John Dewey e o Ensino a Arte no Brasil**. 5ª ed. – São Paulo: Cortez, 2002.

_____ (org.) **Arte e Educação: Leitura no Subsolo**. 4ª ed. – São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Arte-Educação no Brasil**. São Paulo. Perspectiva: 2005. 6ª ed.

_____. **Arte-Educação Contemporânea: Consonâncias Internacionais**. 2ª ed. – São Paulo: Cortez. 2008.

_____. **Teoria e Prática da Educação Artística**. São Paulo: Cultrix, 1975.

MALUF, Sheila Diab (org.). **A Prática Pedagógica em Questão**. Maceió: Edições Catavento. 2000.

FROES, Roberto. **A Arte-Educação em São Luís**. São Luís: FUNC, 2002.

COLARES, Edite. **Ensino de Arte e Educação**. (coleções para professores nas séries iniciais)
Fortaleza: Brasil Tropical, 2001.

FERRAZ, Maria Heloísa Corrêa de Toledo. **Metodologia do ensino de arte** / Maria F. de Rezende e Fusari. – São Paulo: Cortez, 1999. – 2. ed. – (coleção magistério. 2º grau. Série formação do professor).

FUSARI, Maria Felisminda de Resende e. **Arte na educação escolar** / Maria Heloísa Corrêa de Toledo Ferraz. São Paulo: Cortez, 2001, – (coleção magistério. 2º grau. Série formação geral).

DUARTE JÚNIOR, João Francisco, 1953 – **Por que arte-educação?** 6ª ed. – Campinas, SP: Papirus, 1991. (Coleção Ágere)

ROSA, Maria Cristina da. **A formação de professores de Arte: diversidade e complexidade pedagógica**. Florianópolis: Insular, 2005

Projeto Político Pedagógico – Curso de Licenciatura em Artes Visuais. Comissão de Elaboração: Prof. Dr. Antônio Eugênio Araújo Ferreira. Profª MsC. Isabel Mota Costa. Profª MsC. Luisa Maria Pereira Osório da Fonseca. Profª MsC Mércia Maria Ferreira Antunes Pacheco.

Disponível em <http://blogdosleoes.ma.gov.br/224/> Acesso em: 15 de Abril/2016.

PRÁTICA PEDAGÓGICA / METODOLOGIA DE ENSINO

PROFESSOR: ERICARLA MOURA MENDES

SÉRIE: 1º ANO

TURNO: MATUTINO

QUESTIONÁRIO

1. Qual a sua área de formação? E qual a universidade que você se formou?
Educação Artística – UFMA
2. Em sua opinião a carga horária de arte é suficiente para um bom desenvolvimento do aluno?
Não. O conteúdo é extenso e fica complicado associar teoria e pratica em apenas 2h/ semanais.
3. A Escola possui alguma proposta curricular ou projeto para o ensino de Arte baseado nos PCN's? Justifique
Deconheço. Estou na escola apenas a um mês.
4. Como teoria e prática se relacionam no ensino de Arte na Escola? A escola dispõe de um espaço apropriado para as aulas praticas? E se não dispõe por quê?
Costumo aplicar atividades práticas após o conteúdo, geralmente em sala de aula. A supervisão da escola me informou que o espaço (laboratório de arte) está em reforma.
5. Ocorre interdisciplinaridade entre o Ensino de Arte e as outras disciplinas lecionadas na Escola? De que formas?
Até o momento não vi esse tipo de relação.
6. A escola adota o livro didático? Qual? Quais são os critérios adotados para escolha do conteúdo a ser trabalhado?
Não.
7. Que critérios são utilizados para a escolha do livro? O professor participa desta escolha?
Geralmente o professor analisa as informações do livro e aspectos voltados ao interesse do aluno.
8. Além do livro didático, que outros recursos o professor utiliza?
Quadro branco, data show, imagem ampliada, filmes.
9. O professor elabora e/ou incentiva atividades extra-classe?
Em outros anos sim. No presente ano, não tive oportunidade.
10. Qual a forma de avaliação dos conteúdos de Arte adotada na escola?
Prova bimestral, atividade teóricas e práticas, pesquisas.
11. Quais são os instrumentos avaliativos utilizados pelo professor em sala de aula e como se dá esta avaliação?

Correções dentro dos parâmetros estudados e elaborados, desenvolvidos pelo aluno, criatividade, organização, capacidade de síntese.

12. Qual receptividade do aluno com relação ao Ensino de Arte?

Poucos tem resistência, rejeição, alguns levam na brincadeira, mas vários possuem grande curiosidade e prazer no estudo da arte.

13. Qual a linguagem artística mais trabalhada em sala de aula?

Visual (desenho, pintura e escultura)

14. Você busca continuidade ou qualificação na área do Ensino de Arte? De que forma?

Sim. Participando de eventos; fazendo pesquisa; conhecendo novas perspectivas. Este ano meus alunos (alunos orientados por mim) ganharam 2º e 1º lugar na mostra competitiva Á mercê das Artes na categoria pintura.

PRÁTICA PEDAGÓGICA / METODOLOGIA DE ENSINO

PROFESSOR: SEBASTIÃO ALVES

SÉRIE: 2º ANO

TURNO: MATUTINO

QUESTIONÁRIO

1. Qual a sua área de formação? E qual a universidade que você se formou?

Educação Artística – Licenciatura (Artes Plásticas)

2. Em sua opinião a carga horária de arte é suficiente para um bom desenvolvimento do aluno?

Não. O conteúdo devido ao conteúdo ser extenso.

3. A Escola possui alguma proposta curricular ou projeto para o ensino de Arte baseado nos PCN's? Justifique

Não, pois desconheço.

4. Como teoria e prática se relacionam no ensino de Arte na Escola? A escola dispõe de um espaço apropriado para as aulas praticas? E se não dispõe por quê?

Não. Muitas vezes as práticas se dão na sala de aula mesmo ou no auditório..

5. Ocorre interdisciplinaridade entre o Ensino de Arte e as outras disciplinas lecionadas na Escola? De que formas?

Sim, às vezes, no projeto show de talentos e feira de ciências.

6. A escola adota o livro didático? Qual? Quais são os critérios adotados para escolha do conteúdo a ser trabalhado?

Não. O professor elabora um rol de conteúdos para cada serie e, na medida do possível, passa material xerocado para os alunos.

7. Que critérios são utilizados para a escolha do livro? O professor participa desta escolha?

Os livros são enviados por algumas editoras e os professores escolhem o mais adequado para a escola (aluno).

8. Além do livro didático, que outros recursos o professor utiliza?

Sala de mídias e passeio didáticos (este ano não foi possível realizar nenhum).

9. O professor elabora e/ou incentiva atividades extra-classe?

Sim, pois é mais uma forma de reforçar o conteúdo estudado.

10. Qual a forma de avaliação dos conteúdos de Arte adotada na escola?

Interesse e participação dos alunos nas aulas e atividades.

11. Quais são os instrumentos avaliativos utilizados pelo professor em sala de aula e como se dá esta avaliação?

Atividades (pesquisa) e provas.

12. Qual receptividade do aluno com relação ao Ensino de Arte?

Na maioria das vezes por descaso. Uma disciplina pouco valorizada.

13. Qual a linguagem artística mais trabalhada em sala de aula?

Artes plásticas.

14. Você busca continuidade ou qualificação na área do Ensino de Arte? De que forma?

No momento penso em fazer uma pós-graduação e futuramente um mestrado, enquanto não acontece continuo estudando muito sobre as novas atividades relacionadas às artes.

PRÁTICA PEDAGÓGICA / METODOLOGIA DE ENSINO

PROFESSOR: MARIA LUISA

SÉRIE: 3º ANO

TURNO: MATUTINO

QUESTIONÁRIO

1. Qual a sua área de formação? E qual a universidade que você se formou?

Licenciatura em Educação Artística, habilitação em Artes Visuais. Universidade federal do Maranhão

2. Em sua opinião a carga horária de arte é suficiente para um bom desenvolvimento do aluno?

Não. Pois apenas 2 horários semanais são insuficientes para realizar um trabalho que concilie teoria e prática.

3. A Escola possui alguma proposta curricular ou projeto para o ensino de Arte baseado nos PCN's? Justifique

Sim, projeto show de talentos. Onde o aluno tem possibilidades de se manifestar artisticamente.

4. Como teoria e prática se relacionam no ensino de Arte na Escola? A escola dispõe de um espaço apropriado para as aulas praticas? E se não dispõe por quê?

A escola não possui esse espaço apropriado porque os laboratórios são reservados à Química e Física .

5. Ocorre interdisciplinaridade entre o Ensino de Arte e as outras disciplinas lecionadas na Escola? De que formas?

Sim. Através de projetos que contemplam a interdisciplinaridade

6. A escola adota o livro didático? Qual? Quais são os critérios adotados para escolha do conteúdo a ser trabalhado?

Não. Somente a partir de 2015 (esperamos)

7. Que critérios são utilizados para a escolha do livro? O professor participa desta escolha?

Este é o primeiro ano que houve a escolha do livro (para 2015). E sim os professores que escolheram.

8. Além do livro didático, que outros recursos o professor utiliza?

Textos xerocados. Data show. Computador. Quadro branco. Cartazes. Reproduções artísticas.

9. O professor elabora e/ou incentiva atividades extra-classe?

Sim. Como visitas a museus, exposições, teatros...

10. Qual a forma de avaliação dos conteúdos de Arte adotada na escola?

Atividades avaliativas objetivas, subjetivas, seminários. Encenações. Feira cultural. Show de talentos.

11. Quais são os instrumentos avaliativos utilizados pelo professor em sala de aula e como se dá esta avaliação?

Provas. Participação do aluno. Criatividade. Compromisso. De forma diária e no caso das provas mensalmente.

12. Qual receptividade do aluno com relação ao Ensino de Arte?

Pode-se dizer que a maioria gosta, entretanto, alguns ainda acham desnecessário ou que Arte não reprova.

13. Qual a linguagem artística mais trabalhada em sala de aula?

Artes Visuais.

14. Você busca continuidade ou qualificação na área do Ensino de Arte? De que forma?

Sim. Através de cursos de aperfeiçoamento na área. Assistindo palestra. Visitando exposições de trabalho relacionadas à vivência escolar no meio artístico.

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ARTÍSTICA

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA SOBRE O ENSINO DE ARTE NA ESCOLA PÚBLICA

I – IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA:

ESCOLA: Centro de Ensino Almirante Tamandaré

ENDEREÇO: Rua 28 Q 32 nº 01 Quarto Conjunto Cohab-Anil

TELEFONE: 3245-2726 / 3303-7111

(X) ESTADUAL

DIRETOR/GESTOR: Flávio Mendes Ferreira

COORDENADOR: Vice-gestor: Telma Maria Ramos Soares

Preencha os itens abaixo:

1. Qual a importância do ensino de Arte para a direção da escola?
Muito grande, visto que, é através dela que o aluno expressa a sua subjetividade.
2. Qual a carga horária desta disciplina? Você considera que esta atende ao requisito do conteúdo da disciplina?
80h – acredito que a carga horária é pequena para o professor para o professor fazer um trabalho de destaque.
3. Quantos os professores lecionam esta disciplina? Qual a formação deles? A escola prioriza os professores habilitado nas diferentes linguagens?
03 professores, todos são graduados em Educação Artística. Não, porque quando passam nos concursos a secretaria de educação não tem esse crivo.
4. Quais as linguagens artísticas trabalhada na escola?
Dança, Música, Expressão Corporal, Teatro.
5. Existe algum projeto pedagógico que envolva arte e comunidade? E que projeto é esse?
Não.
6. Na propostas e/ou projetos, estão inseridos os temas transversais? De que formas estão planejados de acordo com a realidade da comunidade escolar?
Sim, trabalhos diariamente junta com o conteúdo escolar.
7. Como se dá a relação de escola e família? As reuniões acontecem frequentemente nas escolas?
Temos duas reuniões anuais e alunos com problemas pedagógicos ou disciplinar, convocamos o responsável.

8. Como é abordado o tema Ensino de Arte para os pais?

Eles não têm nenhum acesso de como é ensinado à disciplina.

9. Qual é e como é formada a concepção da Escola sobre o Ensino de Arte? Os seus conteúdos são voltados somente para o vestibular?

Não, trabalhamos para desenvolver os vários aspectos artísticos do aluno. Queremos que ele expresse seu lado criativo.

10. A escola investe na qualificação do profissional de arte (como: curso, palestra, congressos, etc.).

Sim, toda vez que temos acesso a palestra, cursos, etc. envolvemos os nossos professores.

OPINIÃO DO ALUNO

ALUNO:

SÉRIE:

1. O que você entende por Arte?
2. Como é trabalhada a disciplina de Arte na sua série? Como se relaciona teoria e prática?
3. Como o ensino de Arte pode contribuir para a sua formação?
4. As aulas de Artes satisfazem suas expectativas? O que você gostaria que mudasse nessas aulas?
5. Você gosta do material didático utilizado pelo professor?
6. Além do material didático, o professor elabora ou inventiva atividades extra-classes?
7. Como você classifica a avaliação do professor?
8. Com qual linguagem artística você se identifica mais?

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
UNIDADE REGIONAL DE EDUCAÇÃO
CENTRO DE ENSINO ALMIRANTE TAMANDARÉ - CEAT

21086E88

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

SÃO LUIS - MA

1 - IDENTIFICAÇÃO

DENOMINAÇÃO: Centro de Ensino Almirante Tamandaré

ENDEREÇO: Rua 28, Quadra 32, S/N, IV Conjunto COHAB ANIL
São Luís - MA.

2 - JUSTIFICATIVA

O ser humano vai construindo sua vida ao longo das relações sociais vitais a todos nós. Relações essas que iniciam na família, se aprofundam e intensificam na escola e na sociedade como um todo.

Buscando uma melhor qualidade de ensino e de vida, o CE "ALMIRANTE TAMANDARÉ" lança seu Projeto Político-Pedagógico, que foi construído com a participação direta ou indireta de toda a comunidade escolar, professores, pais, alunos, grupo técnico-pedagógico, gestores e demais funcionários.

Na busca pelo progresso e pela superação, realizaram-se vários encontros, momentos de reflexões, com espaço para a criatividade, o diálogo, a troca de idéias, de sugestões. Enfim, momentos que possibilitaram o repensar e o construir.

A teoria do ensino está baseada no homem e na interação com seu semelhante. Que a aprendizagem seja vista como um processo aberto, inacabado, algo a ser buscado pelo indivíduo e mediado pelo professor.

Que os educadores tenham muita clareza para que, para quem e como ensinar, que tipo de sociedade e de homem se quer, e o que é na verdade educar.

Que no diálogo e no apoio mútuo, todos os envolvidos sejam capazes de aplicar este PROJETO.

Identificamos, a seguir, alguns projetos educativos já trabalhados na Escola e os que estão em andamento:

- Preservação do Ambiente Escolar... Pichação e Lixo;
- Projeto Pedagógico em Informática Educativa;
- Projeto Verde CEMAT (Meio Ambiente);
- Projeto Capacitação de Atendimento em Biblioteca;
- Projeto Plano de Melhoria para Gestão Escolar;
- Concurso para a escolha da logomarca dos 25 anos da escola;
- Lançamento do Hino da Escola;
- Projeto Comemoração dos 25 Anos do CEMAT;
- Feira Cultural: São Luís - Atenas Brasileira;

- Feira Cultural (2007): Aquecimento Global Causas e Conseqüências
- Projeto Adolescência: Sexualidade e Drogas;
- Projeto Saúde e Prevenção na Escola (em andamento).

3- ESTRUTURA DO PRÉDIO

O prédio encontra-se dividido em 03 (três) alas ou corredores, sendo que no primeiro funciona a parte administrativa da Escola que assim está distribuída: Secretaria, Sala de Professores, Sala do Corpo Técnico-Pedagógico, Direção, Vice-Direção, Biblioteca e Auditório. Nos demais corredores funcionam as salas de aula em número de 24(vinte e quatro) e 04(quatro) laboratórios (Informática, Física, Matemática e Biologia).

A Escola possui, ainda, uma excelente área de vivência (coberta) e uma quadra poliesportiva, sem cobertura, o que inviabiliza qualquer prática esportiva no período das chuvas, bem como no período não chuvoso.

Haja vista a impossibilidade de desenvolvimento de atividades no período compreendido entre 10:00h e 16:00h, foi decidido que essas atividades fossem ministradas nos primeiros horários do turno matutino e nos últimos do turno vespertino.

4 - ESTRUTURA ADMINISTRATIVA:

1. GESTORAS:

- 1.1 Jane Maria de Almeida Mesquita
- 1.2 Benigna Santos Sodré
- 1.3 Evania Beatriz Verde de Sousa

2. EQUIPE TÉCNICO-PEDAGÓGICA:

- 2.1 Antonísia Gomes Valois
- 2.2 Elizângela Pinho Alves
- 2.3 Josiete Conceição Carramilo da Silva
- 2.4 Luziane Rodrigues Araújo
- 2.5 Maria da Piedade Socero Ramos
- 2.6 Marrúchia de Cássia M. Lobato
- 2.7 Ruth Rodrigues Martins Resplandes

3. APOIO PEDAGÓGICO:

- 3.1 Amélia Augusta Brito Costa (Supervisão)
- 3.2 Elizabeth Silva de Moraes (Secretaria)
- 3.3 João Castro Serra Filho (Laboratório de Informática)

- 3.4 João José da Costa Avelar (Supervisão)
- 3.5 Kelma Batalha Ribeiro
- 3.6 Maria Lourdiney P. Carneiro (Secretaria)
- 3.7 Raimunda Mendes Costa (Secretaria)
- 3.8 Regina Severa Anchieta Freire (Laboratório de Informática)
- 3.9 Rosimary de Almeida Nunes (Biblioteca)

4. ADMINISTRATIVOS:

- 4.1 Ana Cristina Mendes Ribeiro
- 4.2 Cleonice Portela de Paiva
- 4.3 Clovis Martins Lisboa
- 4.4 José Luís Araújo
- 4.5 José de Ribamar S. Reis
- 4.6 Luciene Maria Macau de Oliveira
- 4.7 Maria José Pinto da Silva
- 4.8 Mary Jane Alves Teixeira
- 4.9 Maria de Lourdes Veiga dos Santos
- 4.10 Maria da Paz Marques Lima
- 4.11 Maria de Fátima Serra de Rosa Cruz

5. AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS:

- 5.1 Elizabeth Maria Vieira
- 5.2 Jacira Silva Tavares
- 5.3 Maria Eunice de Sá Silva
- 5.4 Maria de Jesus Pires Lima
- 5.5 Maria do Perpetuo Socorro Ferreira

6. AGENTES DE DISCIPLINA:

- 6.1 Antonio Carlos Vieira Alves
- 6.2 Eloy Mariano Vieira
- 6.3 Juarez Antunes de Oliveira
- 6.4 Paulo César Costa Sousa

7. BIBLIOTECÁRIA:

- 7.1 Lúcia Cristina do N. C. Rodrigues

8. PROFESSORES NA ATIVA:

- 8.1 Adalzira Sodré Galvão
- 8.2 Ada Regina dos Santos Silva
- 8.3 Alan Nilson Santos Travassos
- 8.4 Alcione Bezerra Nascimento
- 8.5 Alessandra Magno Silva e Silva
- 8.6 Alvenê dos Santos Silva
- 8.7 Amanda Karine S. de A. Melo

5 - APRESENTAÇÃO

"Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar nova estabilidade em função promessa que cada projeto contém de estado melhor que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores" (Moacir Godotti)

Tendo como referencial teórico metodológico a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) os Parâmetros Curriculares Nacionais e o Regimento Interno das escolas de ensino médio da rede oficial do Estado, o **CENTRO DE ENSINO ALMIRANTE TAMANDARÉ**, através do seu corpo docente elaborou seu **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO** estabelecendo, como uma de suas metas, a elaboração de uma proposta que virá nortear, avaliar discutir e aprofundar todo o sistema educacional da Instituição.

A intenção deste documento é fundamentalmente, retomar o exercício da discussão e encaminhamentos coletivos, no que diz respeito ao processo ensino e aprendizagem, bem como todo e qualquer serviço prestado por nossa Escola.

A finalidade do nosso P.P.P. é oferecer aos professores, alunos, pais e a todos aqueles que direta ou indiretamente estão ligados a esta Escola uma visão da realidade da mesma assim como oportunizar a todos, um ambiente favorável de convivência.

Constitui um referencial de qualidade para a fundamentação pedagógica do Ensino Médio, inclusive para Educação de Jovens e Adultos (I e II ETAPA).

Nele estão inseridos os sonhos e trabalhos de todos os envolvidos e comprometidos com os serviços oferecidos pela Escola.

Por sua natureza aberta, trata-se de uma proposta flexível a ser concretizada nas decisões dos projetos educacionais empreendidos na Escola. Nele estão contidas as tendências pedagógicas desenvolvidas, bem como a sistemática de avaliação e a prática disciplinar de docentes, discentes e demais responsáveis pela mesma.

As metas aqui propostas se efetivarão em parceria com toda a comunidade escolar e com o real comprometimento de todos os protagonistas da mesma.

Esta proposta tem seu fundamento na construção de um conhecimento que não é pronto e acabado, mas que está em permanente avaliação e/ou reformulação, de acordo com os avanços dos principais paradigmas educacionais da atualidade.

É nesta perspectiva que o P.P.P. do CEMAT deverá ser trabalhado e enriquecido na dinâmica da prática pedagógica de cada um dos atores.

Desta forma, não pretende ser um manual com fórmulas prontas, sua proposta é fazer com que todos discutam a respeito da estrutura educacional, dos conteúdos, da disciplina, da metodologia desta Escola, bem como ter claros seus objetivos.

Conscientes de que esta proposta é uma das grandes responsáveis pelo bom desempenho do corpo docente e pelo alcance dos objetivos a que a escola se propõe, procura-se abordar toda a ação escolar segundo as necessidades e as oportunidades surgidas no processo ensino-aprendizagem.

Portanto, a abordagem desta proposta objetiva situar a equipe gestora, o corpo docente, discente e demais funcionários, quanto aos procedimentos essenciais pertinentes ao P.P.P. do CEMAT.

Partindo do princípio de que somos conscientes da afirmação acima feita por Marly Weber, foi que a comunidade escolar do CE "ALMIRANTE TAMANDARÉ", sob a orientação e coordenação da Direção, corpo técnico-pedagógico e alguns professores decidiram iniciar o trabalho de sistematização, no que diz respeito a traçar metas e ações deste estabelecimento de ensino.

Esse trabalho foi feito coletivamente, ou melhor, toda a comunidade teve e continuará tendo, direta ou indiretamente, a oportunidade de participar da elaboração e/ou reelaboração sempre que for necessário, bem como de sua aplicabilidade e avaliação do mesmo.

Esse trabalho foi implementado de forma processual e coletiva. Ao longo dos últimos dois anos, a participação da comunidade escolar aconteceu em diversos momentos, como:

- Reuniões;
- Palestras;
- Questionários;
- Leituras e interpretações de textos;
- Pesquisas diversas; (em livros, revistas, documentários, DVDS, internet, etc).

Em todos os momentos que nos reunimos com o objetivo de elaborarmos este documento, nossos interesses estiveram sempre voltados para o sonho de termos a cada dia uma escola melhor, ou seja, sempre foi discutida a escola que temos e a que queremos. O aluno que temos e o que queremos formar.

8 - OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

(Geral e Específicos)

Promover a formação integral para o exercício da cidadania é o objetivo maior de uma escola comprometida com o desenvolvimento político-social a todos que dela necessita. Nesta perspectiva, todas as atividades desenvolvidas no CE ALMIRANTE TAMANDARÉ estão voltadas para que nosso alunado seja capaz de:

- Agir com responsabilidade, dignidade e respeito consigo mesmo, com o outro e com as leis que lhe for proposta;
- Compreender os direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, da família, do Estado e dos demais grupos que compõem a comunidade;
- Contribuir para o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;
- Vencer as dificuldades do meio, utilizando-se de recursos científicos, tecnológicos e espirituais;

- Expandir e preservar o patrimônio cultural e principalmente o ambiental do nosso país e do mundo;
- Ter consciência da importância de se preservar o meio ambiente, tanto para o nosso bem quanto para as gerações futuras;
- Condenar qualquer tratamento desigual, por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como quaisquer preconceito de classe, raça ou sexo;
- Viver com dignidade, respeitando e sendo respeitado;
- Entender que todos são capazes de aprender e interagir socialmente.

E QUE NOSSOS PROFESSORES POSSAM:

- Considerar que todos são capazes de aprender e interagir socialmente;
- Ter consciência da responsabilidade ética da escola, bem como da profissão com a aprendizagem do aluno;
- Garantir que o conhecimento, do qual o professor é portador, seja efetivamente oportunizado a todos os alunos;
- Provocar o diálogo constante com o conhecimento das ciências das artes, garantindo a apropriação desse conhecimento e da maneira científica de pensar e ler o mundo em que vive;
- Promover a socialização da riqueza intelectual, abrindo caminhos para a ação política das camadas populares, capacitando-as para criarem alternativas sociais de maior distribuição da riqueza material;
- Ter consciência que o futuro e a paz do mundo depende, pelo menos um pouquinho, do profissionalismo de cada um de nós.

9 - OBJETIVO GERAL DA PROPOSTA

Valorizar a educação como um instrumento de humanização e de integração social, proporcionando uma educação de qualidade através de um trabalho de parceria entre pais, alunos e profissionais da educação, num processo cooperativo de formação de indivíduos plenos e aptos a construir a sua própria autonomia e cidadania, reconhecendo-se como ser único, mas também coletivo.

9.1- Objetivos Específicos

- Valorizar as múltiplas inteligências, dando oportunidades ao educador de desenvolver suas potencialidades;
- Desenvolver conteúdos derivados do cotidiano do aluno, utilizando situações que apareçam em sala de aula, discutindo e informando através dos temas transversais;

- Desenvolver princípios de valores e ética, propiciando o respeito mútuo e a solidariedade, dentro de um ambiente de interação;
- Resgatar a unidade do saber e do fazer através de uma prática interdisciplinar que percorra um caminho oposto à fragmentação do conhecimento;
- Proporcionar condições favoráveis para a construção consciente de valores cívicos e sociais;
- Oportunizar a liberdade de expressão garantindo a autonomia com responsabilidade diante dos fatos cotidianos, com sabedoria e comprometimento;
- Oportunizar a todos que direta ou indiretamente estão envolvidos com a nossa Escola para que possam contribuir cada vez mais para a melhoria da mesma;
- Direcionar as ações para que os alunos desenvolvam competências formadoras de homens e mulheres, críticos (as), reflexivos (as), éticos (as) e participativos (as);
- Acentuar a cooperação e solidariedade como princípios básicos das relações humanas, através de ações sociais, tanto no espaço escolar quanto na sociedade civil;
- Promover e estimular a participação e compromisso dos pais e comunidade escolar na educação do aluno;
- Incentivar e apoiar a formação individual e coletiva dos educadores;
- Orientar a comunidade escolar quanto ao uso adequado das novas tecnologias, associadas aos meios de comunicação.

10 - MARCO PEDAGÓGICO

DELINEANDO A PRÁTICA PEDAGÓGICA

A prática pedagógica que norteia o **CENTRO DE ENSINO ALMIRANTE TAMANDARÉ** movimenta-se entre as tendências LIBERAL E PROGRESSISTA, com ênfase na abordagem CRÍTICO SOCIAL DOS CONTEÚDOS, que compreende a questão educacional a partir do desenvolvimento histórico-crítico.

A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICO EM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO ESCOLAR IMPLICA NA:

- *Identificação das formas mais desenvolvidas em que se expressa o saber objetivo produzido historicamente, reconhecendo suas condições e compreendendo as suas principais manifestações, bem como as tendências atuais de transformação.*
- *A conversão do saber objetiva em saber escolar de modo a torná-lo assimilável pelos alunos no espaço e tempo escolares.*
- *Provimento dos meios necessários para que os alunos não apenas assimilem o saber objetivo enquanto resultado, mas apreendam o*

processo de sua produção bem como as tendências de sua transformação.

Esta abordagem vai tomando forma à medida que se orienta a educação como aprendizagem crítica do conhecimento: a educação-problematizadora e conscientizadora.

DESSA FORMA, A NOSSA PROPOSTA PEDAGÓGICA ENFATIZA:

- *A escola como espaço de sistematização do conhecimento;*
- *O professor como mediador do processo ensino e aprendizagem;*
- *O aluno como sujeito transformador da sociedade;*
- *A avaliação como parte do processo ensino e aprendizagem, com foco nas competências.*
- *O exercício da cidadania e da criticidade.*

11 - FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Todo educando tem o direito de, ao frequentar a escola, apropriar-se crítica e criativamente do saber universal acumulado e sistematizado, para compreender que essa forma predominante de estar, ver e fazer o mundo, é apenas uma das formas possíveis, organizada que vem favorecer o processo de humanização.

Passar pela escola deve significar, então, ter domínio da cultura e do instrumental teórico-prático, resultando na apropriação de conhecimentos, habilidades e competências significativas para não só participar da sociedade, mas, principalmente, ser atuante no processo de transformação.

Contudo, a escola por si só não forma cidadãos, mas deve preparar, instrumentalizar e proporcionar condições para que seus alunos possam se firmar e construir sua cidadania. É uma instituição que sofre influência do meio, portanto não é neutra, mas resultante da totalidade de atos, ações e valores.

12 - FILOSOFIA DA ESCOLA

O Centro de Ensino *ALMIRANTE TAMANDARÉ*, preocupado com as constantes mudanças sociais e consciente de sua função social em atender às necessidades da sociedade, desenvolve suas atividades fundando-se na seguinte filosofia:

"FORMAR CIDADÃOS CAPAZES DE PARTICIPAREM DO PROCESSO DE DESNVOLVIMENTO DA SOCIEDADE".

12.1 - Nossa Missão

Assegurar um ensino de qualidade que possibilite formar cidadãos capazes de compreender criticamente a realidade social, consciente de seus direitos, deveres e responsabilidade, desenvolvendo-lhes valores éticos e um aprendizado significativo.

12.2 - Nossa Visão

Tornar a nossa ESCOLA um ponto de referência por excelência, pela sua qualidade de ensino e pelo seu compromisso social desempenhado.

12.3 - NOSSOS VALORES:

RESPEITO MÚTUO
ESPIRITUALIDADE
TRABALHO EM EQUIPE
ÉTICA
CIDADANIA
PARTICIPAÇÃO
CRIATIVIDADE

13 - DOS DISCENTES

ORIENTAÇÕES E NORMAS DISCIPLINARES

13.1 - SÃO DIREITOS DOS ALUNOS

- Receber, em igualdade de condições, todas as orientações necessárias ao desenvolvimento integral de sua personalidade;
- Ter acesso a todas as dependências da Escola, observando as normas fixadas;
- Participar, direta ou indiretamente, das atividades concernentes ao planejamento curricular da Escola, propondo soluções de melhoria ao processo educativo;
- Reivindicar seus direitos ao pessoal competente e ser atendido em suas solicitações, desde que consideradas justas;
- Conhecer o Regimento Interno da Escola, especialmente no que diz respeito aos direitos e deveres do aluno, bem como a sistemática de avaliação e recuperação do rendimento escolar;
- Participar de todas as promoções realizadas pelo sistema e/ou pela Escola;
- Participar, como membro efetivo, de qualquer das instituições ou Associações Escolares existentes na Escola;
- Candidatar-se a cargos e funções previstas na Escola, destinados ao aluno;
- Eleger, anualmente, coordenadores de apoio educativo, conforme preceitua o documento normativo das instituições escolares;

- Ter sua ausência reconsiderada, quando o motivo apresentado for justificável;
- Submeter-se a uma segunda verificação de aprendizagem, desde que seja considerada justa a sua ausência na primeira;
- Participar dos estudos de recuperação, quando seu aproveitamento não permitir promoção imediata a série subsequente.

13.2 - DEVERES DOS ALUNOS

- Comparecer assídua e pontualmente às aulas e demais atividades escolares;
- Comportar-se de maneira respeitosa diante dos colegas, professores e demais funcionários da Escola;
- Transmitir aos pais ou responsáveis as comunicações da Escola;
- Ter bom comportamento em todas as atividades interclasse e extraclasse e participar ativamente da dinâmica do processo ensino e aprendizagem;
- Devolver à Biblioteca, em tempo hábil e em perfeito estado de conservação, os livros e revistas;
- Apresentar justificativa de suas faltas e solicitar oportunidade de segunda chamada para avaliação de aprendizagem não realizada na época prevista através da apresentação de atestado médico no período de 48 horas;
- Zelar pela higiene e conservação das instalações escolares, mobiliários e equipamentos, responsabilizando-se por danos causados individualmente ou em grupo.
- Buscar o conhecimento, demonstrando participação, interesse e comprometimento;
- Desenvolver o hábito de estudo, buscando progredir cada vez mais;
- Respeitar o material dos colegas, bem como da Escola e não apropriar-se daquilo que não lhe pertence;
- Zelar pelo seu bem estar e pelo bem estar dos demais.

OBS: AS REGRAS SERÃO REVISTAS A CADA SEMESTRE.

13.3 - PROIBIÇÕES

- Não será permitido o acesso de alunos, funcionários e visitantes trajando bermudas, shorts, camisetas regatas, mini-vestidos, mini-blusas e roupas transparentes;
- Entrar e sair da sala de aula sem autorização do professor;
- Ausentar-se da Escola sem que esteja devidamente autorizado pelo Supervisor;
- Aglomerar-se nas portas das salas, nos intervalos das aulas, atrapalhando a entrada do professor;

- Sair da sala para os corredores e demais dependências da Escola nos intervalos de aula. Desse modo, estando o professor em aula, o aluno não pode ficar movimentando-se nos corredores e demais dependências da Escola, salvo por razão plenamente justificada;
- Promover jogos, excursões, coleta de pedidos ou campanhas de qualquer natureza sem a prévia autorização da Direção;
- Fumar e/ou ingerir bebidas alcoólicas nas dependências e imediações da Escola;
- Permanecer na Biblioteca ou qualquer outra dependência da Escola, em horário de aula, sem autorização do professor;
- Portar objetos e elementos incompatíveis com a Escola, tais como aparelhos sonoros etc.;
- Descaracterizar o uniforme, como uso de boné ou chapéu, nomes, desenhos etc.;
- Promover e participar de brigas ou tomar atitudes incompatíveis com o adequado comportamento social da Escola ou fora desta, se uniformizado, estando sujeito a suspensão ou até mesmo exclusão da Escola;
- Utilizar telefone celular na sala de aula.

13.4 - PENALIDADES

Pelo não-cumprimento de seus deveres e proibições, os alunos são passíveis de penalidades, tais como:

- Advertência verbal;
- ~~Advertência escrita;~~
- Suspensão;
- Transferência (faltas graves, ofensas ou agressões a quem quer que seja dentro da comunidade escolar);
- Expulsão.

13.5 - NORMAS DISCIPLINARES

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

14 - EDUCAÇÃO FÍSICA

A prática de Educação Física é obrigatória, conforme o art. 26 da Lei 9.394/96.

Serão dispensados os alunos portadores de deficiências físicas ou doenças comprovadas em laudo médico, bem como aqueles que se enquadram no que preceitua o art. 1º da Lei 6.503, de 13.12.97:

- Alunos do turno noturno;
- Aluno maior de 30 anos de idade;
- Aluno que estiver prestando serviço militar;
- Aluna que tem prole.

A educação física será no mesmo turno de aula.

15 - ALUNAS GESTANTES

A Lei 6.202, de 17.04.75, assegura à aluna gestante, a partir do oitavo mês e durante três meses, o regime de exercício domiciliar. O afastamento da Escola dar-se-á da seguinte forma: um mês para parto cesariano e vinte dias para parto normal. E o restante do período, três meses, somente se houver problemas com a parturiente ou bebê desde que comprovado por laudo médico.

Para obter este benefício, a aluna deverá apresentar atestado médico à Secretaria da Escola, constando o mês de gravidez e o período de afastamento. Assim, a aluna gestante deverá nomear uma pessoa, a qual ficará responsável pelo envio e retorno das atividades de exercícios domiciliar ministrada pelos docentes da Escola.

16- AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

REFERENCIAL TEÓRICO

A denominação "avaliação da aprendizagem," aparece pela primeira vez em 1930 nos escritos de Ralff Tyler, a quem se atribui a paternidade do termo. Tyler defendeu a idéia de que avaliação poderia e deveria subsidiar um modo eficaz de fazer o ensino. O modo tradicional de avaliar, através de provas e exames, implica em julgamento com conseqüente exclusão. A avaliação que se pretende, busca o efeito transformador do ensino. O efeito produzido pela avaliação abrange o conhecimento adquirido por todos os alunos, haja vista que procede por diagnóstico. Também oferece condições para que cada um encontre seu caminho para a obtenção de melhores resultados na aprendizagem.

Luckesi concebe uma avaliação "dinâmica", "transformadora" e "dialética".

Dinâmica, pois fornece subsídios para que o projeto educativo realize seus fins; *transformadora* porque leva o aluno a viabilizar e concretizar o projeto inicialmente disposto e, ainda, *dialética*, pela mediação e interação entre o saber inicial e os novos conteúdos retidos e melhor elaborados na relação professor-aluno.

Os objetivos desta avaliação visam auxiliar dar uma resposta à sociedade através do processo ensino e aprendizagem, ampliando a qualidade da educação desenvolvida.

Segundo a pedagogia progressista de conteúdos, a avaliação não é um julgamento definitivo e dogmático do professor, mas uma comprovação do progresso do educando. (Demerval Saviani).

Dentro da mesma linha de pensamento, a autoridade pedagógica se expressa na sua função de ensinar sem usar o medo como forma de dominar a turma.

Citando Gimeno, este estabelece uma relação entre "avaliador" (professor), "produtor" (aluno) e o produto real. A interação entre esses elementos é que permite a adoção de formas e procedimentos diversos em conformidade com o objetivo que se avalia.

No processo de auto-avaliação idealizado por Vani Moreira Kennski, deve haver a participação do professor e do aluno, não julgando apenas o grau de aprendizagem alcançado, mas também as novas necessidades sentidas pelo grupo. A auto-avaliação, neste contexto, assume grande importância, pois capacita o aluno a tornar-se autocrítico olhando para dentro de si mesmo e percebendo o quanto, realmente, conseguiu absorver. O mesmo se dá com o professor, que tem a oportunidade de se questionar e se reorganizar nas práticas adotadas em sala de aula.

Segundo a visão de Maria Celina Melchior, a avaliação para ser realmente eficaz precisa ser dinâmica e participativa baseada em que os alunos realizam, de forma simultânea promovendo situações e/ou tarefas em que, através do diálogo e da discussão, se processará a análise crítica.

Culminando o referencial teórico, conclui-se que o CENTRO DE ENSINO ALMIRANTE TAMANDARÉ visa à aplicação dos seguintes critérios de avaliação: reflexivo, mobilizador, crítico, democrático, humanista, dinâmico, libertador e construtivo.

ENSINO MÉDIO

Nesta etapa do crescimento (adolescência, pré-adolescência e até adultos) devemos considerar as características físicas, emocionais em

constante mudança, para que a avaliação seja o mais eficaz possível. A criatividade deve ser desenvolvida em todos os aspectos para que suas idéias sejam válidas de maneira progressiva e qualitativa, canalizando para que seja uma pessoa atuante e capaz de tomar decisões rápidas.

A educação, além de favorecer a construção do conhecimento e da interação de desafio favorecem este crescimento e, ao mesmo tempo, prepara-os para o mercado de trabalho e social, também deve preparar o aluno para o vestibular e o mercado de trabalho. Para tanto, o papel da Escola deve ser o de criar condições para o desenvolvimento de aptidões para que no futuro o aluno possa se adequar ao mercado de trabalho com mais facilidade, uma vez que este exige um profissional com múltiplas habilidades e competências.

Assim sendo, a avaliação, num aspecto seqüencial ao que se aplica no Ensino Fundamental também é feita por meio de seminários, apresentações, feiras e todos os tipos de atividades que oportunizem a aplicação de aprendizagem num contexto mais dinâmico e atraente para a fase de transição em que se encontram. As situações para a convivência em sociedade.

16.1 - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

O sistema de Avaliação constará de, no mínimo, três notas, sendo que a média bimestral será extraída dos três eixos do conhecimento:

- Representação e comportamento;
- Investigação e compreensão;
- Contextualização sócio-cultural.

OBS.1. OS ASPECTOS QUALITATIVOS PREVALECEM SOBRE OS QUANTITATIVOS.

OBS.2. CASO O ALUNO NÃO CONSIGA A NOTA 7,0 (SETE), TERÁ UMA NOVA OPORTUNIDADE ATRAVÉS DO NOVO MOMENTO AVALIATIVO (RECUPERAÇÃO PARALELA) CUJA NOTA, SENDO MAIOR, SUBSTITUIRÁ A NOTA ANTERIOR, CONFORME A FÓRMULA:

EXEMPLO:

	RC+IC+CS
MB	-----= M
	3

- Comunicar os pais ou responsáveis quando estiver ocorrendo baixo aproveitamento escolar, problemas de indisciplina, desinteresse, excesso de agressividade e outros;
- Comunicar a família, sempre que necessário, em caso de evasão ou excesso de faltas;
- Encaminhar casos necessários para o Conselho Tutelar e para os órgãos competentes;
- Encaminhar o aluno para posto de saúde ou hospital, caso ocorrer algum acidente dentro do ambiente escolar;
- Oferecer aos alunos um ambiente educativo adequado.

18.1.2 - Responsabilidade do Diretor

- Promover, na Escola, espaço para reflexão, diálogo e busca de soluções;
- Identificar, juntamente com o grupo, os principais desafios da Escola e traçar metas, tomando decisões e assumindo-as coletivamente;
- Fazer balanço periódico, juntamente com todo grupo escolar, sobre a realidade dos vários setores da Escola, buscando fazê-la progredir;
- Proporcionar momentos de elaboração de projetos, visando uma maior participação e o engajamento de todos no dia-a-dia da Escola;
- Buscar, juntamente com o grupo de professores, supervisores e alunos, novas formas de aprender, elaborando e executando projetos e valorizando as novas aprendizagens.

18.1.3 - RESPONSABILIDADE DO CORPO TÉCNICO-PEDAGÓGICO

- Avaliar o desenvolvimento da Escola, vista como um todo, de forma a caracterizar suas reais possibilidades, seus níveis de desempenho no processo de desenvolvimento do currículo e oportunizar tomadas de decisões, embasadas na realidade, em nível de escola ou em outros níveis do Sistema Estadual de Ensino;
- Apresentar à direção e à comunidade propostas que visem à melhoria da qualidade de ensino e o alcance das metas estabelecidas no âmbito pedagógico;
- Coordenar os planejamentos de ensino e de currículo;
- Orientar a utilização de mecanismos e de instrumentos tecnológicos em função do estágio de desenvolvimento do aluno e do ensino;
- Assessorar os demais serviços da Escola, visando manter a uniformidade dos objetivos propostos;

17 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

- O aluno não poderá ultrapassar o limite de 201 faltas da carga horária total, isto é, somando as faltas em todas as disciplinas;
- Será APROVADO o aluno que obtiver média aritmética das notas bimestrais igual ou superior a 7,0 (sete) por disciplina;
- Melhores informações sobre a nova sistemática de avaliação, encontram-se no documento fornecido pela SEDUC, em anexo;
- Será considerado DESISTENTE, ficando sujeito ao CANCELAMENTO DA MATRICULA, o aluno que, sem justificativa, não comparecer à Escola 30 (trinta) dias consecutivos, após o início das aulas;
- Admitir-se-á o trancamento de matrículas ao aluno de frequência regular até 45 (quarenta e cinco) dias após o início das aulas;
- O aluno terá direito ao trancamento de matrícula apenas uma vez, tendo o mesmo, validade pelo período de 02(dois) anos, findos os quais o aluno perderá direito à vaga, caso não retorne à Escola;
- O trancamento de matrícula será admitido fora do prazo desde que os motivos apresentados pelo aluno sejam considerados justos pela Escola;
- Será considerado EVADIDO o aluno que, após freqüentar as aulas, abandoná-las, sem justificativas, durante 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos;
- A Escola não se responsabilizará pela perda de jóias, celulares e outros objetos pessoais dos alunos. Portanto, é recomendável que o uso de tais adornos e objetos seja evitado nas dependências da escola;
- A Escola não se responsabiliza pela guarda e segurança de bicicletas e institui a obrigatoriedade do uso cadeado, que deverá ser providenciado pelo próprio usuário;
- O atendimento da Secretaria dar-se-á diariamente;
- A re matrícula não será automática, devendo, portanto, ser feita pelos pais ou responsáveis pelo aluno.

18 - FUNDAMENTOS ADMINISTRATIVOS, FINANCEIROS E REGRAS DE CONVIVÊNCIA

18.1 - Papéis e Responsabilidades

18.1.1 - Responsabilidade da Escola

- Promover um ensino de qualidade;
- Cumprir o calendário escolar;
- Seguir as normas estipuladas pela Secretaria de Educação;

- Participar da elaboração das diretrizes e metas a serem ativadas no processo de ensino, considerando a realidade educacional do Sistema, os recursos disponíveis e as políticas públicas;
- Coordenar o planejamento de ensino, buscando formas de assegurar a participação atuante e coesiva da ação docente na execução dos objetivos propostos pela Escola;
- Planejar as atividades do Serviço de Coordenação Pedagógica, em função das necessidades a suprir e das possibilidades a explorar, tanto dos docentes e alunos, quanto da comunidade;
- Participar do planejamento global da Escola, identificando e aplicando princípios de supervisão, tendo em vista garantir a unidade da ação pedagógica;
- Assessorar o trabalho docente quanto a métodos e trabalhos de ensino;
- Assessorar o trabalho docente na busca de soluções para os problemas de repetência, reprovação e evasão escolar;
- Analisar o histórico escolar dos alunos, para adaptações, transferências, reingresso e recuperações;
- Estimular e assessorar a efetivação de mudanças de ensino e executar outras atividades afins;
- Assessorar os professores na implantação do PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO na Escola e nas disciplinas.

CONSIDERAÇÃO IMPORTANTE

Embora o nosso sistema de ensino não ofereça mais às escolas, o profissional responsável pelo SOE (SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL), em nossa escola o mesmo é realizado sempre que necessário pelo grupo técnico-pedagógico, que:

- Planeja e coordena a implantação deste serviço (SOE);
- Coordena a orientação vocacional do educando e o aconselhamento psicopedagógico em todos os estágios do seu desenvolvimento, encaminhando-o quando for necessário, a outros profissionais;
- Orienta os professores e representantes de turmas em assuntos pertinentes à área de (SOE), com vista à melhoria do processo de ensino e aprendizagem;
- Orienta os professores na identificação de comportamentos divergentes dos alunos levando e selecionando, em conjunto, alternativas de soluções a serem adotadas;
- Ativa o processo de integração ESCOLA e COMUNIDADE, ALUNOS e PROFESSORES;
- Planeja e coordena o desenvolvimento de ações que levem à aplicação e análise de instrumentos básicos à caracterização do perfil da comunidade escolar;

- Subsídia os professores quanto à utilização de recursos psicopedagógicos, tendo em vista a coleta de dados sobre aptidões, interesses, habilidades e nível de aproveitamento dos alunos;
- Promove o aconselhamento psicopedagógico dos alunos, individualmente ou em grupo, aplicando os procedimentos adequados;
- Ouvir as inquietações e/ou sugestões dadas pelos alunos;
- Acompanha os alunos com dificuldades de relacionamento na escola e na família, bem como na aprendizagem do mesmo.

18.1.4 - DIREITOS DO CORPO TÉCNICO-PEDAGÓGICO E DE APOIO

- Propor à Direção medidas que objetivem o aprimoramento de métodos de trabalho;
- Exigir o tratamento e o respeito condignos e compatíveis com a sua função, assim como dispensá-los;
- Participar da vida comunitária escolar;
- Dispor dos meios adequados para o bom desempenho de sua função.

18.1.5 - PAPEL E RESPONSABILIDADE DO PROFESSOR

- Saber ensinar, agir como educador e orientar o aluno em suas dificuldades;
- Ser mediador do processo ensino e aprendizagem dando oportunidade para o aluno buscar o conhecimento de forma ativa;
- Ser facilitador da construção da aprendizagem;
- Desenvolver seu trabalho de forma consciente e séria, conforme o PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO;
- Orientar e estimular as potencialidades do aluno, abrindo novos caminhos para a aprendizagem;
- Aperfeiçoar-se cada vez mais;
- Registrar corretamente a frequência dos alunos, as notas e o plano de trabalho (planejamento);
- Ser comprometido com a educação, assíduo e pontual;
- Despertar nos alunos interesses, espírito crítico e o hábito de investigar;
- Ser atuante junto ao aluno, respeitando-o, valorizando-o, e incentivando-o;
- Participar das atividades da Escola, reavaliar e replanejar;
- Dominar o conteúdo para dar segurança ao aluno;
- Participar dos conselhos de classe, entrega de boletins, reuniões e demais atividades da Escola;
- Proporcionar condições positivas de convivência;
- Ensinar com prazer e amor;

- Proporcionar o crescimento emocional do educando, reforçando sua auto-estima, respeitando-o, incentivando-o e valorizando suas produções;
- Verificar o nível de aprendizagem dos alunos e refletir sobre sua prática;
- Desafiar os alunos para que se tornem indivíduos pensantes e críticos;
- Proporcionar um ensino mais vivenciado para que os alunos aprendam com prazer;
- Buscar alternativas pedagógicas quando necessário;
- Elaborar propostas de trabalho que contribuam para a aprendizagem, de acordo com o PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO da Escola;
- Ser exemplo, principalmente daquilo que julga importante;
- Cumprir com seus deveres, sentindo-se co-responsável pelo aproveitamento dos alunos;
- Ouvir as sugestões dadas pelos alunos;
- Ser criterioso em seu planejamento.

18.1.6 - DIREITOS DO PROFESSOR

CONSTITUEM DIREITOS DO PROFESSOR:

- Recorrer ao seu chefe imediato, quando dele necessitar, para um possível diálogo no sentido de solucionar eventuais problemas relacionados ao mesmo;
- Sugerir, participar e colaborar com quaisquer atividades desenvolvidas pela Escola;
- Dirimir dúvidas sejam elas quais forem no que se refere ao seu trabalho com os profissionais responsáveis, respectivamente, pelas mesmas (Direção, corpo técnico-pedagógico, secretária...);
- Ser tratado com respeito e compreendido nos momentos necessários.

18.1.7 - RESPONSABILIDADES DO SUPERVISOR ESCOLAR

- Avaliar o desenvolvimento da Escola, vista como um todo, de forma a caracterizar suas reais possibilidades, seus níveis de desempenho no processo de desenvolvimento do currículo e oportunizar tomada de decisões, embasadas na realidade, em nível de escola ou em outros níveis do Sistema Estadual de Ensino;
- Apresentar, à direção e à comunidade, propostas que visem à melhoria da qualidade do ensino e ao alcance das metas estabelecidas no âmbito pedagógico;

- Coordenar o planejamento de ensino e o planejamento de currículo;
- Orientar a utilização de mecanismos e de instrumentos tecnológicos, em função do estágio de desenvolvimento do aluno e do ensino;
- Assessorar os demais serviços da Escola, visando manter a uniformidade dos objetivos propostos;
- Participar da elaboração das diretrizes e metas a serem ativadas no processo de ensino, considerando a realidade educacional do Sistema, os recursos disponíveis e as políticas públicas;
- Coordenar o planejamento de ensino, buscando formas de assegurar a participação atuante e coesiva da ação docente na execução dos objetivos propostos pela Escola;
- Planejar as atividades do Serviço de Coordenação Pedagógica, em função das necessidades a suprir e das possibilidades a explorar, tanto dos docentes e alunos, como da comunidade;
- Participar do planejamento global da Escola, identificando e aplicando princípios de supervisão, tendo em vista garantir a unidade da ação pedagógica;
- Assessorar o trabalho docente quanto a métodos e trabalhos de ensino;
- Assessorar o trabalho docente na busca de soluções para os problemas de repetência, reprovação e evasão escolar;
- Analisar o histórico escolar dos alunos, para adaptações, transferências, reingresso e recuperações;
- Estimular e assessorar a efetivação de mudanças de ensino e executar outras atividades afins;
- Assessorar os professores na implantação do PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO na escola e nas disciplinas.

18.1.8 - RESPONSABILIDADE DOS LÍDERES DE TURMA

É responsabilidade dos líderes de turma:

- Saber conviver e trocar idéias,
- Auxiliar seus líderes sem preconceito nem distinção;
- Dar exemplo com atitudes adequadas;
- Auxiliar os professores e a escola como um todo, na resolução de possíveis dificuldades com a turma;
- Estimular o coleguismo e a participação dos mesmos nas atividades escolares;
- Participar de reuniões quando for solicitado;
- Organizar e fazer reunião com a turma ou com os outros líderes, sempre que julgar necessário, desde que comunique o corpo técnico-pedagógico sobre o teor da mesma;
- Interessar-se em conhecer e ajudar a aplicar as normas da Escola, de acordo com o PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO;

- Manter seus colegas de turma sempre informados sobre assuntos discutidos em reuniões;
- Participar do conselho de classe, no caso da sua turma.

18.1.9 - RESPONSABILIDADES DOS PAIS E/OU RESPONSÁVEIS

- Enviar os filhos à Escola;
- Demonstrar interesse pela vida escolar do aluno;
- Participar das atividades da Escola;
- Procurar a coordenação, direção ou professor sempre que necessitar ou no caso de ser solicitada sua presença;
- Acompanhar os filhos, incentivando-os em suas atividades escolares;
- Justificar a ausência dos filhos;
- Estar sempre junto à Escola, dando sugestões e buscando soluções para eventuais dificuldades ou problemas relacionados à mesma;

"Formar cidadão não é tarefa apenas da escola"

- Ressarcir financeiramente danos causados ao patrimônio escolar, pelos filhos (caso seja comprovada a participação dos mesmos);
- Participar das reuniões.

19 - DAS PENALIDADES APLICADAS AO CORPO TÉCNICO-PEDAGÓGICO, ADMINISTRATIVO, DOCENTE E DE APOIO.

Ao corpo técnico-pedagógico, administrativo, docente e de apoio serão aplicadas as seguintes penalidades:

- a) Advertência verbal;
- b) Advertência escrita;
- c) E, em última instância, a devolução do mesmo ao órgão competente.

20 - DO GRÊMIO ESTUDANTIL

Para instalação do Grêmio Estudantil devem ser observados os dispositivos legais:

- a) A Diretoria do GE será escolhida pelos alunos através de eleição direta;
- b) A atuação do mandato da Diretoria do GE começa no momento em que tenham sido apurados os votos;
- c) Os candidatos à diretoria do GE devem ser orientados para realizarem uma campanha ordeira e realista;

participação dos mesmos para que, juntos, possamos oferecer um trabalho sério e comprometido para os seus filhos.

Além da reunião do início do ano letivo, faz-se no final de cada período (bimestre) reuniões para tratar de assuntos diversos relacionados aos alunos e à Escola.

24 - COMUNICAÇÃO NA ESCOLA

24.1- ENTRE GESTORES, GRUPO-TÉCNICO, PROFESSOR, PAIS E ALUNOS (COMO OCORRE)

- a) A comunicação entre a Escola e os pais ou pais e Escola se dá através de comunicados escritos;
- b) Em caso de informações gerais, a mesma é dada diretamente ao aluno em sala de aula ou através de cartaz na entrada da Escola.

24.2 - COM OS DEMAIS SEGMENTOS DA ESCOLA (COLEGIADO, GRUPO TÉCNICO- PEDAGÓGICO, GRUPO DE APOIO, SECRETARIA E ETC...)

- a) Acontecerá sempre que for necessária.

25 - PLANEJAMENTO DA ESCOLA

O planejamento anual da Escola é realizado no início de cada ano letivo com a participação dos gestores, grupo técnico-pedagógico, professores, secretários e demais funcionários, tendo como base o calendário escolar e informações gerais sobre as atividades a serem desenvolvidas no decorrer do ano letivo em curso.

Além desse encontro (geral), promovem-se, ainda, outros momentos interativos, para troca de idéias e sugestões, bem como retomar e orientar as ações educativas.

O planejamento é repensado pelos professores, grupo técnico e gestores ao término de cada período (bimestre).

26 - AVALIAÇÃO DA ESCOLA E DO P.P.P

A revisão do P.P.P acontecerá a cada três anos, com base na avaliação continuada das ações da Escola, realizadas com base no P.P.P.

32 - DA BIBLIOTECA

A Biblioteca constitui o centro de leitura e orientação de estudos de alunos, ex-alunos, docentes e demais funcionários da Escola, bem como da comunidade em geral.

32.1 - Compete ao Bibliotecário (a):

- Participar da elaboração do planejamento da Escola;
- Elaborar e executar a programação das atividades da biblioteca, mantendo-a articulada com as demais programações que integram o apoio técnico pedagógico;
- Manter o controle das atividades realizadas;
- Assegurar e adequar a organização e funcionamento da mesma;
- Elaborar propostas de aquisição de livros didáticos, culturais e científicos, folhetos, jornais e revistas, a partir das necessidades indicadas pelo pessoal administrativo, técnico, docente e discente;
- Organizar e manter organizada a documentação de trabalhos realizados pela Escola;
- Manter intercâmbio com outras bibliotecas;
- Divulgar periodicamente, no âmbito da Escola, a bibliografia existente na biblioteca;
- Levantar as necessidades de recursos didáticos para fins de aquisição.

33 - DA SECRETARIA

A Secretaria é o órgão responsável pelos seguintes serviços burocráticos:

- Protocolos;
- Correspondências;
- Escrituração Escolar e Arquivo Escolar.

A Secretaria é dirigida pelo secretário, e na sua ausência, por um subsecretário, previamente indicado pelo gestor. O secretário é auxiliado pelos componentes de sua equipe de trabalho.

33.1 - Compete ao Secretário:

- Elaborar o planejamento das atividades da Secretaria, bem como distribuir tarefas aos seus auxiliares;
- Organizar as atividades de escrituração escolar, tornando-os de fácil acesso aos gestores;
- Manter atualizadas a escrituração escolar, os arquivos e os prontuários de legislação;

27 - CONSELHO DE CLASSE

Os Conselhos de Classe bimestral e final serão realizados com base nos critérios estabelecidos pela Escola, elaborados pela equipe gestora e professores.

28 - REGRAS DE CONVIVÊNCIA (Para todos os segmentos)

Serão consideradas regras de convivência:

- Ouvir e respeitar a opinião do outro;
- Demonstrar união e companheirismo;
- Manter o ambiente harmônico com bom humor;
- Manter o equilíbrio e a paz interior;
- Ter princípio de igualdade para com todos;
- Admitir seus erros e respeitar os erros dos outros;
- Desenvolver o hábito de ouvir e falar expressando-se com respeito;
- Respeitar as sugestões dos colegas, bem como dos pais e alunos;
- Ser cooperativo, convivendo com ética, diálogo e espírito de equipe;
- Zelar e respeitar o ambiente escolar, no que diz respeito à limpeza e estrutura física;
- Respeitar os (as) colegas, no que diz respeito ao aspecto físico, tanto quanto o psicológico.

29 - ÊNFASE NAS MEDIDAS EDUCATIVAS QUE LEVEM À REFLEXÃO DOS ENVOLVIDOS.

O aluno será convidado a comparecer à sala do grupo técnico e/ou gestores e o diálogo será utilizado como forma de reflexão e tomadas de consciência diante dos problemas ocorridos. No caso de envolver outros colegas ou professor, ambas as partes serão convidadas a conversar,

Os pais ou responsáveis serão convidados a comparecerem à Escola e serão ouvidos, conforme suas necessidades.

Conforme a gravidade do que estiver acontecendo, eles serão convocados e, caso não compareça, o caso será encaminhado ao Conselho Tutelar.

30 - CONTRATO PEDAGÓGICO

1. Ser pontual (todos os segmentos);
2. Ser assíduo (todos os segmentos);
3. Participar de todas as atividades da Escola;

4. Respeitar todos os que fazem a Escola;
5. Reuniões e planejamentos nas quartas-feiras (4º e 5º horários);
6. Preenchimento correto dos diários de classe e entrega dos canhotos em tempo hábil;
7. Os diários e classe deverão permanecer na Escola;
8. Entrega das questões dos simulados aos coordenadores em tempo hábil;
9. O professor não deverá liberar o aluno de sala de aula para a Sala de Xérox. As cópias deverão ser providenciadas com antecedência;
10. Cumprir, rigorosamente, o horário de aula (entrada e saída na sala, bem como na Escola);
11. Cada professor realizará suas atividades avaliativas durante todo o período (bimestre), atentando apenas com o início e o término do mesmo, bem como a data de entrega dos canhotos e diários de classe atualizados;
12. O professor não deverá liberar o aluno de sala de aula após o término de quaisquer atividades realizadas, bem como de outras salas, para realização de suas tarefas;
13. A recuperação é processual, contínua e paralela;
14. As aulas não ministradas serão circuladas e o professor deverá recuperá-las até o final do período (bimestre), caso isto não ocorra, a falta não será justificada.

OBS: Este Contrato é fruto de um trabalho realizado pelos professores, grupo técnico e gestores desta Escola.

31 - DOS LABORATÓRIOS

- Os Laboratórios e outros ambientes especiais constituem-se recursos pró-curriculares a serviço dos trabalhos docentes, discentes e demais funcionários, no caso do Laboratório de Informática.
- A organização e o funcionamento dos Laboratórios são de responsabilidade dos professores das áreas curriculares correspondentes.
- Os professores responsáveis pelos Laboratórios têm as seguintes atribuições:
 - a) Adequar e controlar a utilização do ambiente, dos equipamentos e instrumentos;
 - b) Zelar pela manutenção e conservação dos equipamentos;
 - c) Propor a aquisição ou recuperação de materiais de consumo e/ou permanente.

- Responsabilizar-se pela guarda e autenticidade dos documentos escolares;
- Responsabilizar-se juntamente com os gestores em organizar o período de matrículas e rematrículas, bem como organizar os dossiês por série e por turmas;
- Informar sobre a assiduidade e pontualidade do pessoal que o auxilia;
- Elaborar o relatório anual das atividades e encaminhá-lo aos gestores no prazo estabelecido;
- Entregar todo material a ser expedido com a sua assinatura e a do gestor;
- Atender a todos que dele necessitarem, com respeito e compreensão.

34 - DESAFIOS E METAS A SEREM ALCANÇADAS (por todos envolvidos no processo de ensinar e aprender):

- Promover momentos de descontração e lazer à comunidade escolar;
- Oferecer cursos de aperfeiçoamento para professores e demais membros da comunidade escolar;
- Trabalhar valores para auxiliar na formação de hábitos morais;
- Respeitar a realidade dos alunos, buscando tornar a aprendizagem mais significativa;
- Oferecer momentos de interação da família no ambiente escolar;
- Aproximar os conteúdos da realidade dos alunos, propondo aulas que despertem o interesse e a curiosidade;
- Valorizar o esforço, a responsabilidade, a participação e não apenas o resultado final.

DE QUE FORMA ESSAS METAS PODERÃO SER ALCANÇADAS?

- Com técnicas de entrosamento;
- Leituras e palestras;
- Cursos;
- Exposição de trabalhos;
- Seminários e reuniões;
- Confecções de murais;
- Teatros;
- Passeios;
- Grupos de estudos;
- Exibição de filmes e documentários;
- Pesquisas bibliográficas e de campo;
- Feiras de leituras;
- Simulados;
- Feiras culturais;
- Gincanas;

- Mostra de artes e literatura.

35 - LEMBRETES IMPORTANTES

- Esse projeto não é uma receita pronta. Como todo planejamento, é apenas um direcionamento dos trabalhos a partir de agora, mas é também aberto e flexível;
- Embora, respeitando a sua flexibilidade a intenção é que o mesmo seja compreendido, respeitado e aplicado por toda a comunidade escolar;
- Não mais será permitida a entrada de aluno no 2º horário, ele terá apenas 15 minutos de tolerância no 1º horário, (exceto o aluno com justificativa convincente);
- Em caso de dúvidas na aplicabilidade desta proposta de trabalho, procure a equipe gestora.

36 - BIBLIOGRAFIA

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96
- Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA
- Parâmetros Curriculares Nacionais
- Regimento Interno das Escolas de Ensino Médio da Rede Oficial do Estado
- Internet
- Ilma Passos (Projeto Político-Pedagógico)
- Jussara Hoffmann (Avaliação)

37 - Este Projeto foi elaborado com a participação de pais, alunos, funcionários e professores desta Escola, e teve como redatora final a Prof^{ta}. Rosimeire de Almeida Nunes.

*"SE NÃO HOUVE FRUTOS VALEU".
A BELEZA DAS FLORES, SE NÃO
HOUE FLORES VALEU A
SOMBRA DAS FÓLHAS SE NÃO
FOLHAS VALEU A INTENÇÃO
DAS SEMENTES."*

HENFIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRO-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA
COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ARTÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ARTES

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
CURSO DE LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRO-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO E POS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA
COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ARTÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ARTES

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
CURSO DE LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS

Comissão de Elaboração:

Prof. Dr. Antônio Eugênio Araújo Ferreira

Prof^a MsC. Isabel Mota Costa

Prof^a MsC. Luisa Maria Pereira Osório da Fonseca

Prof^a MsC. Mércia Maria Ferreira Antunes Pacheco

Coordenador do Curso de Licenciatura em Educação Artística

Prof. Dr. Antônio Eugênio Araújo Ferreira

Chefe do Departamento de Artes

Prof. Gersino dos Santos Martins

Consultoria Pedagógica:

Prof^a Dr^a Rosemary da Silva

Colaboradores:

Prof. José Marcelo do Espírito Santo

Prof^a. Beatriz de Jesus Sousa

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRO-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO E POS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA
COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ARTÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ARTES

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
CURSO DE LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS

Comissão de Elaboração:

Prof. Dr. Antônio Eugênio Araújo Ferreira

Prof^a MsC. Isabel Mota Costa

Prof^a MsC. Luisa Maria Pereira Osório da Fonseca

Prof^a MsC. Mércia Maria Ferreira Antunes Pacheco

Coordenador do Curso de Licenciatura em Educação Artística

Prof. Dr. Antônio Eugênio Araújo Ferreira

Chefe do Departamento de Artes

Prof. Gersino dos Santos Martins

Consultoria Pedagógica:

Prof^a Dr^a Rosemary da Silva

Colaboradores:

Prof. José Marcelo do Espírito Santo

Prof^a. Beatriz de Jesus Sousa

SUMÁRIO

	Pág.
1. INTRODUÇÃO.....	06
2. JUSTIFICATIVA.....	07
2.1 Histórico do Curso.....	11
3. OBJETIVOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS.....	13
3.1 Geral	13
3.2 Específicos.....	14
4. PERFIL PROFISSIONAL DOS EGRESSOS.....	14
4.1 Mercado de Trabalho.....	15
5. CARACTERÍSTICAS DO CURSO.....	15
5.1 Funcionamento	15
5.2 Sistema de Matrícula	16
5.3 Ingresso do Aluno	16
5.4 Organização Curricular	17
5.5 Conteúdos Específicos	19
5.6 Formação Pedagógica Integradora	21
5.7 Articulação Ensino Pesquisa e Extensão	22
5.8 Flexibilização	23
5.9 Núcleos Integradores do Currículo	24
5.10 Estágio Curricular Supervisionado	26
5.11 Normas Específicas de Atividades Acadêmicas Complementares	34
5.12 Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	36
5.13 Sistema de Avaliação	40
6. INFRAESTRUTURA ACADÊMICA.....	41
6.1 Recursos Humanos	42

04

6.1.1 Espaço Físico	42
6.1.2 Ateliês, Oficinas e Equipamentos	43
6.1.3 Acervo Bibliográfico	44
ANEXOS	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88

05

Lista de Anexos		Pág.
Anexo 01	Sequência Recomendada	46
Anexo 02	Sequência Recomendada de disciplinas por semestre	48
Anexo 03	Estrutura Geral do Curso de Educação Artística	50
Anexo 04	Disciplinas Eletivas Ofertadas	51
Anexo 05	Disciplinas e Duração por campo de conhecimento	52
Anexo 06	Equivalências de Conteúdo	54
Anexo 07	Equivalência entre o Currículo Vigente e o Currículo Proposto	56
Anexo 08	Demonstrativo de Pessoal docente	59
Anexo 09	Demonstrativo de salas e aparelhagem	61
Anexo 10	Ementas das Disciplinas	64

05

Lista de Anexos		Pág.
Anexo 01	Sequência Recomendada	46
Anexo 02	Sequência Recomendada de disciplinas por semestre	48
Anexo 03	Estrutura Geral do Curso de Educação Artística	50
Anexo 04	Disciplinas Eletivas Ofertadas	51
Anexo 05	Disciplinas e Duração por campo de conhecimento	52
Anexo 06	Equivalências de Conteúdo	54
Anexo 07	Equivalência entre o Currículo Vigente e o Currículo Proposto	56
Anexo 08	Demonstrativo de Pessoal docente	59
Anexo 09	Demonstrativo de salas e aparelhagem	61
Anexo 10	Ementas das Disciplinas	64

1 INTRODUÇÃO

Um dos fenômenos da modernidade diz respeito à penetração da arte em múltiplas atividades, artefatos, produtos e tecnologias, o que demonstrou seu potencial enquanto fonte de conhecimento e ocasionou sua inclusão na educação formal.

Data de 1956 a recomendação da UNESCO às nações em desenvolvimento quanto à inserção da arte como matéria do currículo escolar.

No Brasil, aconteceu de maneira mais lenta e gradual, embora sem contar com uma política articuladora dos vários níveis de escolaridade. Em decorrência da demanda verificada no ensino primário, ginásial e secundário, por volta dos anos 30, foram surgindo as primeiras licenciaturas. Contavam com a infra-estrutura dos conservatórios musicais ou escolas de belas artes seguindo o esquema tradicional de preparação do educador – formação pedagógica após conclusão do bacharelado.

Até fins de 1950 eram raras as instituições que ofertavam esse tipo de oportunidade, ficando a formação dos professores de arte à mercê de iniciativas isoladas, a exemplo dos convênios firmados entre algumas secretarias estaduais de educação e as Escolinhas de Arte de Augusto Rodrigues no Rio de Janeiro, durante muito tempo constituíram, únicos centros especializados no ensino da arte.

Com a promulgação da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 4042, de 1961, apresentou-se a carência de pessoal para ministrar as práticas educativas constituídas de atividades voltadas para o atendimento das “necessidades dos adolescentes de ordem física, artística, cívica, moral e religiosa” (Parecer 133/62 – CEF), acentuando-se a necessidade de ampliar a formação docente.

O quadro do ensino superior de artes no Brasil contava com apenas trinta cursos em 1970, ao passo que atualmente encontra-se em expansão. Segundo SANTANA (2000), esta alteração deve-se a alguns motivos:

- Expansão do ensino superior que se deu em todas as áreas, em decorrência da lei 5540/68, que tratou da reforma universitária;
- Advento das escolas, conservatórios e centros de arte e em numero substantivo de cidades;
- Implementação da Educação Artística no ensino de 1º e 2º graus, por força da lei 5692/71.

07

Todavia, antes de serem estabelecidas as regras que habilitavam os estabelecimentos a criar os cursos de Licenciatura em Educação Artística, o que se assistiu foi a improvisação de professores junto ao ensino de 1º e 2º graus, no que se refere a enfoque pedagógicos, de técnicas e materiais didáticos, sem que o conhecimento inerente às linguagens da arte pudesse contribuir para a construção da cidadania, através de uma educação de qualidade.

O modelo curricular da Licenciatura em Educação Artística, implementado através da resolução 23/73-CEF, que estabeleceu os mínimos de conteúdo e duração para as versões curta e plena, esta última com habilitações em Artes Plásticas, Desenho, Artes Cênicas e Música – visava à formação de profissionais portadores de conhecimentos múltiplos e diversificados, porém fragmentados e aligeirados, conforme atestam os estudos e documentos oficiais (PIMENTEL, 1999; RIBEIRO, 1999; SANTANA, 2000). Observe-se que as universidades onde já existiam cursos de artes anteriores à Resolução 23/73 CEF não seguiram o modelo oficial, mas as instituições menores, sem tradição no ensino superior da arte copiaram este padrão.

Hoje em meados do ano de 2009 os cursos superiores existentes de Licenciatura em Arte estão estruturados nas suas várias linguagens (música, dança, artes visuais e teatro).

2 JUSTIFICATIVA

Muitos cursos de Licenciatura em Educação Artística oferecidos pelas universidades brasileiras está ou já passaram por processos de reformulação curricular, especialmente seguiu-se à risca o modelo preconizado pela Resolução 23/73 CEF. Desencadeado em âmbito nacional, no decorrer dos últimos trinta anos, esse movimento de transformação das licenciaturas sensibilizou o MEC e demais órgãos oficiais responsáveis pela educação brasileira quanto à necessidade de elaboração de propostas para a reformulação do ensino superior de artes, processo que culminou na aprovação das seguintes resoluções:

- Resolução CNE-CP 1/2002, que institui diretrizes Curriculares nacionais para a formação de professores da educação Básica, em nível superior;
- Resolução CNE-CP 2/2002, que institui a duração e carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

ação continuam a refletir anacronicamente, os critérios e os padrões de uma realidade social que não existe mais" (Cf. SILVA, 1995, p. 185).

Contudo, se o desafio presta-se à tentativa de melhorar a qualidade de ensino, levando-se em consideração a realidade social, cultural e educacional maranhense, há que se estabelecer alguns critérios que sirvam de leito ao delineamento dessas mudanças, sobressaindo-se no contexto de uma formação mais eficiente do professorado, a reconfiguração daquilo que se constituiu na sua atividade cotidiana: o currículo (Cf. GIMENO SACRISTAN, 1998, p. 10).

Para aprimorar a formação de professores para o ensino de arte na Educação Básica, como requer a prerrogativa constitucional, há que se possibilitar um conhecimento amplo dessa área de saber, enfatizando o aprofundamento de estudos, pesquisas e práticas das linguagens que lhe dão substância – nesse caso, o complexo mundo das Artes Visuais neste início do séc. XXI, já preconizado por muitos como “uma nova era da imagem”, riquíssima em possibilidades de aprendizagem e trabalho.

Considerando que a experiência da formação polivalente em Educação Artística foi considerada inoperante pelas instituições, entidades acadêmicas, círculo de especialistas, busca-se um perfil de profissional que atenda às necessidades da escola e possa intervir na realidade social. Como não foi possível propor uma escolaridade sem fim, que habilite profissionais a atuarem em ramos tão diferentes quanto diversos da Arte – Artes Visuais, Dança, Música e Teatro, conforme prescrevem os PCN's – torna-se necessário selecionar os componentes do currículo e redimensionar a forma de desenvolvê-lo.

Ademais, como a leitura redutiva dos PCN's que induz para o ensino superior a tradição inventada para a educação básica não faz parte do corpus epistemológico que consubstancia essa área do conhecimento – vide a compreensão generalista do ensino das artes que é defendida por alguns segmentos da Educação Artística – as experiências bem sucedidas indicam a necessidade do trabalho integrador pautado nas contribuições de especialistas das diferentes linguagens da Arte. O importante é que o conhecimento artístico seja experimentado e produzido na escola, argumento que, por sinal, consta do discurso oficial:

É necessário que a escola planeje para cada modalidade artística no mínimo duas aulas semanais e que a área de arte esteja presente em todos os níveis de ensino. Para tanto, sugere-se, que, por exemplo, se Artes visuais e teatro forem eleitos respectivamente em duas das séries de um ciclo, as demais formas de arte poderão ser abordadas por meio de projetos interdisciplinares com visitas a espetáculos, apresentação ou apreciação de produções em vídeos, pôsteres, etc. A mesma escola trabalhará com Dança e música nas demais séries, invertendo a opção pelos projetos interdisciplinares. (BRASIL, 1998, p. 55)

Visando a uma formação estético-pedagógica consciente, que instigue nos sujeitos envolvidos a busca do aprimoramento constante, almeja-se um curso de graduação pautado na unidade e identidade da docência das Artes Visuais, articulando-o a um projeto de desenvolvimento profissional de amplo escopo.

Para concretização destes propósitos, buscar-se-á, na concepção e desenvolvimento do currículo, promover um relacionamento saudável entre teoria e prática, que tenha como princípio, origem e finalidade, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, favorecendo do lado interno, ao intercâmbio de conhecimentos e experiências entre as unidades administrativas da UFMA diretamente envolvidas no curso, e externamente, ao diálogo permanente com os artistas e professores egressos em suas atividades no campo artístico da cidade de São Luís. Acredita-se que estes princípios consubstanciam o perfil profissional ensejado pela realidade da educação básica brasileira, articulando-se a dimensões mais amplas da formação do professor, desde a educação em serviço aos cursos de educação continuada ou em nível de pós-graduação.

A decisão desta comissão em recomendar a transformação da Habilitação em Artes Plásticas em Licenciatura em Artes Visuais busca em síntese, propiciar uma compreensão mais aprofundada acerca do saber arte, com vistas a uma melhor preparação daqueles que assumirão a responsabilidade de ensinar arte (Cf. FUSARI & FERRAZ, 1992). Ao aprender com grau de proficiência elevado sobre os elementos constitutivos da linguagem visual e as novas mídias disponíveis como suporte para tal (foto, tevê, vídeo, computadores, etc.), além de suas relações com outras formas artísticas, o futuro professor poderá contribuir para elevação do nível de qualidade do ensino básico no plano concreto.

Considerando que as transformações paradigmáticas do mundo contemporâneo assentam-se em conceitos orgânicos, dinâmicos e não lineares acerca do currículo, não cabem medidas prescritivas, entretanto, convém levar em consideração alguns pressupostos de natureza metodológica, a saber:

- Estabelecimento de um conceito de currículo que articule a parte escrita (conteúdos, disciplinas, duração e outros aspectos) ao desenvolvimento do ensino, à avaliação do curso e à reelaboração do projeto pedagógico;
- Seqüenciação dos conhecimentos conforme o grau de aprofundamento, articulando-os em campos de saber intercomplementares;
- Estruturação do currículo através de um corpo de conhecimento considerado fundamental para as áreas envolvidas, contemplando disciplinas vinculadas à linguagem artística, à formação humanística, pedagógica e à interação entre elas;

- Distribuição eqüitativa da carga horária entre campos de saber, enfatizando os conteúdos ligados à formação específica e pedagógica;
- Configuração de uma relação prático-teórica-reflexiva entre ensino, pesquisa e extensão, registrando-se sempre que possível, esse princípio nas ementas das disciplinas e na descrição das atividades;
- Articulação entre as disciplinas e atividades, propiciando ao aluno aprofundar certos conhecimentos a partir de escolha própria;
- Experimentação do conhecimento prático ao longo do processo formativo seja em termos artísticos ou pedagógicos;
- Proposição de uma estrutura curricular que favoreça a iniciação profissional no decorrer do curso;
- Inclusão de trabalhos de síntese e integração dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso, particularmente como requisito final à graduação;
- Estabelecimento de um sistema de créditos semestral, uma vez que atualmente é aquele que melhor se apresenta dentro da estrutura institucional;
- Atendimento à orientação oficial quanto à duração mínima de 2800 horas, a serem integralizadas em no mínimo, 9 (nove) semestres e no máximo em 12 (doze) semestres, incluindo-se o estágio obrigatório¹.

2.1 Histórico do Curso

A UFMA oferecia o curso de Licenciatura em Desenho e Plástica desde 1970 e passou a adotar o modelo da Educação Artística polivalente em 1981. Inicialmente existiam as licenciaturas de curta e longa duração, sendo que a primeira foi abandonada quando se verificou a impossibilidade de habilitar profissionais para o ensino das várias linguagens artísticas num curso que tinha apenas 1500 horas de duração. Contudo, o currículo pleno continuou a vigorar com uma primeira parte de cunho polivalente, vindo a seguir o esquema das habilitações isoladas, nas opções Desenho e Artes plásticas. A partir de 1988, com a reforma curricular que foi homologada nos Colegiados Superiores, implantou-se também a habilitação Artes Cênicas.

¹ Há orientações distintas quanto ao mínimo de horas de cursos de formação de professores para a educação básica. A proposta de diretrizes elaborada pela Comissão de Especialistas de Ensino de Artes Visuais da SESu/MEC estabelece o patamar mínimo de 2700 horas; as diretrizes elaboradas pela Comissão de Especialistas em Formação de Professores, 3.200 horas; o Parecer CNE-CP nº 21/2001, 2800 horas. Levamos em consideração a última referência, a Resolução CNE-CP 2/2002, que institui a duração da carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível Superior.

Apesar do empenho da UFMA em diplomar 517 alunos desde a criação do primeiro curso de artes, e da repercussão positiva que se faz notar no sistema de ensino de São Luís, hoje em dia, a experiência local não é diferente do restante do país, tal como é descrita a seguir:

De maneira geral, entre os anos 70 e 80, os antigos professores de artes plásticas, desenho, música, artes industriais, artes cênicas e os recém formados em Educação Artística viram-se responsabilizados por educar os alunos em todas as linguagens artísticas, configurando-se a formação do professor polivalente em arte. Essa tendência implicou a diminuição qualitativa dos saberes referentes às especificidades de cada uma das formas de arte, e no lugar destas, desenvolveu-se a crença de que o ensino das artes poderia ser reduzido a propostas de atividades variadas que combinassem as várias linguagens, sem aprofundamentos dos saberes referentes a cada uma delas. (BRASIL, 1998, p.27)

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional, nº 9394/96, especialmente após a implementação das legislações decorrentes (BRASIL, 1997; 1998; 1999), a arte passou a se constituir numa das áreas que compõem o currículo obrigatório da escola básica, a ser ministrada através de quatro linguagens – Artes Visuais, Dança, Música e Teatro – da pré-escola ao ensino médio, o que requer o repensar urgente da preparação dos professores, principalmente se considerarmos a necessidade de aprofundar os conhecimentos por linguagem específica, tendo em vista o esvaziamento do conhecimento pela proposta dos cursos polivalentes.

Em atenção aos problemas sumariados nos parágrafos precedentes, a UFMA vem buscando se antenar com os novos paradigmas, visando à melhoria da formação dos seus professores de artes. O Departamento de Artes e a Coordenação do curso de Licenciatura em Educação Artística vêm a alguns anos realizando estudos na tentativa de delinear não só uma reforma curricular do curso vigente, mas também uma nova configuração de cursos, coordenações e de todo ensino de arte na UFMA. Formaram-se comissões de estudo e elaborações de projetos, realizaram-se encontros, seminários e debates. O consenso final foi o de manter unido o Departamento de Artes, mas transformar as habilitações Artes Plásticas e Artes Cênicas em cursos de graduação independentes, eliminando a habilitação Desenho.

Assim, os cursos de Licenciatura em Teatro e Música foram estruturados nessa nova modalidade de ensino por linguagem artística, sendo o Curso de Teatro o primeiro a entrar em funcionamento (conta nesta data com cinco anos de existência, tendo formado a primeira turma em julho-2009/1; o Curso de Música completou três anos de funcionamento)

Ao privilegiar a formação de docentes, em detrimento da adoção de bacharelado e outros modelos de cursos existentes na área de Artes visuais, pretende-se seguir a finalidade central da educação, qual seja dar acesso ao saber e às formas de conhecimento – dar acesso à

13

13

cultura, "entendendo-se como cultura a produção coletiva de uma sociedade, ou mais ainda, como o patrimônio de toda humanidade, construído ao longo de sua história." (PENNA in PERÉGRINO, 1995).

No que diz respeito à necessidade de uma alfabetização visual, haja vista a significativa parcela de aprendizagem através de imagens podemos enfatizar a emergência da Licenciatura em Artes Visuais que desempenharia um papel ímpar na formação de educadores para o âmbito da educação escolar no estado do Maranhão.

A criação da Licenciatura em Artes Visuais é uma necessidade no contexto do ensino das diversas modalidades de linguagens artísticas pelo muito que vem contribuir para a decodificação da visualidade do mundo na educação escolar. O cotidiano escolar se constrói por meio das linguagens verbal e visual, onde é perceptível o despreparo dos educadores para trabalharem com o poder da informação imagética, supervalorizando a linguagem escrita e minimizando a educação visual. Nesse panorama, a formação de educadores na linguagem das Artes Visuais é de fundamental importância à medida que ajudará a educar para a leitura das imagens.

Desta forma, o que se propõem é a criação do Curso de Licenciatura em Artes Visuais, em substituição ao curso de Licenciatura em Educação Artística nas habilitações em Artes Plásticas e Desenho, trazendo reformulações estruturais, com um currículo que atenda às novas mídias contemporâneas, mantendo sua base de sustentação docente no Departamento de Artes da UFMA.

este
por
habi

3 OBJETIVOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS

3.1 Geral

Formar profissionais prioritariamente para o magistério em Artes Visuais na educação básica, bem como de maneira secundária, para o exercício em atividades inerentes à produção artística e execução de serviços especializados em instituições de natureza cultural e educacional.

Habilitar educadores capazes de compreender a realidade social, cultural e educacional brasileira, para nela integrar-se como agente de transformação, através dos códigos da Linguagem Visual

Handwritten mark or signature at the bottom right corner.

3.2 Específicos

- Capacitar profissionais para desenvolverem propostas/atividades artísticas viáveis para a região/mercado de trabalho, no âmbito formal (escola) e informal (instituições culturais públicas e privadas);
- Analisar criticamente a história do ensino das artes visuais principais metodologias e propostas de ensino, bem como conhecer e discutir as etapas do processo de produção grafo-visual: motivação, produção, apresentação, apreciação e reflexão;
- Fornecer subsídios teórico metodológico para compreensão de várias formas de comunicação sócio-cultural;
- Formar o arte-educador como sujeito propositor crítico do processo ensino-aprendizagem, de modo atuar na escola e em outras instituições como estimulador da ação educativo-artística;
- Desenvolver o pensamento investigativo como permanente processo de pesquisa e produção científica, a fim de compreender a problemática que envolve o universo artístico-estético;
- Analisar o processo de globalização cultural, econômico e social e suas conseqüências no âmbito regional;
- Desenvolver projetos transdisciplinares visando uma maior integração entre a academia e a comunidade local (sociedade maranhense);

4 PERFIL PROFISSIONAL DOS EGRESSOS

O licenciado em Artes Visuais é um profissional habilitado para produção, em ensino, pesquisa, extensão e crítica no campo das artes visuais, possuindo formação voltada para o desenvolvimento da percepção, reflexão e potencial criativo, dentro da especialidade do pensamento visual, bem como em áreas complementares e afins.

Deverá contribuir no desenvolvimento educacional, artístico e cultural da sua região e país, no exercício do ensino e da pesquisa em artes visuais, seja em estabelecimentos formais e/ou informais, públicos e/ou privados. Pode ainda contribuir com instituições vinculadas aos setores da administração e planejamento de educação e cultura. Por ter acumulado uma considerável bagagem cultural e intelectual e vivencial, o licenciado em artes visuais está apto para socializar seus conhecimentos e habilidades por meio de seu trabalho concreto, enquanto agente de transformação social.

15 15

De forma a sedimentar esse perfil, serão consideradas as seguintes competências e habilidades:

- Compreensão do papel social da escola;
- Domínio dos conteúdos a serem socializados no processo ensino-aprendizagem;
- Domínio dos processos pedagógicos;
- Conhecimento dos processos investigativos que possibilitem o aperfeiçoamento das práticas artístico-pedagógicas;
- Capacidade de gerenciar o próprio desenvolvimento profissional;
- Compreensão crítica da história das artes visuais e sua relação com outras linguagens artísticas;
- Capacidade de compreender e criticar fenômenos pertinentes à produção grafo-visual, na escola e na sociedade.

4.1 Mercado de Trabalho

O licenciado em Artes Visuais atuará com professor de Arte/artes visuais (em conformidade com os Parâmetros Curriculares Nacionais - Arte) e a LDB 9394/96 em instituições de ensino particulares e públicas da rede federal, estadual e municipal, na educação infantil, no ensino fundamental e médio, ou ainda em instituições de ensino superior, caso haja prosseguimento de estudos em nível de pós-graduação. Poderá também atuar em órgãos públicos e privados especializados na área da cultura, como centros culturais, museus, galerias, agências de treinamento, secretarias de cultura, dentre outros.

5 CARACTERÍSTICAS DO CURSO

5.1 Funcionamento

A procura por vagas no curso de Licenciatura em Educação Artística tem aumentado nos últimos anos. Em fins de 1970, cerca de 50 alunos candidatavam-se anualmente, ao passo que, nos últimos anos a média registrou 268 candidatos por semestre. Analisando-se a série 1998-2000, observa-se que foram aprovados cerca de 82 alunos em cada um dos vestibulares semestrais, e como eram oferecidas apenas 35 vagas a cada entrada, o percentual de excedentes foi significativo.

Acredita-se que a criação de cursos de licenciatura em três linguagens artísticas – música, teatro, artes visuais e o conseqüente aumento do número de vagas, na universidade

10

estará respondendo aos anseios da sociedade maranhense. Inicialmente, resolveu-se manter o mesmo quantitativo de vagas do curso de Licenciatura em Educação Artística para o curso de Licenciatura em Artes Visuais são previstas 70 vagas por ano, sendo 35 entradas em cada semestre. Está em estudo o aumento deste número, o que depende, entre outros fatores, da ampliação do espaço físico, bem como do corpo docente.

5.2 Sistema de matrícula

Apesar de considerar algumas vantagens no sistema de flexibilização das matrículas, percebe-se que o sistema de créditos tem colaborado para o aumento do tempo destinado à integralização das atividades acadêmicas, e conseqüentemente para a retenção de vagas nos cursos da UFMA. Em face disso, a PROEN e a reitoria da UFMA vem a algum tempo estudando maneiras de suplantar os obstáculos advindos desse regime acadêmico-administrativo, sem, contudo, chegar a um modelo definitivo que contemple todas as licenciaturas.

Alguns cursos da UFMA foram criados em sistemas alternativos, como é o caso do Curso de Psicologia, pautado no sistema seriado. Considerando que a experiência no curso de Licenciatura em Educação Artística se mostrou favorável e eficiente quanto ao sistema de créditos, propõe-se o sistema ~~seriado~~ ^{de crédito no regime} semestral para a Licenciatura em Artes Visuais. Para assegurar essa estratégia, os departamentos acadêmicos terão que passar a ofertar as disciplinas sob sua responsabilidade nessa condição.

A negociação efetivada até o momento com os Departamentos Acadêmicos resultou no compromisso por parte da maioria deles quanto à oferta anual de disciplinas, à exceção do departamento de Educação I e II, bem como de Filosofia, embora não se tenha afirmado também uma posição definitiva; os demais comprometeram-se a seguir a recomendação.

5.3 Quanto ao ingresso do aluno

O candidato a uma vaga no novo Curso de Artes Visuais deverá ser submetido, a uma prova de conhecimentos específicos a ser aplicada logo após o resultado do ENEM. A avaliação exigida constará desde reflexões acerca das obras de arte e contextualizações históricas até desenhos e testes de percepção e observação.

Tal exigência se justifica face à necessidade de selecionar um público discente que tenha afinidades, familiaridade e interesse com e pelo o universo das artes visuais. Dessa

17 17

forma busca-se evitar e reduzir o número de evasão e retenção de alunos que gostariam de ter ingressado em outros cursos que julguem menos concorridos.

5.4 Organização Curricular

A proposta central deste projeto pedagógico fundamenta-se na articulação entre os saberes que definem a identidade profissional do professor de Artes Visuais, enfatizando a aquisição de conhecimentos teóricos, a reflexão e a investigação sobre a prática, bem como a capacidade de intervir e transformar a realidade social. A partir dessas premissas, foram estabelecidas as estratégias de estruturação do currículo, concebendo-se um modelo de curso, de acordo com as recomendações relacionadas a seguir.

A adoção de uma estrutura curricular articuladora de diferentes saberes, através de campos de conhecimento, visa assegurar o trabalho com conteúdos de diferentes âmbitos, os quais estão intrinsecamente relacionados entre si, embora não estejam vinculados exclusivamente a uma ou outra disciplina.

Por um lado há que se priorizar o conhecimento sobre crianças, jovens e adultos, a experimentação para atuação pedagógica e artística, tendo como meta a contextualização destes âmbitos nas dimensões culturais, sociais e políticas da educação. Por outro lado, com esta abordagem, pretende-se tornar possível o trânsito entre as várias disciplinas e atividades, estimulando o trabalho interdisciplinar e integrado dos conteúdos, bem como propiciando níveis mais avançados de compreensão dos fenômenos e processos educativos, artísticos e estéticos.

Tendo em vista propiciar uma formação sólida ao futuro professor, os conteúdos do currículo relacionam-se a campos de conhecimento vinculados ao perfil profissional ensejado no curso de Licenciatura em Artes Visuais, resultando na formulação dos conceitos, atividades e disciplinas distribuídos em nove semestres letivos, perfazendo um total de 2.835 horas, conforme descrição a seguir:

- **Núcleo do Saber Pedagógico em Ensino das Artes visuais**

Estudo dos fundamentos teóricos, das experiências práticas e reflexivas relativas ao ensino das artes visuais aplicado à educação formal e informal, com ênfase nos métodos sistematizados na história da área e nas didáticas específicas a serem desenvolvidas através das disciplinas Fundamentos do Ensino de Arte, Metodologia do Ensino das Artes Visuais I e II, Diagnóstico da Comunidade Educacional, Organização do Trabalho Pedagógico I e II,

Vivências Pedagógicas em Artes Visuais I e II, Estágios Supervisionados em Projetos Especiais, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

- **Núcleo do Saber Pedagógico**

Estudo teórico e prático do campo da educação vinculado à dimensão da formação do educador, envolvendo a articulação interdisciplinar através das disciplinas Sociedade, Estado e Educação, Políticas Educacionais, Psicologia da Educação, Didática, Educação Especial, Libras e Metodologia do Ensino das Artes Visuais. + ESTAGIO

- **Núcleo do Saber em Fundamentos Teórico-Estéticos das Artes Visuais**

Fundamentação histórica e estética do fenômeno das artes visuais constitui-se numa das mais importantes áreas do curso, onde estão alocadas disciplinas fundamentais como História das Artes Visuais I, II, III e IV, Fundamentos Sócio-Antropológicos da Arte, Elementos da Linguagem Visual, Estética Visual, Matrizes da Produção Cultural Brasileira e Teoria Crítica da Arte.

- **Núcleo do Saber Prático em Artes Visuais**

Estudos sobre os fundamentos e desdobramentos da linguagem visual que norteiam as experimentações acerca da prática das Artes Visuais; enfatizamos que essas disciplinas partem de embasamento teórico e não devem ser consideradas exclusivamente práticas. Assim, toda e qualquer experimentação com materiais e técnicas artísticas deve ser precedida ou desenvolvida em paralelo com profunda análise das mesmas (histórica, social, psicológica, econômica etc.). Neste campo encontram-se disciplinas também fundamentais para formação do futuro professor, com Desenho I e II Pintura Fotografia e Cinema, TV e Vídeo, Mídias I e II, e Tridimensionalidade.

- **Núcleo do Saber Acadêmico-Científico**

Iniciação à pesquisa e integração dos conteúdos de todos os outros campos, através do envolvimento nas disciplinas Metodologia, Produção Textual Científica, TCC I, II e III Metodologia Científica.

19 19

- **Núcleo do Saber Atividades Integradas e Especiais**

Estudo e desenvolvimento de atividades centradas na escolha do aluno, tendo em vista alargar a formação geral bem como a articulação interdisciplinar com os conteúdos do curso como um todo, a partir da disciplina Eletiva e das Atividades Complementares.

5.5 Conteúdos específicos

Os alunos da Licenciatura em Artes Visuais devem desenvolver uma série de competências consideradas essenciais à atuação profissional, as quais devem orientar as ações formativas e o envolvimento direto com a docência nessa área ao conhecimento. Essas competências são construções progressivas e cumulativas, que envolvem tanto o domínio da evolução histórica quanto o aprendizado técnico baseado no treinamento manual.

O aprendizado tradicional das artes plásticas é reconhecido como um processo muito solitário que depende, em grande parte do esforço individual, ao contrário do aprendizado do teatro, que depende do trabalho coletivo. No entanto, uma nova visão do ensino das artes visuais procura ultrapassar essa situação com equilíbrio mais elaborado entre tarefas a ser executadas individual e coletivamente. Nada impede que uma obra de arte plástica como um desenho, uma pintura, um painel, uma escultura sejam planejados e executados em grupo, preparando o futuro professor para as adversidades da realidade educacional brasileira. Há ganhos bastante visíveis nesta estratégia, como o apelo à cooperação, a minimização do tempo e do gasto com materiais.

Considerando que o currículo deve propiciar tanto a iniciação quanto o aprofundamento de conhecimentos pertinentes à linguagem teatral, o rol de disciplinas elencadas para a Licenciatura em Artes Visuais busca contemplar a compreensão teórica, a experimentação e a reflexão sobre essas definições do trabalho educativo, conforme descrição a seguir.

As disciplinas **História das Artes Visuais I, II e III** têm como meta o estudo paulatino do fenômeno da arte visual, desde a pré-história até os nossos dias, com ênfase nas condições sócio-econômicas de produção, nos estilos e escolas resultantes, na evolução e transformação das artes ao longo da linha do tempo pelo mundo afora. O atual curso de Licenciatura em Educação Artística conta apenas com duas disciplinas de História da Arte, o que tem se mostrado insuficiente para a formação do jovem professor, quando se sabe que este será um dos principais conteúdos dele exigidos.

No séc. XX, inúmeros movimentos artísticos surgiram, demandando mais tempo para seu estudo. Assim, a Comissão de Elaboração do presente projeto inclui História da Arte IV aumentando a carga horária com **História da Arte no Brasil e no Maranhão**, já que a ausência de disciplinas de teor histórico que se debruçassem sobre a produção visual brasileira sempre foi motivo de reclamações entre alunos. O currículo abrangerá a produção artística dos povos indígenas e dos afro-descendentes, contemplada na disciplina **Matrizes da Produção Cultural Brasileira**.

Tendo em vista caracterizar as Artes Visuais como fenômeno que relaciona o erudito, o popular e as formas de representação e cognição particulares de cada sociedade, inserimos as disciplinas **Fundamentos Sócio Antropológicos da Arte e Matrizes da Produção Cultural Brasileira**, cuja finalidade é abordar a atividade artística enquanto trabalho coletivo, de vários grupos sociais (artistas, patronos, divulgadores, expositores, consumidores, etc.) estabelecendo conexões entre a produção mundial, brasileira e maranhense.

As disciplinas **Fundamentos da Linguagem Visual, Tridimensionalidade, Pintura, Desenho I e II, Fotografia e Cinema, Tv e Vídeo, Multimeios I e Multimeios II** formam um núcleo integrado que contribuem para a produção teórico-prática do curso. Base do aprendizado e treinamento de qualquer estudante de artes visuais, o aluno terá contato com boa parte do conhecimento técnico disponível, sempre fundamentado em pressupostos teóricos.

Todo e qualquer trabalho prático deve ser motivado e fundamentado em estudos teóricos e/ou históricos sobre alguma produção correlata. Assim, estudos da linguagem visual implicam em análise de imagens e estudos da obra de pintores que a forjaram; estudos de desenho, anatomia e desenho de observação implicam o estudo dos artistas/cientistas que desenvolveram tais técnicas; estudos de pintura implicam o estudo correlato dos grandes pintores e suas obras, etc.

Algumas disciplinas novas não encontram equivalência no currículo atual, a exemplo de **Multimeios I e II e TV e Vídeo**. Já não é viável para o estudante e professor de artes visuais passarem ao largo do campo da informática e das novas tecnologias uma vez que o advento da computação trouxe mudanças na configuração das artes visuais, no perfil do artista gráfico, no campo de trabalho e aprendizagem.

Um curso que se pretenda atual, deve ao menos oferecer aos alunos, o mínimo de condições de manipulação dessas ferramentas, através do computador, das novas mídias e dos programas para área de produção/programação visual. Por outro lado, algumas disciplinas

classificadas como eletivas passam a constar do currículo obrigatório, devido aos mesmos motivos.

5.6 Formação pedagógica integradora

desmarca
Práticas Pedagógicas

A tendência prescritiva dos currículos tradicionais separa como coisas distintas os programas, as propostas e as práticas de ensino, fazendo com que, no caso das licenciaturas não ocorra uma integração efetiva entre os saberes específicos e os conteúdos de formação geral e pedagógica.

O currículo atual de Licenciatura em Educação Artística da UFMA, na prática oferta quatro blocos de disciplinas: as da área de arte, as da habilitação específica, as da parte pedagógica e as de formação geral. A rigor, a abordagem que caracteriza a formação pedagógica tem um cunho notadamente generalista, sem articulação com os outros conteúdos, salvo ações isoladas de docentes e discentes.

Em face dessas ponderações, recomenda-se um tratamento especial para as disciplinas que relacionam os estudos específicos e humanísticos à formação pedagógica, redundando num procedimento que assegure a prática da interdisciplinaridade. A disciplina **Fundamentos Sócio Antropológicos da Arte**, objetiva assegurar aos professores de artes visuais uma base teórica sólida que lhes permitam entender o conhecimento humano enquanto construção social.

Psicologia da Educação e Didática visam contemplar o estudo dos processos do desenvolvimento humano com ênfase na infância e adolescência, a compreensão da realidade educacional brasileira numa perspectiva filosófica, política e administrativa, bem como o domínio do planejamento didático, o que inclui a fundamentação, para a elaboração, execução e avaliação das atividades de ensino.

Destaca-se a necessidade de contemplar os estudos referentes aos fundamentos psicológicos, históricos, sociológicos e filosóficos da arte na perspectiva da educação, através da disciplina **Fundamentos da Arte na Educação**. Além da compreensão das tendências estético-pedagógicas do ensino da arte. Para as didáticas específicas está prevista a disciplina **Metodologia do Ensino das Artes Visuais**, em articulação direta com **Prática de Ensino**, na qual se insere o trabalho de regência de classe, nos níveis da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Como o campo de trabalho do graduado em Artes Visuais ultrapassa o ambiente escolar, e contemplando as atividades dos **Laboratórios Pedagógicos I, II, III, IV, V e VI**, o aluno poderá exercer atividades em Centros Culturais como museus, galerias, casas de cultura

ou em qualquer órgão ou repartição que pretenda organizar algum tipo de acervo de artes visuais².

5.7 Articulação Ensino, Pesquisa e Extensão

A integração entre os procedimentos de ensino, a investigação e a difusão de conhecimentos junto à comunidade – um dos pontos nevrálgicos da preparação de educadores é um dos pilares sobre o qual se assenta o presente projeto pedagógico. Além da preocupação de âmbito geral, quanto aos conceitos e pressupostos metodológicos, há orientações explícitas nas ementas das disciplinas quanto à colaboração dos programas didáticos do currículo pleno.

Considerando-se as dificuldades que os alunos têm quanto à compreensão teórica e prática do conceito de pesquisa, o currículo contará com disciplinas relativas ao campo de conhecimento em pesquisa para atender a tais finalidades.

Voltada para o estudo da produção científica com ênfase nos conhecimentos da área acadêmica artes visuais e elaboração do projeto de monografia, consta a disciplina, **Produção Textual Científica. Trabalho de Conclusão de Curso/TCC**, estabelece relações entre a pesquisa em si e sua efetivação prática onde contempla-se: montagem de exposições (cunho pedagógico), investigação participante (sob orientação docente) segundo as linhas de pesquisa adotadas pelo curso de Artes (**Arte e Cultura Popular, Arte e História, Arte e Semiótica, Arte e Educação, Arte e Contemporaneidade, Arte e Processos Criativos, Arte e as Novas Tecnologias, Arte e Meio Ambiente, Arte, Crítica e Leitura de Imagem, Arte, Interculturalidades Interdisciplinaridade**).

O TCC é uma das causas das altas taxas de retenção do aluno no curso atualmente, fato justificado por várias razões, podendo-se destacar a tímida interação entre ensino, pesquisa e extensão ao longo da graduação. Para suprir essa deficiência a legislação atual coloca como obrigatório a carga horária de 400h de atividade teórico-práticas desenvolvidas a partir do 2º período nas Licenciaturas. Existe ainda, a possibilidade de ser apresentado, um relatório de atividades da produção visual (quando o aluno deverá comprovar

² A resolução CP-CNE de 30/09/1999 exige que o currículo das licenciaturas reserve 800 horas para atividades relacionadas à prática de ensino, as quais devem ser desenvolvidas através de variadas formas, ao passo que a Resolução CP-CNE 01/2002 exige 400 horas de prática de ensino como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso e 400 horas de estágio supervisionado. Para atender a estas diretrizes, o presente projeto incorpora ao currículo 885 horas para esta finalidade, sendo 480 para atividades curriculares envolvendo a participação do aluno em atividades de regência de classe e outras 405 horas voltadas par atividades em outras instituições culturais onde está aberto o campo de trabalho para o futuro egresso licenciado em Artes Visuais. As atividades de guia de exposições, organizador de acervo, curador e organizador e divulgador de eventos ficam geralmente sob sua responsabilidade.

atuação constante no campo artístico visual) como produtor ou mediador³, enfocando aspectos pedagógicos nessa prática.

5.8 Flexibilização

A inexistência de vínculos entre os conteúdos da formação básica e os estudos independentes é outro obstáculo a ser suplantado na configuração do novo curso. As avaliações feitas pelos diversos segmentos do curso de Licenciatura em Educação Artística indicam a necessidade de se possibilitar uma formação cultural mais abrangente, assegurando a consolidação de um perfil profissiográfico mais diversificado, contribuindo, por conseguinte, para a inserção do alunado no mercado de trabalho.

Para tanto, estão previstos conteúdos que buscam favorecer ao enriquecimento intelectual e profissional do licenciando, a saber: **Atividades Complementares**, visando à participação em estudos e atividades realizadas através de monitorias, estágios, participação em estudos e atividades realizadas através de monitorias, estágios extracurriculares, cursos em áreas afins, atividades de extensão, iniciação científica, grupos de estudo; A disciplina **Teoria Crítica da Arte** visa efetuar de modo mais concreto essa ponte entre o mundo acadêmico e a realidade concreta da cidade, consistindo na crítica formal da produção artística da cidade, através de parcerias com periódicos de grande circulação, nos quase serão publicados "colunas de crítica" – estamos contemplando aqui não apenas a flexibilização (já que o aluno poderá escolher uma instituição ou a produção de um artista ou fato estético qualquer a ser criticado) mas também a extensão e a pesquisa⁴.

³ Como já acontece em vários cursos de Graduação e mesmo Pós-Graduação em Artes Visuais, se o aluno tem uma produção artística considerada regular e de nível satisfatório, ele poderá propor ao Colegiado como trabalho de conclusão de curso, devida e cientificamente justificado e sob orientação docente, uma proposta de análise de sua própria produção e/ou atividade no campo artístico. Isso poderá resultar em exposições de caráter acadêmico, das quais a vida cultural local muito sente falta, dinamizando o campo artístico; poderá resultar também em relatórios bem detalhados das atividades de guia e/ou curador de exposições em galerias ou centro culturais, dando a conhecer a dinâmica de tais atividades da cidade. As disciplinas **Estágio Supervisionado I e II** estão sendo pensadas como subsidiadoras neste processo, ou seja: o aluno aproveita seu processo de trabalho experimental em instituições de cultura para propor um trabalho de pesquisa no campo da arte.

⁴ Deve-se ressaltar a falta que tal atividade de crítica vem fazendo numa cidade como São Luís, onde a atividade artística ainda é cercada de certo misticismo. No campo das artes plásticas, sobretudo, deu-se uma espécie de explosão, desde a década de 1990, quando surgiram uma plêiade de novos artistas plásticos, em sua maioria auto-didatas, que nunca tiveram suas obras analisadas por critérios acadêmicos pertinentes. Por outro lado, a cidade em si, como fato estético total, e as políticas culturais oferecem muito subsídios para o exercício da crítica, que deve ser estimulada no aluno, como forma de atuação positiva na sociedade, através da publicação de artigos.

24 24

5.9 Núcleos Integradores do Currículo

Núcleo de Conhecimento teórico e prático em Arte-Educação

01. Núcleo de Compreensão da Sociedade e da Produção Artística

1. Sociedade, Estado e Educação.....	60h
2. Fundamentos da Arte na Educação.....	60h
3. Matrizes da Produção Cultural brasileira.....	60h
4. Fundamentos Sócio-Antropológicos da Arte.....	60h
5. Metodologia Científica	45h
6. Produção Textual Científica.....	45h
TOTAL.....	330h

02. Núcleo do Desenvolvimento da Linguagem Visual

1. História da Arte I (Pré-hist, Egito, Grécia, Roma e Idade Média).....	60h
2. Elementos da Linguagem Visual no desenho, pintura e escultura)....	60h
3. Política Educacional.....	60h
4. Psicologia da Educação.....	90h
5. Laboratório pedagógico I (Diagnóstico Escolar).....	75h
TOTAL.....	345h

03. Núcleo das Linguagens visuais e processos pedagógicos

1. Didática.....	90h
2. História da Arte II (Renasc, Maneir, Barroc, Neocl, Romant.).....	60h
3. Desenho I.....	60h
4. Pintura	60h
3. Laboratório pedagógico II (Pesquisa na Escola).....	75h
4. Estética Visual	45h
TOTAL.....	390h

04. Núcleo da Cultura Visual Moderna e Contemporânea

1. História da Arte III (Realis, Impress, Vanguardas e Arte Contemp.)	60h
2. Desenho II	60h
3. Fotografia e Cinema	60h
4. Múltímeios I	60h

ICENTUNDIR
FLUXOGRAMA ≠ NÚCLEO
Segundo Fluxograma

25

25

5. Teoria e Crítica da Arte	45h
6. Laboratório Pedagógico III (Pesquisa em História da Arte)	75h
TOTAL.....	360h

ATIVIDADE INTEGRADORA: VIAGEM DE PESQUISA45h

05. Núcleo da Cultura Visual e Novas Tecnologias

1. História da Arte IV (Arte no Brasil).....	60h
2. Televisão e Vídeo.....	60h
3. Mídias II.....	60h
4. Tridimensionalidade.....	90h
5. Grafismo Infantil.....	45h
5. Laboratório Pedagógico IV (Pesquisa em Políticas Culturais).....	60h
TOTAL.....	375h

06. Núcleo de Reflexão dos Processos Pedagógicos

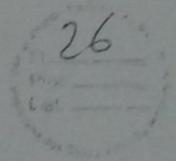
1. Metodologia do Ensino das Artes Visuais	90h
2. Estágio Supervisionado na Educação Infantil	90h
3. Educação Especial	45h
4. Projeto Pesquisa em Arte Educação – TCC	60h
5. Laboratório Pedagógico V (Pesquisa em Centros Culturais.).....	75h
TOTAL	360h

07. Núcleo de Formação Pedagógica

1. Disciplina Eletiva	60h
2. Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental	90h
3. Seminário de Pesquisa (TCC II)	60h
4. Laboratório Pedagógico VI (Pesquisa em Ambientes Virtuais)	60h
5. Libras	45h
TOTAL.....	310h

08. Núcleo de Produção Monográfica

1. Estágio Supervisionado no Ensino Médio.....	90h
2. Monografia (TCCII).....	60h
3. Atividades Complementares.....	210h
TOTAL.....	365h
TOTAL GERAL.....	2.835h



5.10 Estágio Curricular Supervisionado

*obrigar os alunos a fazerem
- com apenas 210h*

Descrever brevemente

curricular obrigatório em 27

REGULAMENTO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO

DE ARTES VISUAIS

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E FINALIDADES

Art.1º Este regulamento tem por finalidade fixar as normas técnicas- operativas para o Estágio Supervisionado do Curso de Artes Visuais, de acordo com a legislação em vigor, com o Projeto do Curso e o Regime Acadêmico da UFMA.

Art. 2º O Estágio Supervisionado é o conjunto de atividades curriculares, de aprendizagem profissional, sócio-cultural, parte integrante do curso que possibilita ao acadêmico a aplicação de seus conhecimentos adquiridos garantindo não somente a capacitação de profissionais, mas, sobretudo, uma formação integral do indivíduo para atender especificamente as ocupações que se apresentam no mercado atual, de forma a garantir que os profissionais que obtenham o diploma do Curso de Artes Visuais possuam completo domínio das reais competências e habilidades necessárias ao desempenho prático de sua profissão, bem como, sejam voltados ao atendimento do público e a aplicação dos conhecimentos éticos exigidos pela função.

Art.3º Para os efeitos deste regulamento, o Estágio Supervisionado é obrigatório no decorrer do curso, com carga horária definida, sendo oferecido aos alunos regularmente matriculados na Instituição.

I – Esta atividade é realizada em períodos diferenciados do proposto na grade curricular do curso;

II – A carga horária prevista para o estágio compreende as disciplinas de estágio Supervisionado I e II, num total de 400 (quatrocentas) horas de atividades desenvolvidas.

III – A disciplina de Prática de Ensino deverá subsidiar o Estágio Supervisionado II, abordando em seus conteúdos programáticos as experiências práticas e reais do estágio.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 4º São objetivos do Estágio Supervisionado:

- I – Capacitar o aluno para o exercício profissional competente, através da vivência de situações concretas de trabalho;
- II – Vivenciar experiências relacionadas às habilitações de Magistério, segundo critérios definidos no Projeto Político Pedagógico;
- III – Inserir o discente na experiência e vivência da prática profissional na área de Artes Visuais, possibilitando aplicação de conhecimentos teóricos e práticos à realidade de cada conceito;
- IV – Desenvolver valores éticos e de cidadania para uma atuação, pautada na melhoria da arte-educação;
- V – Valorizar a educação como um processo seguro de formação de recursos humanos e de desenvolvimento do sistema social mais competitivo e globalizado;
- VI – Proporcionar condições para que o aluno estagiário desenvolva as competências e habilidades específicas para seu desempenho profissional;
- VII – Reunir condições que atendam às necessidades de organização, atualização de técnicas e equipamentos adequados ao desenvolvimento das competências previstas.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO

Art. 5º O Estágio Supervisionado será desenvolvido em Instituições públicas ou privadas, mediante acordo de cooperação técnica, a partir do 2º (segundo semestre).

- I – A aplicação do Estágio Supervisionado será dividida em 100% no município sede da Universidade Feral do Maranhão.
- II – Os alunos que exerçam atividade como docente regular na Educação Básica poderão realizar o estágio em suas turmas desde que contemplada as propostas deste regulamento, podendo eliminar 100(cem) horas de Estágio Supervisionado I de Observação e 100(cem) horas de Estágio Supervisionado II de prática de ensino, conforme a Resolução nº2/2002 do Conselho Nacional de Educação.

Art. 6º A organização do Estágio Supervisionado do Curso de Artes Visuais pressupõe diferentes estratégias de ensino aprendizagem, realizado através de elaboração e aplicação de projetos, onde em todas as etapas do estágio o estagiário deverá apresentar:

§1º **Projeto de Estágio:** que compreende as atividades planejadas em cada semestre, a serem desenvolvidas individualmente ou em equipe mediante solicitação e aprovação do Supervisor de Estágio.

§2º **Relatório de Atividades:** que deverá ser entregue no final de cada semestre, de todas as atividades, em uma única via, obedecendo ao cronograma proposto pela Coordenação do Curso de Artes Visuais e Supervisão de Estágio, que será avaliado pelo Supervisor de Estágio.

I – Ao final de cada ano os relatórios do primeiro e segundo semestres deverão ser encadernados juntos e entregues em duas vias, obedecendo ao cronograma proposto pela Coordenação do Curso e Supervisor de Estágio.

§3º Caberá à Universidade Federal do Maranhão proporcionar condições pedagógicas para a efetivação das atividades do referido estágio.

CAPÍTULO IV

DA DURAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 7º A carga horária do Estágio Supervisionado desenvolver-se-á em conformidade com o art.65 da Lei nº 9394/96, correspondendo a 400(quatrocentas) horas distribuídas que serão distribuídas a partir do 2º semestre do Curso de Artes Visuais.

§ único: A carga horária de 400 (quatrocentas) compreende horas de estágio de observação, será distribuída em:

- 30 (trinta) horas de observação na Educação Infantil e/ou Educação Especial e/ou Séries Iniciais do Ensino Fundamental;
- 60 (sessenta) horas de observação de 5ª à 8ª séries do Ensino Fundamental;
- 50 (cinquenta) horas de observação no Ensino Médio e/ou Profissionalizante;
- 20 (vinte) horas de elaboração de projetos enfocando as artes visuais na Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental ou na Educação Especial;

- 20 (vinte) horas de elaboração de projetos enfocando as artes visuais de 5ª à 8ª séries do Ensino Fundamental;
- 20 (vinte) horas de elaboração de projetos enfocando as artes visuais nas séries do Ensino Médio e/ou Profissionalizante.

A carga horária do 3º ano que contempla 200 (duzentas) horas de estágio em prática de ensino, será distribuída em:

- 40 (quarenta) horas em Educação Infantil e/ou Educação Especial;
- 40 (quarenta) horas nas séries iniciais do Ensino Fundamental;
- 40 (quarenta) horas nas 5ª e 6ª séries do Ensino Fundamental;
- 40 (quarenta) horas nas 7ª e 8ª séries do Ensino Fundamental;
- 40 (quarenta) horas nas séries do Ensino Médio e/ou Profissionalizante.

CAPÍTULO V

DA AVALIAÇÃO

Art. 8º A avaliação do Estágio Supervisionado deve estar de acordo com o sistema de avaliação adotado pela Instituição e em comum acordo com o Projeto Político Pedagógico do Curso de Artes Visuais.

§1º A avaliação deverá ser feita semestralmente, sendo atribuída pelo docente Supervisor de Estágio, que encaminha para a Coordenação do Curso;

§2º Para a aprovação em Estágio Supervisionado, o aluno deve atingir a média final igual ou superior a 7,0(sete) e frequência igual ou superior a 100%(cem por cento) da carga horária prevista.

Art. 9º Os estagiários serão avaliados através dos seguintes critérios:

- I. Elaboração e aplicação de Projetos;
- II. Relatórios Parciais e Finais que serão apresentados ao Supervisor de Estágio;
- III. Cumprimento da carga horária de estágio, totalizando 400 (quatrocentas) horas;
- IV. Postura ética e política diante do exercício profissional.

CAPÍTULO VI

DA SUPERVISÃO DO ESTÁGIO

Art. 10º A Supervisão de Estágio consiste no acompanhamento pedagógico das atividades desenvolvidas ao longo da realização do Estágio Supervisionado, como também na orientação e avaliação contínua do acadêmico, efetivada pelo Supervisor de Estágio.

Art. 11º Caberá ao Professor Supervisor de Estágio, orientar e avaliar as atividades do acadêmico sob sua responsabilidade durante o desenvolvimento do estágio.

CAPÍTULO VII

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 12º À Coordenação do Curso de Artes Visuais caberá as seguintes atribuições:

- I. Elaborar o Regulamento de Estágio Supervisionado, submetendo-o a aprovação do Colegiado do curso;
- II. Aprovar o Plano de Atividades do Estágio Supervisionado;
- III. Representar o Supervisor de Estágio em sua ausência;
- IV. Fazer cumprir a legislação e as normas aplicáveis ao Estágio do Curso de Artes Visuais;
- V. Coordenar a carga horária do Estágio Supervisionado I, II e III, acompanhando os Planos de Ensino e acompanhamento da Supervisão;
- VI. Contatar as Instituições de Ensino Públicas e Privadas que se habilitam como campo de estágio, propondo critérios de estágio e resultados a serem obtidos;
- VII. Promover reuniões de esclarecimento aos acadêmicos da importância do desenvolvimento do estágio;
- VIII. Acompanhar a elaboração compatível com a realidade do acadêmico para que o estágio atinja os objetivos de sua exigência;
- IX. Elaborar junto à Supervisão de Estágio uma forma de controle e registro para acompanhamento do desenvolvimento efetivo e progressivo do estagiário;
- X. Encaminhar à coordenação o registro de frequência e notas semestrais;
- XI. Coordenar e manter o sistema de informações do Estágio do Curso;
- XII. Encaminhar à Direção os Planos de Acompanhamento de Estágio;
- XIII. Assinar Termo de Compromisso para realização dos estágios.

Art. 13º São atribuições do Supervisor de Estágio:

- I. Elaborar o Plano de Estágio em conjunto com a Coordenação do Curso;
- II. Orientar a Instituição cedente e o aluno sobre a finalidade do estágio;
- III. Realizar o acompanhamento do estagiário em suas atividades, de maneira geral e individual;
- IV. Avaliar o estagiário no local de estágio, levando em consideração os aspectos humanos e profissionais;
- V. Coordenar reuniões bimestrais ou mensais com alunos, Coordenação de Curso e professores que atuam nas séries envolvidas com o estágio;
- VI. Coordenar a avaliação semestral do estágio;
- VII. Encaminhar à Coordenação do Curso o registro das freqüências e notas;
- VIII. Orientar o aluno na elaboração dos Relatórios Parciais e Finais das Atividades de Estágio;
- IX. Cumprir e fazer cumprir a legislação e normas referentes ao estágio.

Art. 14º Ao estagiário compete:

- I. Desenvolver o trabalho de Estágio Supervisionado com responsabilidade, competência e seriedade;
- II. Observar o horário e cronograma da Instituição na qual estagia e cumprir rigorosamente a programação estabelecida para o estágio;
- III. Atender a demanda dos usuários dos serviços das Instituições de acordo com as normas e rotina das mesmas, respeitando os preceitos da ética profissional;
- IV. Desenvolver atividades compatíveis com sua condição de estagiário e de acordo com o processo ensino-aprendizagem;
- V. Contribuir no decorrer do estágio para a construção de propostas racionais de prática profissional;
- VI. Atender às datas e prazos de avaliação dos estágios e às convocações da Coordenação de Curso, quando necessário;
- VII. Interagir com a equipe de trabalho e com os usuários da Instituição;
- VIII. Apresentar-se devidamente identificado, equipado e com trajes adequados ao local de trabalho, não podendo permanecer em estágio, caso deixe de atender a um desses requisitos;
- IX. Preencher e assinar diariamente a folha de presença;
- X. Assimilar e aplicar os princípios da ética profissional no seu processo de formação;
- XI. Alcançar os objetivos gerais do Estágio Supervisionado I, II e III;

Art. 13º São atribuições do Supervisor de Estágio:

- I. Elaborar o Plano de Estágio em conjunto com a Coordenação do Curso;
- II. Orientar a Instituição cedente e o aluno sobre a finalidade do estágio;
- III. Realizar o acompanhamento do estagiário em suas atividades, de maneira geral e individual;
- IV. Avaliar o estagiário no local de estágio, levando em consideração os aspectos humanos e profissionais;
- V. Coordenar reuniões bimestrais ou mensais com alunos, Coordenação de Curso e professores que atuam nas séries envolvidas com o estágio;
- VI. Coordenar a avaliação semestral do estágio;
- VII. Encaminhar à Coordenação do Curso o registro das freqüências e notas;
- VIII. Orientar o aluno na elaboração dos Relatórios Parciais e Finais das Atividades de Estágio;
- IX. Cumprir e fazer cumprir a legislação e normas referentes ao estágio.

Art. 14º Ao estagiário compete:

- I. Desenvolver o trabalho de Estágio Supervisionado com responsabilidade, competência e seriedade;
- II. Observar o horário e cronograma da Instituição na qual estagia e cumprir rigorosamente a programação estabelecida para o estágio;
- III. Atender a demanda dos usuários dos serviços das Instituições de acordo com as normas e rotina das mesmas, respeitando os preceitos da ética profissional;
- IV. Desenvolver atividades compatíveis com sua condição de estagiário e de acordo com o processo ensino-aprendizagem;
- V. Contribuir no decorrer do estágio para a construção de propostas racionais de prática profissional;
- VI. Atender às datas e prazos de avaliação dos estágios e às convocações da Coordenação de Curso, quando necessário;
- VII. Interagir com a equipe de trabalho e com os usuários da Instituição;
- VIII. Apresentar-se devidamente identificado, equipado e com trajes adequados ao local de trabalho, não podendo permanecer em estágio, caso deixe de atender a um desses requisitos;
- IX. Preencher e assinar diariamente a folha de presença;
- X. Assimilar e aplicar os princípios da ética profissional no seu processo de formação;
- XI. Alcançar os objetivos gerais do Estágio Supervisionado I, II e III;

33

- XII. Apresentar os Relatórios Parciais e Finais dentro dos prazos estipulados pelo Supervisor de Estágio;
- XIII. Entregar a documentação necessária para o estágio, conforme data estipulada pelo supervisor de estágio.

CAPÍTULO VIII

DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 15º A documentação exigida para o Estágio Supervisionado I, II e III é definida pela Coordenação do Curso e pelo Supervisor de Estágio.

§ Único - Caberá ao Supervisor de Estágio estabelecer critérios para exigência de outros documentos, conforme as necessidades do estágio.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16º O aluno que se encontrar em Licença Maternidade ou para tratamento de saúde, mesmo amparado por Lei, deve cumprir a carga horária prevista para o Estágio supervisionado I, II e III, através de reposição das horas, em comum acordo com o Supervisor de Estágio e Coordenador do Curso.

Art. 17º Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pela Coordenação do Curso, Coordenação Geral Pedagógica, observadas as normas que regulamentam a Instituição, assim como as disposições legais vigentes.

Art. 18º Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Artes Visuais

34

34

5.11 NORMAS ESPECÍFICAS DE ATIVIDADES ACADÊMICAS
COMPLEMENTARES

Art. 1º Tem por finalidade normatizar as atividades acadêmicas complementares do Curso de Licenciatura em Artes Visuais e estabelecer meios operacionais para o acompanhamento e registro da carga horária de 215 (duzentas e quinze) horas, equivalente a 15 (quinze) créditos teóricos-práticos.

Art. 2º As atividades acadêmicas complementares têm como objetivo flexibilizar o Curso de Licenciatura em Artes Visuais, oportunizando aos seus alunos a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar, integrando os conteúdos teóricos e a prática.

§ 1º O cumprimento da carga horária das atividades acadêmicas complementares é requisito indispensável à colação de grau, sendo cumprida ao longo do curso;

Art. 3º A coordenação das atividades acadêmicas complementares será exercida por uma Comissão, designada pelo Colegiado do Curso e composta por três (3) membros do respectivo Colegiado;

Art. 4º - Compete à comissão de Atividades Complementares:

- I – Aprovar o plano de atividades de cada aluno;
- II – Exigir a comprovação documental pertinente;
- III – Coordenar e divulgar as atividades acadêmicas para os alunos a cada semestre letivo.

§ único – Os documentos comprobatórios das atividades acadêmicas complementares, depois de visados pela Coordenação, com a indicação do tipo e carga horária computada, serão devolvidos aos alunos, que terão a responsabilidade de guardá-los em portfólios próprio.

Art. 5º Compete ao aluno ao aluno comprovar o cumprimento das atividades acadêmicas complementares junto à Coordenadoria do Curso de Artes Visual por meio de requerimento documentado, certificado ou equivalente, sendo de competência do Colegiado de Curso a atribuição de horas das atividades de cada aluno, dentro dos tipos e limites fixados nesta Norma.



Art. 6º Para integralização da carga horária são considerados os critérios para pontuação das atividades acadêmicas complementares estabelecidos abaixo:

ATIVIDADES	CH	Quant. Máxima	CH Máxima	REQUISITO
Monitoria	15 h	4	60h	Certificado ou similar
Participação em Projeto de Extensão	15h	4	60	Projeto com Certificado e/ou similar
Participação em Projetos de iniciação científica	15h	4	60	Projeto com certificado e/ou similar
Participação em Seminários, simpósios, congressos, jornadas e encontros (regionais nacionais e internacionais)	10h	4	40	Certificado e/ou similar
Trabalhos científicos publicados em revistas ou periódicos, registrando o nome da IES	10h	4	40	Comprovante da publicação
Publicação de trabalhos originais, artigos, ensaios e resenhas, afins com o curso, em periódicos e jornais, acadêmicos ou não.	10h	4	40h	Comprovante da publicação
Participação em Defesa de Monografia de Conclusão de Curso	5h	3	15h	Certificado ou similar
Grupos de Estudos orientados por docente	5h	3	15h	Certificado ou similar
Participação nos órgãos Colegiados (institucionais ou estudantis)	3h	5	15h	Declaração do Órgão ou do Presidente do Centro Acadêmico
Cursos de Atualização na área da Arte e da Cultura	5h	10	50h	Certificado ou similar
Curso de Informática	3h	10	30h	Certificado ou similar
Curso de Línguas Estrangeiras	3h	10	30h	Certificado ou similar
Cursos da área de Arte Visual não presencial (à distância, vídeo conferência etc.).	3h	10	30h	Certificado ou similar
Estágio Curricular não obrigatório	100h	1	100h	Certificado ou similar
Tópicos Temáticos	30h	3	90h	Certificado ou similar
Cursos de Extensão	30h	3	90h	Certificado ou similar
Disciplinas Eletivas na UFMA ou em outras IES	60h	2	120h	Declaração de Estudos

36

Art. 7º Para obter registro de sua participação em atividades acadêmicas complementares que não emitem certificado, cabe ao aluno elaborar relatório do trabalho e apresentá-lo à Coordenação dentro do prazo estipulado.

§ 1º É indispensável para as atividades que assim o exigirem, a apresentação de relatórios corretos e completos das atividades acadêmicas complementares, bem como o fiel cumprimento dos prazos e datas fixadas, sob pena de não serem computadas as horas de atividades realizadas pelo aluno.

§ 2º No caso das atividades externas, para que a carga horária seja validada, o acadêmico deverá apresentar à Coordenação, o comprovante de sua participação assinado pelo responsável pelo evento.

Art. 8º Esta Norma só poderá ser alterada por proposta dos membros do Colegiado do Curso quando do voto da maioria absoluta.

Art. 9º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Curso.

5.12 Trabalho de conclusão de curso (TCC)

NORMAS COMPLEMENTARES À RESOLUÇÃO Nº90/99-CONSEPE, REFERENTES À MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO (MCC)

O colegiado do Curso de Licenciatura em Educação Artística, no uso de suas atribuições, e considerando o que dispõe a Resolução nº 22/86-CONSEPE, com vista à necessidade de disciplinar a operacionalização de Monografias de conclusão de curso (MCC),

RESOLVE:

Art. 1º Os temas da monografia de conclusão de curso devem estar vinculados aos campos de conhecimento que constituem o currículo e as linhas prioritárias do curso como também aos assuntos de interesse geral dessa Licenciatura relativo ao perfil profissiográfico do graduando.

§ 1º O aluno poderá inscrever-se em Monografia quando tiver integralizado cerca de 75% da carga horária de sua habilitação;

§ 2º Ao inscrever-se em Monografia, o aluno deverá apresentar um anteprojeto conforme modelo aprovado pelo colegiado;

§ 3º O aluno terá prazo de 60 dias, contados a partir da data da matrícula, para entregar seu projeto de Monografia definitivo;

§ 4º O projeto de monografia será apresentado ao Coordenador de Monografia para apreciação, sendo posteriormente analisado através de parecer de um conselheiro, com vistas à aprovação do Colegiado de Curso, devendo a decisão constar na Ata alusiva à reunião, como também ficar arquivado o projeto na banca de documentos da Coordenação do Curso;

§ 5º No projeto de Monografia deverá constar: Tema, Justificativa, Objetivos, Metodologia, Roteiro, Bibliografia e Cronograma de Execução;

37 37

§ 6º A elaboração da Monografia deverá desenvolver-se no máximo dois semestres consecutivos, conforme Resolução CONSEPE.

Art. 2º A Monografia de Conclusão de Curso deverá constituir-se em trabalho acadêmico realizado pelo aluno de forma individual, assessorado por 1(um) professor orientador ou no máximo 2 (dois) professores em regime de co-orientação, estando todo processo sob controle e supervisão da Coordenação de Curso, Colegiado e Coordenação de Monografia.

PARÁGRAFO ÚNICO: É vetada elaboração e apresentação de MCCs de forma coletiva, mesmo quando os temas referirem-se a linhas de pesquisas afins com o mesmo orientador.

Art. 3º Fica estabelecido que o processo de elaboração e execução de MCCs será diretamente supervisionado pela Coordenação de Monografia, cargo ocupado por um professor do Departamento de Artes com titulação mínima de Mestre, indicado pelo Colegiado de Curso e eleito em Assembléia Departamental, cuja gestão terá a duração de 04 (quatro) semestres letivos. São atribuições do Coordenador de Monografia:

- Subsidiar o aluno na elaboração do anteprojeto de Monografia, bem como acompanhar e auxiliar quanto à elaboração do projeto definitivo;
- Sugerir eventuais professores orientadores, de acordo com o tema e forma de abordagem;
- Acompanhar o cumprimento de prazos, tanto na elaboração do projeto quanto na execução deste;
- Apresentar à Coordenação do Curso e ao Colegiado eventuais problemas surgidos entre orientando e orientador, bem como durante todo o processo de execução da MCCs;
- Apresentar ao Colegiado de Curso relatório semestral de atividades;
- Apresentar sugestões de aperfeiçoamento do processo de elaboração e execução de MCCs;
- Analisar anteprojetos e projetos de Monografia, juntamente com os professores orientadores e alunos orientados, sugerindo modificações que visem à melhoria dos mesmos;
- Promover reuniões com professores orientadores e alunos orientandos para transmitir informações, dirimir dúvidas e/ou propor modificações nos projetos de pesquisa;
- Elaborar informativos sobre assuntos gerais que dizem respeito às MCCs;
- Promover Encontros, Debates, Seminários, etc., nos quais o tema central seja a MCC, com apresentação de trabalhos de pesquisa de alunos e professores pós-graduados.

Art. 4º A escolha do orientador será feita pelo aluno, considerando a indicação do Coordenador de Monografia e levando em conta a afinidade interpessoal, área de conhecimento, bem como a relação entre os interesses de pesquisa e o tema abordado.

§ 1º Poderão ser escolhidos como orientadores:

- a) Professores do Departamento de Artes, ativos ou aposentados;
- b) Professores de outros departamentos da UFMA, desde que a indicação atenda à orientação expressa no caput do Art. 4º;
- c) Professores de outras Instituições de nível superior ou ligados às redes de ensino Estadual, Municipal ou Particular, desde que atendam à orientação expressa no caput do Art. 4º e possuam título de Pós-graduação referente ao tema tratado.

38

§ 2º O professor orientador assinará um termo de compromisso, em três vias, declarando que aceita a orientação, ficando uma cópia com o aluno, uma com o orientador e outra com a Coordenação de Curso, para controle do dossiê de orientação de Monografias, cabendo ao Coordenador de Curso informar ao Colegiado e ao Departamento de Artes a existência destes documentos comprobatórios do exercício disciplinar de MCC;

§ 3º O docente escolhido como orientador deverá cumprir duas horas semanais como atividade de orientação de monografia, devendo esta atividade constar no quadro organizado pelos respectivos Departamentos Acadêmicos, a cada semestre;

§ 4º Cabe a Coordenação do Curso, após todos os acertos, encaminhar ao Departamento Acadêmico no qual o orientador é lotado a indicação de nome do orientando, tema e período do exercício de orientação, correspondente no máximo 2 (dois) semestres letivos;

§ 5º O professor orientador definirá, em comum acordo com o aluno, o horário de atendimento semanal;

§ 6º O professor orientador deverá apresentar um relatório semanal sobre as atividades desenvolvidas entre docente e discente, encaminhada por escrito ao Coordenador de Monografia, o qual constará em dossiê do aluno concludente;

§ 7º É facultado ao aluno o direito de mudar de orientador, assim como o orientador deixar de orientar algum aluno, devendo ser efetivada comunicação formal à Coordenação de Monografia, por qualquer das Partes, quando houver incompatibilidade no processo de trabalho;

§ 8º A mudança a que se refere o parágrafo anterior poderá ocorrer apenas uma única vez, ficando estabelecido, como prazo máximo, o fim do primeiro semestre de orientação;

§ 9º A entrega do trabalho Monográfico será feita em 4(quatro) volumes impressos na Coordenação de Curso, que se encarregará de repassá-los aos membros da Banca Examinadora, e ao Coordenador de Monografias. O aluno deverá também entregar a MCC em disquete ou CD ROM para constar no banco de monografias on-line/UFMA;

§ 10º O prazo limite para a entrega dos 4 (quatro) volumes será de 15 (quinze) dias antes da data fixada para a defesa, sendo que a arguição não poderá ocorrer num prazo inferior a 20 (vinte) dias da data da colação de grau;

§ 11º A Coordenação de Curso determinará um período específico de defesas das MCCs, o qual coincidirá com os últimos 60 (sessenta) dias do período letivo, de acordo com o calendário oficial da UFMA.

Art 5º O Colegiado do Curso homologará e a Coordenação do Curso nomeará a Banca Examinadora, composta de três membros e presidida pelo Orientador, ficando reservado para apresentação do trabalho o tempo de 30 (trinta) minutos, após o qual cada membro da banca arguir o aluno em até 30 (trinta) minutos.

§ 1º A iniciação da Banca Examinadora será feita pela Coordenação de Monografia e composta preferencialmente por professores da UFMA ou ligados a outras instituições, desde que atendam às orientações expressas no § 1º do Art. 4º, ficando os casos omissos para serem apreciados pelo Colegiado de Curso.

§ 2º A avaliação da Monografia levará em conta os 2 (dois) critérios descritos a seguir:

- 1 TEXTO
- 2 CONTEÚDO

39

- Fundamentação teórica, profundidade e originalidade da análise
- Sequência lógica
- Capacidade de sistematização e objetividade do texto
- Relevância
- Ilustrações
- Bibliografia

2.1 NORMATIZAÇÃO

- Apresentação gráfica
- Observância das normas recomendadas pelo Colegiado de Curso, tendo como parâmetros as indicações bibliográficas efetivadas pelo Coordenador de Monografia
- Número mínimo de páginas – 50
- Tamanho e cor do papel A4 branco
- Tipo, tamanho e cor da fonte no texto – Times New Roman, 12, preto
- Tipo e tamanho da fonte nas citações – Times New Roman, 12, itálico
- Espaço entre linhas no texto – 1,5
- Espaço entre linhas nas citações – simples
- Espaço entre parágrafos – 1,5
- Espaço entre citações e parágrafos – duplo
- Formatação – justificada
- Margem do texto: sup. 3,0 cm; inf. 2,0 cm; esq. 3,5 cm; dir. 3,0 cm

2.2 REDAÇÃO

- Integridade do idioma
- Clareza e objetividade

3. APRESENTAÇÃO E DEFESA ORAL

- Capacidade de síntese (exposição concisa) e reflexão
- Variedade de recursos didáticos
- Domínio verbal da teoria abordada e da prática de pesquisa
- Respostas adequadas à arguição

§ 3º Serão consideradas aprovadas as Monografias que obtiverem a média aritmética mínima 7 (sete). A cada critério (texto e apresentação/defesa oral) será dada nota 0 (zero) a 10 (dez).

§ 4º Aos alunos que obtiverem nota insuficiente, inferior a 7 (sete), será concedido o prazo de 60 (sessenta) dias para correção do texto e/ou complementação das informações solicitadas sendo apreciada pela mesma banca.

§ 5º Todas as Monografias aprovadas serão submetidas ao Colegiado do Curso para homologação, onde um volume ficará para o acervo da Coordenação do Curso, ficando estritamente proibido o empréstimo do mesmo;

§ 6º Os casos omissos ou não previstos nestas Normas Complementares serão examinados pelo Colegiado do Curso.

40

5.13 Sistemas de Avaliação

No Ensino Superior, similarmente ao que acontece em graus anteriores de ensino, as notas e conceitos são decisivos para a continuidade dos estudos, determinando para o sujeito o status de "sucesso" ou de "fracasso" acadêmico, de permanência ou de exclusão do processo escolar, independentemente da adequação ou não dos procedimentos que lhe deram origem. Tradicionalmente as notas têm representado a quantidade de informações adquiridas pelos sujeitos que aprendem em relação à expectativa do avaliador. É a vigência do entendimento da função meramente conformativa da escola.

A preparação profissional no Ensino Superior tem requerido do sujeito que por aí passa muito mais do que acúmulo de informações, dada a realidade repleta de problemas, incertezas com que se defronta na sociedade atual (Schön, 1997; Alarcão, 1996). Dificilmente as situações demandam/ou são satisfeitas com soluções lineares, definitivas e já elaboradas. Pelo contrário, as novas situações de vida se colocam como desafiadoras de raciocínios, tomadas de decisão, solução de problemas propriamente dito, exigindo flexibilidade, análises por diferentes ângulos, relações, seleções etc. Isso posto nos permite compreender que a avaliação centrada nas informações reproduzidas desconsidera desempenhos mais complexos, como os intelectuais, motores, atitudinais, que devem ser apreendidos e aperfeiçoados em tempo de formação, relativos ao curso ou carreira a que se destinam. Lembramos com Luckesi (1986,1994) que a avaliação educacional escolar, assim como as outras práticas do professor, é dimensionada por um modelo teórico de mundo e de educação, traduzido em prática pedagógica, tenha o professor consciência disto ou não. Suas ações têm conseqüências na relação com seus alunos, na relação deste e de ambos com o conhecimento e extensivamente às situações de vida que enfrentam no seu dia a dia.

Como atuamos no Ensino Superior e vimos focalizando esse nível de ensino em nossas investigações sabemos que a maioria dos professores desse nível de ensino não tiveram em sua formação o preparo para a docência. Apenas os oriundos das licenciaturas é que possuem em seus currículos uma ou duas disciplinas didático-pedagógicas. É bem provável que as dificuldades de avaliação aumentem para os docentes que atuam no Ensino Superior. Os alunos são mais maduros, a maioria tem maior clareza do que deseja, preparam-se para uma profissão. Os professores, muito preocupados com o domínio de conteúdo, nem sempre conseguem dar conta dos aspectos pedagógicos de seu trabalho.

A avaliação da aprendizagem implica na utilização de procedimentos, instrumentos e critérios vinculados a valores culturais e sociais, ou seja, a concepções de



educação, escola e sociedade (DIAS SOBRINHO, 2002). Além das dificuldades relacionadas à subjetividade do curso de Artes, o processo avaliativo agrega questões atinentes ao conteúdo e valor artístico dos trabalhos, considerando processo (desenvolvimento do aluno) e produto (produção artística). Tais dificuldades tornam-se complexas na Universidade, uma vez que profissionais formados difundem, para os demais níveis de ensino, suas concepções de Arte, ensino e avaliação.

Este projeto busca caracterizar e analisar a prática da avaliação no curso de Artes Visuais, relacionando-a com concepções de ensino de arte e avaliação dos docentes.

Os resultados apontam que o discurso docente enfatiza uma perspectiva emancipatória de avaliação, entendida como fundamento da construção de competências técnicas e políticas. No entanto, a prática indica ações correspondentes a diferentes concepções e perspectivas teórico-metodológicas, mesclando visões pós-moderna, tradicional e escolanovista. Os procedimentos e instrumentos são diversos, preocupados com avaliar processo e produto; e os critérios são, em geral, objetivos.

6 INFRAESTRUTURA ACADÊMICA

6.1 Recursos Humanos

O Departamento de Artes permanecerá como célula agregadora do corpo docente dos Cursos de Licenciatura em Música Teatro e a nova Licenciatura em Artes Visuais. Sendo assim, não se faz necessária uma reforma administrativa a nível departamental, que conta atualmente com 11 professores efetivos da área de Artes Visuais. Em termos de titulação o quadro apresenta o seguinte desempenho:

Nº	PROFESSOR	TITULAÇÃO	ÁREA DE ATIVIDADE
01	Antonio Eugenio Araújo Ferreira	Doutor	Artes Visuais
02	Donato Fonseca Filho	Especialista	Artes Visuais
03	José João Santos Lobato	Graduado	Artes Visuais
04	Gersino dos Santos Martins	Especialista	Artes Visuais
05	Maria Mirtes dos Santos Barros	Doutora	Arte Educação
06	Isabel Mota Costa	Mestre	Arte Educação
07	Paulo César Alves de Carvalho	Especialista	Artes Visuais
08	José Murilo Moraes dos Santos	Especialista	Artes Visuais
09	José Marcelo do Espírito Santo	Mestre	Artes Visuais
10	Luisa Maria Pereira Osório da Fonseca	Mestre	Artes Visuais
11	Mércia Maria Ferreira Antunes	Mestre	Arte-Educação

Em termos da distribuição das disciplinas por professor, apresentamos o quadro 12 nos anexos. Devido a uma série de fatores a atuação do corpo docente da área das artes visuais não se tem feito sentir de forma determinante em nível de pesquisa e extensão, embora algumas ações isoladas tentem romper com tal situação. Alguns grupos de professores já vêm desenvolvendo pesquisa e extensão.

Quanto à necessidade de contratações para implementação do novo curso, acredita-se que, de imediato, há necessidade de três novos professores: um para a área de **Computação Gráfica**, para cujas duas disciplinas introduzidas no currículo não há professor habilitado; também de um novo professor para a área de **Fotografia e Cinema**, cujas disciplinas deixaram de ser eletivas e passaram a integrar a grade curricular obrigatória, além da introdução de **Vídeo e Desenho Animado**; **Multimeios I e II**, finalmente para a área de **Gravura** (especialmente Metalogravura e Litogravura), já que se tem exercitado apenas a Xilogravura. Acredita-se que o remanejamento do pessoal existente pode dar bons resultados, já que as disciplinas, embora tenham sido reformuladas e atualizadas, são da competência do corpo docente existente.

No entanto, reformas administrativas se fazem necessárias em nível das coordenações de curso. Inicialmente, convém registrar a necessidade de criação do cargo de Coordenador do Curso de Licenciatura em Artes Visuais, a ser exercido por um professor do Departamento de Artes. Faz-se necessário a contratação de um novo Secretário (nível superior) para as atividades burocráticas do novo curso; e também de um secretário (nível médio) para auxiliar na administração das oficinas e ateliês específicos das disciplinas com muita atividade prática, como Atelier de Cerâmica, Gravura e Pintura e Escultura, que deverão funcionar da maneira descrita abaixo; um técnico em informática – nível médio, além de dois estagiários para atender as necessidades da secretaria do curso, dando suporte junto aos demais secretários

6.1.1 Espaço Físico

O projeto de construção do prédio para o curso de Arte nas Linguagens de Música, Teatro e Artes Visuais encontra-se em fase de execução do projeto definitivo. Acredita-se que se executado o projeto na sua íntegra, atenderá as necessidades do curso de Artes Visuais.

6.1.2 Ateliês, Oficinas, Equipamentos

A avaliação do funcionamento do curso de Licenciatura em Educação Artística quanto á laboratórios, equipamentos e acervo bibliográfico apresenta uma situação insustentável de total improvisação, situação que tem comprometido a qualidade do trabalho docente e discente. Para a criação do novo curso há de se dar atenção especial a esses problemas, tendo em vista a inversão do quadro e a implementação de condições pedagógicas favoráveis ao pleno desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão.⁵

Observa-se, que quando foi projetado o prédio que atualmente sedia o CCH/UFMA, uma das áreas privilegiadas foi a área de artes, com a distribuição de salas em número bem superior ao que é praticado no momento, pois muitas das salas que eram destinadas originalmente ao DEART foram indevidamente ocupadas por outros departamentos. Isso impediu a estruturação dos ateliês e oficinas e dificultou a instalação de equipamentos pesados como fornos e prensas. Registre-se ainda que o acervo bibliográfico da nossa Biblioteca Central nunca chegou a solidificar-se no campo da Arte, o que levou à criação da *Biblioteca Setorial de Artes*, que hoje cumpre melhor o papel de disponibilizar uma bibliografia mais atualizada aos estudantes de arte da UFMA, a partir da doação de professores e instituições.

Embora sabendo de todas as dificuldades orçamentárias por que passa a universidade brasileira, em especial a UFMA, a implementação do novo curso de Licenciatura em Artes Visuais não pode prescindir de pelo menos a instalação de cinco novos espaços.

Entrementes, considerando o momento de dificuldades porque passa a universidade brasileira atual, há que se prever um processo de melhoramento gradual para a implementação de políticas eficazes em termos dos itens aqui considerados, o que significa destinação de um maior aporte de verbas.

Esclarecemos que as argumentações acima descritas são consideradas idéias por esta comissão, devendo receber atenção especial ao longo da implementação do novo curso, atribuindo-se igual importância à contratação de docentes e outras pertinentes à política institucional.

⁵ Na história do curso de Licenciatura em Educação Artística há ocorrência de inúmeros diagnósticos realizados pelos professores quanto à necessidade de implantação de salas de trabalho adequadas – a exemplo da implantação de ateliês e oficinas específicas para cada linguagem artística, com os equipamentos adequados, sem os quais, a produção e a aprendizagem resultam pífias – sem que a administração central tenha encaminhado as soluções devidas. No ano de 1999, quando a discussão acerca da avaliação do curso, citado nesse relatório, vários depoimentos indicaram que, caso o MEC viesse inspecionar hoje, as instalações físicas do CCH, DEART e Biblioteca Central, possivelmente recomendaria o fechamento do curso existente e não recomendaria a criação de novos cursos.

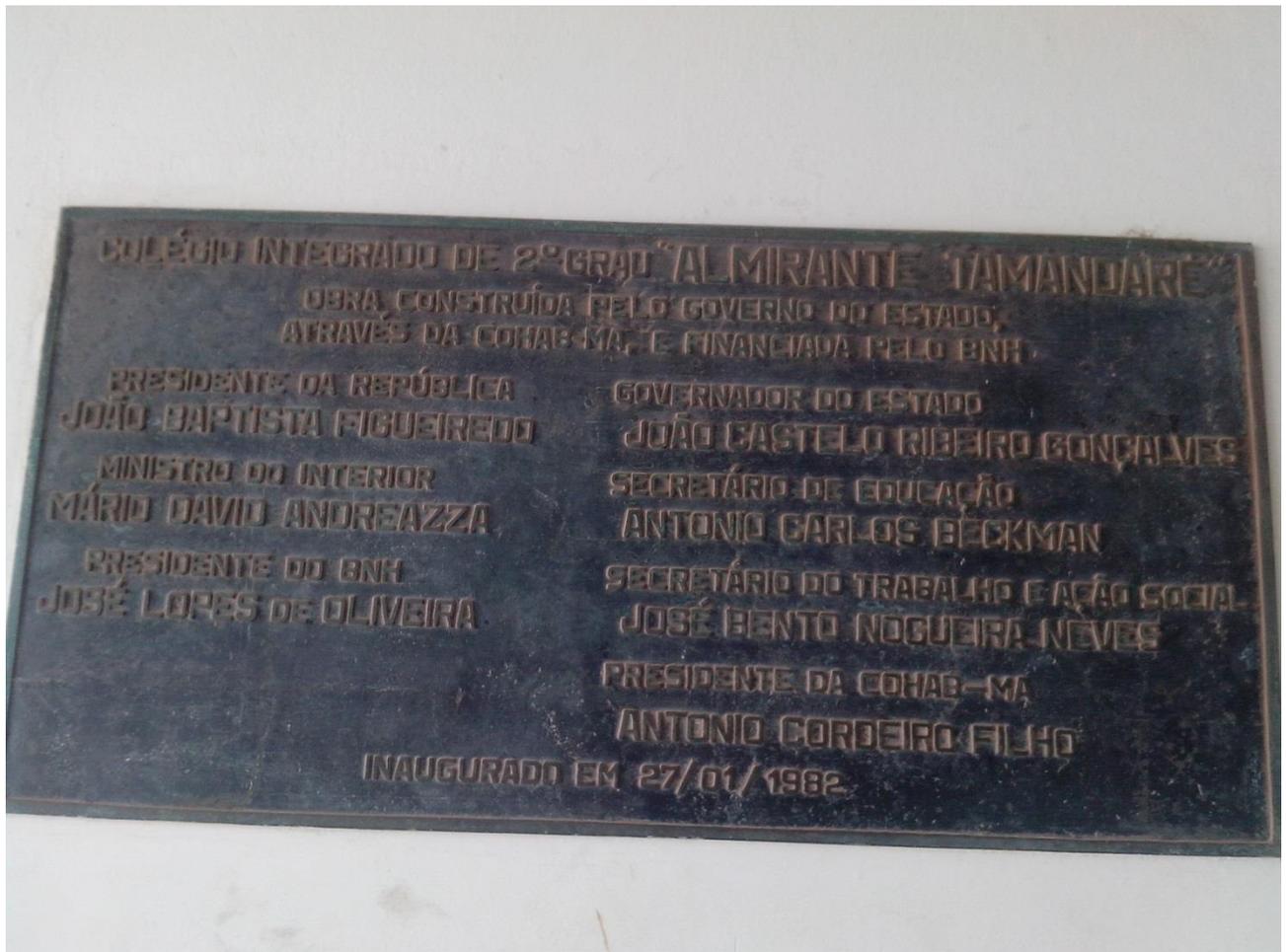
6.1.3 Acervo Bibliográfico

O acervo bibliográfico deverá constituir-se pela bibliografia sugerida nas ementas de cada disciplina que compõem a estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Arte Visuais.

ANEXO G



Imagem do Centro de Ensino Almirante Tamandaré retirada da internet







ANEXO J



Turma do 1º ano